

Resgate

Revista Interdisciplinar de Cultura

Memória e Arquivo





UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor: *José Tadeu Jorge*

COORDENADORIA DE CENTROS E NÚCLEOS (COCEN)

Coordenador: *Jurandir Zullo Júnior*



CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP

Diretora: *Ana Maria Reis de Goes Monteiro*

Diretor Associado: *Jefferson de Lima Picanço*

CONSELHO CIENTÍFICO - CMU

Ana Maria Reis de Goes Monteiro (Presidente)

Jefferson de Lima Picanço (Vice-Presidente)

Ana Maria Galdini Raimundo Oda

André Luiz Paulilo

Antônio Carlos Zuffo

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Carmen Lúcia Soares

Eliana Barbosa da Silva Moreira

Fernando Antônio Abrahão

Iara Lis Schiavinatto

Janaina Oliveira Pamplona da Costa

Jorge Alves de Lima

Josianne França Cerasoli

Juanito Ornelas de Avelar

Maria Sílvia Duarte Hadler

Ricardo Figueiredo Pirola

Ricardo Godoi Oliveira



RESGATE: REVISTA INTERDISCIPLINAR DE CULTURA

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina de Moura Delfim Maciel (CMU)
Lauro José Siqueira Baldini (IEL/Unicamp)
Ricardo Santhiago (FCM/Unicamp e LABOI/UFF)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Reis de Góes Monteiro (FEC/Unicamp)
Ana Mauad (UFF)
Anderson Araújo Oliveira (Université du Québec à Montréal, Canadá)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Joan Pagés (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)
Josianne França Cerasoli (IFCH/Unicamp)
Luciene Lehmkuhl (UFU)
Márcia Ramos (Udesc)
Maria Stella Bresciani (Unicamp)
Miriam Paula Manini (UnB)
Mônica Raisa Schpun (CRBC/EHESS, Paris, França)
Regina Beatriz Guimarães (UFPE)
Richard Cândida Smith (University of California, Berkeley, EUA)
Roberto Elisalde (Universidad de Buenos Aires, Argentina)
Valéria Lima (Unimep)

EDITORA EXECUTIVA

Juliana Oshima Franco
(revisão e normalização)

PROJETO E EDITORAÇÃO GRÁFICA

Carlos Roberto Lamari

Ficha elaborada por: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura/ Universidade Estadual de
Campinas, Centro de Memória. –Campinas, SP, v.24, n. 2 [32], jul./dez.
(1990-).

Periodicidade semestral.

e-ISSN 2178-3284

Editoria do Setor de Comunicação e Publicações do CMU.

Temática do v. 32, n. 2 [32], 2016: Memória e Arquivo.

1. Cultura – Periódicos. 2. Memória – Periódicos. 3. Memória.
4. Arquivística. I. Universidade Estadual de Campinas. Centro de
Memória.

CDD 301.205

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- Arquivos e Pesquisa
Ana Maria de Almeida Camargo 5

DOSSIÊ

- O traço da distinção: discutindo entendimentos sobre arquivos e memória
Taiguara Villela Aldabalde e Maira Cristina Grigoletto 7
- Avaliar para incorporar: políticas institucionais de formação de acervo
Sonia Troitinho 27
- Colcha de retalhos.
Jorge Alberto Soares Cruz, Daniel Flores e Tamiris Carvalho 47
- Abordagem funcional de arquivos pessoais: reflexões a partir do Arquivo Epifânio Dória
Lorena de Oliveira Souza Campello 65

ARTIGOS E ENSAIOS

- Suplemento BH 100 e as galerias da memória
Valdeci da Silva Cunha 91

NOTAS DE PESQUISA

- Entre arquivos e memórias: o acervo do Colégio Municipal Pelotense e a inserção de professoras secundaristas
Bruna de Farias Xavier e Patrícia Weiduschadt 113

RESENHA

- A obra *Arquivologia & Cinema: um saber com sabor*
Ana Célia Rodrigues 129

CMU: ARQUIVO E SUAS FONTES

- O conjunto documental do escritório de engenharia de S. B. Mendes
Ana Claudia Cermaria Berto 133

PARECERISTAS

- Relação de pareceristas *ad hoc* (2016) 141

Arquivos e pesquisa

Definidos por seu caráter essencialmente instrumental em relação à pessoa física ou jurídica que lhes deu origem, os documentos de arquivo não se confundem com os de outras instituições de custódia. Vale a pena lembrar, nesse sentido, os diferentes atributos que os distinguem daqueles que integram os acervos de bibliotecas, museus e outras entidades similares, como os centros documentação e de memória.

Os documentos de arquivo desfrutam de uma dupla condição: a de representar determinadas ações, por meio da palavra escrita ou de outras linguagens, e a de, simultaneamente, lhes servir de prova. Dessa relação de estreita correspondência entre as próprias ações e o registro que as viabiliza e perpetua decorrem os princípios norteadores da prática arquivística, conferindo estatuto científico à disciplina que dela se ocupa; e decorre também a extrema importância que os arquivos assumem como fonte para a pesquisa retrospectiva.

Como se justifica essa importância? Antes de tudo, pelo poder de remissão que os documentos de arquivo possuem face ao contexto imediato em que foram produzidos. Trata-se de uma relação que poderíamos considerar de quase equivalência. Não foi à toa que a renomada arquivista Angelika Menne-Haritz, reforçando a ideia de que tais documentos são a corporificação de ações, afirmou serem eles as próprias ações. Ao contrário do que muitos pensam, no entanto, essa qualidade reflexiva dos documentos de arquivo não coloca o historiador diante das “verdades” factuais que gostaria de poder introduzir em seu projeto de reconstituição de realidades passadas. Para ele, o conhecimento será sempre resultado de interpretação, ou seja, de superação e ultrapassagem dos elementos fragmentários registrados nos documentos.

Que papel têm então os documentos de arquivo, no âmbito da pesquisa científica, se seu potencial informativo está circunscrito ao contexto de que se originaram? Se os voos interpretativos que os tomam como referência passam ao largo de sua funcionalidade imediata? Se a lógica da pesquisa é inteiramente alheia à que preside a produção documental? A resposta não é simples, sobretudo porque contrapõe duas

modalidades de abordagem do documento de arquivo, simultaneamente complementares e antagônicas.

A primeira delas é a do profissional que identifica, descreve e disponibiliza os arquivos para um público indefinido de usuários. Tais atividades supõem não apenas um profundo conhecimento da entidade produtora, mas a procura dos vínculos necessários entre os itens documentais remanescentes de seu funcionamento ao longo do tempo. O trabalho do arquivista está centrado, pois, na busca do sentido original desse processo de acumulação, sem qualquer preocupação com o caráter polissêmico que a leitura dos documentos invariavelmente sugere.

No outro extremo, em que se colocam os diferentes usuários do arquivo, atentos todos ao conteúdo manifesto dos documentos, a estabilidade de sentido propiciada pelos arquivistas é objeto de contínuo enfrentamento, à base das hipóteses e dos argumentos que os temas e recortes formulados pelos pesquisadores não cessam de sinalizar. Se esse voo interpretativo fosse inteiramente livre, como querem os adeptos do relativismo extremo que domina o pensamento contemporâneo, seria difícil validar seus resultados, do ponto de vista científico.

É aí que entram os aportes do processamento arquivístico. O contexto original e imediato de produção de documentos estabelece, de qualquer modo, os limites da interpretação possível e desejável do material empírico selecionado pelo pesquisador dentro dos arquivos. As relações entre arquivistas e historiadores acabam por perder, então, o antagonismo que costumam aparentar, cedendo espaço para os laços de complementaridade que é preciso, cada vez mais, cultivar.

Neste número da *Resgate*, as fronteiras que separam os arquivos das ações memoriais (incluída nessa categoria a própria historiografia) são matéria de discussão, além de pretexto para a apresentação de estudos de caso bem-sucedidos. Seu principal mérito, no entanto, está em mobilizar uma série de conceitos fundamentais para a área, deixando abertos os caminhos para novas e instigantes investidas sobre o tema.

Ana Maria de Almeida Camargo¹
Organizadora

¹ Graduada em História (1966) e doutora em História Social (1977), ambos pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

O traço da distinção: discutindo entendimentos sobre arquivos e memória

Taiguara Villela Aldabalde

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Maira Cristina Grigoletto

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*The trace of distinction: discussing
understandings about archives and
memory*

Resumo

Este artigo apresenta reflexões acerca da articulação entre arquivo e memória. A partir da problemática em torno do uso dos termos arquivo e memória como sinônimos, busca entendimentos sobre as formas de alocação, fundamentação e acomodação para esta utilização. Resultado de pesquisas teórica e documental aborda, com base na Arquivística e na episteme científica, elementos que validam esta articulação. Nesse sentido, trata-se a questão da exteriorização, materialização e institucionalização de memórias em lugares pré-definidos, os reconhecidos lugares de memória. Em decorrência, direciona a análise da relação entre arquivo e memória a partir de três categorias: o documento de arquivo tradicional, o arquivo eletrônico e o fundo de arquivo. Conclui que as relações possíveis entre memória e arquivo se estabelecem por meio das associações com os saberes e as práticas da Arquivística.

Palavras-chave: Arquivo; Memória; Lugares de memória.

Abstract

This article presents reflections about the articulations between archive and memory. From the problems surrounding the use of the terms archive and memory as synonyms, search understandings about the forms of allocation, grounding and accommodation for this utilization. The results of theoretical and documentary research based on the archivistics and on the scientific episteme validate this articulation. In this sense, the approach includes the externalization, the materialization and the institutionalization of memories in predefined places, recognized as places of memory. As a result, we direct the analysis of the relationship between archive and memory from three categories: the traditional archival document, the electronic record and the funds. It concludes that the possible relationships between memory and archive are established through associations with archival knowledges and practices.

Keywords: Archive; Memory; Places of Memory.

I n t r o d u ç ã o

A importância atribuída aos baús e depósitos de armas contendo documentos que eram muitas vezes chamados de “arca” ou “archivum” - é também atestado pelo cuidado tomado em decorá-los: Duccio di Boninsegna e Ambrogio Lorenzetti estavam entre os famosos pintores contratados para esse trabalho. O ditado medieval “castrum sine armario est quasi castrum sine armamentario” (isto é, um castelo sem arquivos é um castelo sem equipamento) revela a centralidade do lugar “arquivos” em cada complexo arquitetônico (DURANTI, 2007, p. 450-451, tradução nossa).

A proposta de pensar o uso das palavras *arquivo* e *memória* como sinônimas conduziu-nos para a busca por entendimentos sobre as formas de alocação, fundamentação e acomodação desta utilização.

Desde o início, constatamos que tais palavras não são sinônimas, mas que passaram a ser identificadas e utilizadas como tal, seja em “comunicações comuns” ou mesmo pelos “arquivistas de maneira muito confiada e muito frequentemente” (PIGGOTT, 2007, p.

405, tradução nossa). De certa forma, foram incorporadas em decoração de diferentes associações, as quais nem sempre são enunciadas e fundamentadas. Este fato oculta os múltiplos significados destes termos, os quais são fundamentais para uma articulação mais ampla e qualificada, resultando em usos e conexões exageradas (PIGGOTT, 2007).

No sentido de contribuir com reflexões mais bem fundamentadas sobre a possibilidade de estabelecer a articulação entre *arquivo* e *memória* buscamos tratar esta problemática a partir do campo da Arquivística e pela episteme científica. Esse campo tem se consolidado na América Latina tanto pelo termo *arquivística/archivística* quanto *arquivologia/archivología* ao passo que nos países francófonos e na Espanha mantém-se o termo *archivistique*. Já nos países anglófonos há ocorrência de *archival science*, *archivistics* e *archival studies*. De

maneira sintética, entendemos a Arquivística como a ciência dos arquivos (CASANOVA, 1928).

Deste modo, em um primeiro momento tratamos a questão da exteriorização, materialização e institucionalização de memórias em lugares pré-definidos, os reconhecidos *lugares de memória*. Esta primeira reflexão possibilitou a constatação de que, em certa medida, *arquivo* e *memória* se acham em inter-relacionamento.

Para fundamentar tal verificação, optamos por apresentar nossa análise a partir de três categorias: o documento de arquivo tradicional, o arquivo eletrônico e o fundo de arquivo. Pelo pensamento dos arquivos como fontes e capacitores de poder(es), verificamos que a articulação entre arquivo e memória se estabelece a partir de manifestações temporais (mnemônicas) em lugares, espaços e ambiências di-

Pelo pensamento dos arquivos como fontes e capacitores de poder(es), verificamos que a articulação entre arquivo e memória se estabelece a partir de manifestações temporais (mnemônicas) em lugares, espaços e ambiências diferenciais, o que coloca em evidência as conjunturas para a validação, manutenção e atualização deste vínculo.

ferenciais, o que coloca em evidência as conjunturas para a validação, manutenção e atualização deste vínculo.

Arquivos e memórias: o traço da distinção

Para ele, a palavra *arquivo* deriva do grego *archeion* que, por sua vez, significa um lugar onde documentos legais

eram recolhidos. O autor destaca que os arquivos passaram a ter valor probatório no âmbito judicial somente a partir do ordenamento de Justiniano, isto é, em 529 d.C. Long (1845) sublinha que entre os romanos os arquivos eram depositados em templos e, mais particularmente, no

templo de Saturno, irmão de Mnemosyne, onde o tesouro público era guardado. Mnemosyne, deusa da me-

mória e, dentre outras coisas, responsável pelo progresso das ciências. Há ainda outra distinção que julgamos ser preciso pontuar: no contexto da república romana, o termo *tabularium* era aplicado aos documentos de um modo geral, mas o termo *archivum* era associado ao lugar de depósito dos documentos para a preservação.

Feitas estas observações preliminares sobre a alocação das origens possíveis e dos significados dessas palavras, é possível constatar que é equivocada a ideia de que *arquivo* é sinônimo de *memória*. Esse equívoco, a nosso ver, se dá em decorrência do uso impreciso dos termos *arquivo* e *memória* ou das acomodações que assumiram ao longo dos tempos. Para nós, é preciso entender que essas palavras não são sinônimas, mas que passaram a ser associadas entre si, carregando múltiplos sentidos a partir de diferentes relações e usos. Além disso, pode-se pensar que tais associações é que foram criando aproximações e entendimentos de forma que, em muitos casos e esferas, culminou no tratamento e utilização destes termos como sinônimos.

O termo *arquivo* pode significar usualmente, dentre outras acepções: um documento eletrônico; um conjunto de documentos arquivísticos; um único documento (unidade documental); uma instituição arquivística; um móvel para armazenamento e acondicionamento; um setor de uma empresa. A memória, por sua vez, tem sido objeto de pesquisa de diversas áreas do conhecimento, dentre as quais destacam-se: História, Sociologia, Psicologia, Biologia, Filosofia, Informática, Genética, Neurociência e Medicina.

A precisão no uso dos termos *arquivo* e *memória* depende do contexto em que é estabelecido o seu tratamento e entendimento. No entanto, sempre há distinção entre os conceitos. Podemos pressupor, por exemplo, que no contexto da Psicogenealogia a memória esteja sob a perspectiva da Psicologia; ao mesmo tempo em que o arquivo adquire o significado de conjunto documental com dados pessoais, genealógicos e familiares. A memória, mesmo tomada como objeto da Psicologia, Neurociência e Medicina, não está encerrada no cérebro, porque há extensões do cérebro,

por exemplo, com as nossas anotações, manuscritos e demais registros.

A questão da exteriorização, materialização e institucionalização da memória é um ponto de observação a partir do qual podemos conduzir alguns entendimentos sobre as possíveis relações constituídas entre arquivos e memória. Deste modo, recorreremos à conhecida colocação de Nora (1993, p. 8): “se ainda habítássemos a nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”.

Como analisado por Meneses (2007, p. 31), o historiador francês tratou a mudança de ambientes de memória para os *lugares de memória*. Nora (1993) considerou, portanto, a transformação progressiva entre a memória espontânea, viva, realizada, experiência internalizada, para uma memória que se dá fora das pessoas, fora da experiência individual e interiorizada. Nesse sentido, o ponto por ele tratado é que, a partir do século XVIII, não foi mais possível pensar a memória da mesma maneira, pois esta passou a ser reconhecida a partir de outras perspectivas, no sentido da ampliação do reconhecimento e validação dos suportes de memória.

Desde o século XVI, verifica-se esse processo de transformação vinculado aos *progressos* da memória escrita (LE GOFF, 2003). A questão apontada por Nora (1993) está, portanto, nas novas formas de reconhecimento que estas evidências, que as memórias e experiências, assumiram mediante processos de exteriorização, materialização e institucionalização.

Para Meneses (2007, p. 31), Nora (1993) analisa a mutação da memória do interior para o exterior e é nessa dinâmica, e somente considerando essa dinâmica, que podemos pensar e falar sobre *lugares de memória*. Na concepção do historiador brasileiro, “a memória ‘viva’ não desapareceu, assumiu outras possibilidades que vão além dos lugares de memória”. A memória individual existe, mas é inacessível e, só quando se socializa, é que ela pode aparecer.

Com relação à materialização desta exteriorização/socialização, Meneses (2007, p. 31) apresenta que “a memória é um processo que depende, sim, de suportes objetivos, porém não se confunde com eles”. A aproximação entre a memória e os suportes de memória dependerá

da intenção e das circunstâncias que configuram tal vinculação/alocação.

Segundo Dodebei e Gouveia (2008), as memórias auxiliares, ou próteses, funcionam para compensar a dinâmica da memória individual, que não pode abrir mão do esquecimento. Um exemplo que ilustra esta questão pode ser verificado no âmbito do Arquivo Nacional da Austrália que, no intuito de apresentar sua proposta de gestão de registros a agências de governo, elaborou um pôster. Neste, estava escrito *Conserva um Registro* e como ilustração havia a imagem de um elefante. O texto que acompanhava o pôster trazia a seguinte explicação: “Dizem que os elefantes nunca esquecem, o que, se for verdade, seria de grande ajuda para conservar registros. Porém, o recordar humano é menos fiável, assim, necessitamos armazenar informação” (PIGGOTT, 2007, p. 408, tradução nossa).

Le Goff (2003, p. 449-450), a partir da doutrina clássica dos lugares e das imagens, apresenta que foram formuladas regras mnemônicas que tratam da necessidade de se encontrar “simulacros adequados das coisas que se deseja recordar” ou “inventar simulacros

e imagens porque as intenções simples e espirituais facilmente se evolvem da alma, a menos que estejam, por assim dizer, ligadas a qualquer símbolo corpóreo”; e, em seguida, dispor “numa ordem calculada as coisas que se deseja recordar de modo que, de um ponto recordado se torne fácil a passagem ao ponto que lhe sucede”.

Nessa perspectiva, os registros, os documentos de arquivo e os arquivos podem *vir a ser* ativadores da memória, ao mesmo tempo em que aquilo que lembramos pode fixar-se no espaço/tempo do registro como ideia sobre um fato passado. Isso quer dizer que os arquivos são fontes/suportes/próteses para a memória e que a lembrança depende de bases materiais e elementos imateriais para perpetuar-se. Assim, constatamos que, em certa medida, o arquivo e a memória se acham em inter-relacionamento.

Sobre práticas e entendimentos: uma proposta de discussão

Considerando que as práticas mnemô-

nicas são instrumentais para a ativação das memórias e que estas estão mais próximas dos contextos das significações diversas para o termo *arquivo*, optamos por apresentar nossa análise a partir de três categorias: o documento de arquivo tradicional, o arquivo eletrônico e o fundo de arquivo.

É preciso, antes de tudo, localizar no tempo e no espaço que o material de arquivo foi, na doutrina arquivística mais antiga, estudado e reconhecido desde o século XVI por Jacob von Rammingen, na obra *Sobre o protocolo de registro*, de 1571. Mais, destacar que o termo *registro* original, em alemão *registratur*, corresponde ao francês *registre* e ao italiano *protocolo/registratura*, porque esses conceitos são associados a uma parcela significativa de práticas que, até os dias de hoje, são comuns aos arquivos: receber, registrar, controlar, produzir, acumular, recuperar e organizar determinados documentos.

E que documentos seriam esses? Ora, a natureza do material de arquivo é sua forma congênita em um determinado contexto e sentido original vinculados com o produtor. A gênese de um arquivo é decorrente de uma ação geradora,

de tal maneira ligada à pessoa ou instituição produtora, que constitui naturalmente uma acumulação sedimentária oriunda. Os arquivos são, portanto, aqueles que, entre outras categorias de documentos, podem ser classificados como fontes primárias; já que é possível reconhecer, quando respeitados os princípios arquivísticos, na sua própria anatomia a vinculação direta com a lógica do organismo gerador.

Um caso concreto para entender esse vínculo é o estudo de arquivos manuscritos. Fernando Pessoa (1888-1935), por exemplo, deixou um legado de quase 30.000 peças documentais que pode ser explorado por diversas técnicas: a documentoscopia, a crítica diplomática, a análise tipológica, a grafotécnica, a grafoscopia e a paleografia contemporânea. Todas essas técnicas-ciências, reunidas com um corpo interdisciplinar de especialistas das ciências da mente e da literatura, poderiam revelar poemas antes não compreendidos devido ao difícil reconhecimento da caligrafia, termos, conceitos e forma de escrita hermética e até revelar o estado emocional do autor ou traços de sua personalidade.

É possível entender que um livro de bolso de Fernando Pessoa (1888-1935), publicado hoje, possui uma relação mais distante do autor/produtor e jamais superaria a proximidade de Pessoa com seus próprios manuscritos. Assim, o arquivo pessoal de Fernando Pessoa não é a memória do autor, mas se trata do conjunto dos documentos produzidos (manuscritos), recebidos (como as cartas que constituíram o Dossiê Crowley-Pessoa) e acumulados (como aqueles envelopes que se achavam na arca onde Pessoa ordenava originalmente uma parte significativa de seus trabalhos).

Além de fontes primárias para os estudiosos ou pesquisadores, os arquivos são provas. Para pensarmos isso basta observarmos que o nosso Estado só atende plenamente os direitos de um cidadão a partir de seus documentos básicos como: certidão de nascimento, cédula de identidade e cadastro de pessoa física. O cidadão que não se inscreve nesses arquivos será, em grande medida, socialmente marginalizado, tendo direitos negados. Ter os dados pessoais inscritos no arquivo é uma

pré-condição para a inserção na vida cultural, burocrática. Essa vida oficializada permite racionalizar as trocas, obter os prejuízos, as vantagens, usufruir de direitos, interagir com outras sociedades burocratizadas, progredir pelas instituições, explorar o trabalho alheio ou ofertar seu tempo de vida para trabalhar. Para que o documento de arquivo seja ativado como dispositivo confiável, é preciso preservar a sua essência: a capacidade de provar algo.

Assim, os arquivos são fontes de poder por meio das quais se legitimam as autoridades, se reconhecem os cidadãos e se oficializam todos os atos na sociedade. A civilização ocidental moderna permite ser conhecida, com mais ou menos restrições, em vários aspectos devido a preservação dos arquivos. As hierarquias sociais, por exemplo, estão representadas e podem ser reconhecidas em registros contábeis, militares, ultrassecretos, governamentais, clericais, bancários e empresariais.

Se o Estado é capaz de impor uma multiplicidade de deveres em relação aos documentos, inclusive aos grupos

que antecedem a essa lógica – como os ciganos, que muitas vezes optam pelo analfabetismo –, então, também é preciso pensar o que significam esses grupos, e até uma civilização, sem registros para o tempo presente. Como seria possível reconhecer, através da ciência, a existência de grupos ou de uma civilização de pessoas que não deixaram suas marcas, seus registros ou seus arquivos? Tais grupos poderiam, no máximo, ser lembrados como uma categoria lendária, tal como os hiperbóreos descritos nas teorias platônicas.

A preocupação com a materialidade dos documentos de arquivo e sua capacidade de provar algo está associada ao saber científico. Os arquivos são dispositivos da racionalização e permitem, por meio de um sistema burocrático, o uso desses conjuntos documentais por parte dos cientistas para alcançar resultados (LATOUR, 2011). Esses resultados adquirem cientificidade justamente porque podem ser amplamente verificados, isto é, o acesso aos arquivos pode permitir um escrutínio sobre a metodologia. A verificabilidade, que

é um dos critérios para definir ciência, pode ser comprometida, em certa medida, caso não se respeite as qualidades dos arquivos, como a autenticidade, a identidade e a integridade. A Diplomática e a Tipologia Documental são as principais disciplinas no campo do saber arquivístico ligadas com a preservação e análise dessas qualidades. Em resumo, é relevante para cientistas o conhecimento da maneira como os documentos têm sido produzidos, classificados e interligados, pois os métodos que levaram aos resultados estão registrados na documentação que pode ser revisitada e distintamente combinada no sentido de gerar novos resultados (LATOUR, 2011).

Desde a época de Tales de Mileto, isto é, considerando o intervalo de 624 até 546 a.C., já era do saber dos antigos astrônomos que era possível prever eventos. Logo, a ligação com a ciência não é moderna, pois a previsão de eventos futuros baseada no comportamento dos astros só foi possível mediante o uso de registros de observação. Uma expressiva parte das ciências exatas trabalha com questões de predictibilidade e não

é possível fazer inferências sobre o futuro sem uma base registrada com dados (PANCHENKO, 1994).

Os cadernos de um laboratório são indispensáveis para práticas científicas, pois uma nova observação deve levar em conta aquilo que foi registrado (LATOURET, 2011). Uma dedução com vistas a fundamentar teorias novas deve articular todos esses dados, produzir informações e gerar conhecimento. Em última instância, o arquivo é a matéria-prima do conhecimento científico e toda inovação tecnológica oficial é encaminhada aos registros de patentes – cujos escritórios são imensos arquivos.

Uma das mais significativas inovações tecnológicas da civilização atual foi o aumento na capacidade de armazenar arquivos. Muitas se beneficiaram com metodologias, tecnologias e profissionais no sentido de racionalizar o trâmite dos arquivos. A *Memoteca Fink* foi sem dúvida, no Brasil, uma das empresas que mais lucrou com o setor dos arquivos na esfera privada. Contudo, a *Recall* parece ter tomado seu espaço no mercado brasileiro. A *Memoteca Fink*, assim como suas concorrentes, se

especializou nos arquivos correntes e intermediários. Esses arquivos estão ligados a uma memória mais imediata. Qual montante vale, no mercado, uma empresa de armazenamento de arquivos com sucesso? A empresa *Iron Mountain*, que negociou a *Recall Holdings* esse ano, atingiu a soma de dois bilhões de dólares (COMPETITION, 2016, p. 5).

A explosão do mercado dos arquivos se deu num contexto em que as máquinas digitais e os microprocessadores deixaram de ser exclusividade de unidades de inteligência dos governos para popularizar-se num novo mercado. Dentre os mais populares, incluem-se as memórias externas e internas, *pendrives*, *softwares*, *hardwares*, celulares *androids*, conteúdos de *sites* pagos, TV *online*, filmes *online*, músicas comercializadas na *web*, livros digitais, jogos virtuais, redes sociais, *tablets*, e uma infinidade de produtos tecnológicos. Os próprios mercados formais, como os mercados de capitais, os mercados financeiros, os mercados consumidores, e os mercados de serviços passaram ocupar uma ambiência digital, e as transações passaram a depender da tecnologia.

Não foi aleatoriamente que Brothman (2001) apontou a possibilidade de uma aproximação entre o campo dos arquivos e dos negócios por meio das tecnologias. Para o autor, isso inclui repensar a utilização organizacional da memória eletrônica de longo prazo, promover inovações no *design* dos sistemas, na recuperação da informação e nos *softwares* de gestão de arquivística.

Para Brothman (2001) os arquivistas devem elaborar mecanismos mnemônicos junto a processos de aplicações dos mesmos, tendo em vista as interfaces entre os resíduos do passado e a atualização do presente, para atender o funcionamento eficaz da memória em antecipação das necessidades e utilizações futuras.

Um caso que ilustra a utilidade desses mecanismos mnemônicos em suporte digital é o arquivamento de estatísticas da *North American Space Agency* (NASA). No contexto da formação e uso da base mnemônica da NASA encontramos o seguinte relatório, publicado em 1995:

Descrição do Problema ou Sugestão: O esquema atual inclui arquivamento de estatísticas selecionadas (min., máx., media, desvio padrão, e número de amostras) para

cada TLM mnemônica para toda órbita, todo dia, todo mês, e missão à data. Essas escolhas podem ser um tanto arbitrária, e podem não ser nem necessárias, nem suficientes para necessidades típicas. É provável que seja ineficiente e improdutivo arquivar cada TLM mnemônica de forma idêntica. Pode ser mais benéfico e eficiente para FOT e/ou engenheiros de subsistemas definirem o arquivamento estatístico necessário em subsistema-por-subsistema e base mnemônica-por-mnemônica baseada em operações empíricas de voos em órbita no mundo real e em experiências de engenharia de sistemas de voo. Arquivando como definido poderia então ser colocado em funcionamento pelo sistema tendo por base as tabelas criadas por eles mesmos. No mínimo, o sistema poderia fornecer algumas opções pré-definidas das quais os usuários escolheriam para cada mnemônica. Por exemplo, é improvável que estatísticas arquivadas de temperaturas variando lentamente, frequências de oscilador ou tensões constantes de fontes de alimentação reguladas sejam idênticas às estatísticas arquivadas de quantidades que mudam rapidamente, como velocidades de roda de giroscópio, temperaturas de transmissor ou sensores de atitude. Recomendação do Promotor: Fornecer uma capacidade para arquivamento mnemônico exclusivo, incluindo minimamente várias opções dentre as quais os usuários possam escolher (NASA, 1995, tradução nossa).

Esses arquivos eletrônicos, que ocu-

pam a memória artificial, podem ser valorados após um processo de avaliação que definirá o que será esquecido e o que poderá ser (re)lembrado. Assim, as práticas arquivísticas são essencialmente mnemônicas, porque instrumentalizam as pessoas e as instituições no sentido de ativarem suas memórias. Isso significa que a avaliação, na prática, define aquilo que será armazenado e ficará sob a custódia legal de uma instituição arquivística permanentemente. Portanto, a prática de avaliar como uma forma de constituição de fundos de arquivos eletrônicos ou arquivos tradicionais deve ser levada em consideração.

E como podemos entender a formação dos fundos de arquivo? Para pensarmos um arquivo e o processo de arquivar é possível fazê-lo por duas perspectivas: *retrospectiva* e *prospectiva*. Como abordado por Hofman (2007), a proposta *retrospectiva* direciona o olhar para trás, caracterizando a natureza de um arquivo e sua transmissão ao longo do tempo. Pela visão *prospectiva*, observa-se o processo de construção de um arquivo em uma organização, sendo o

enfoque direcionado à criação, captura e seleção de registros.

Conforme tratado por Upward (2007), com base nas construções de Michel Foucault, o arquivo seria uma entidade diversa, que controla pensamentos e que nunca pode quebrar-se por completo, uma vez que está sempre pronto para desorganizar as formações discursivas que tem construído. O arquivo estaria vinculado às condições históricas de enunciados e ao conjunto dos discursos efetivamente pronunciados, que continua funcionando e se transforma através da história e mediante o aparecimento de outros discursos. Deste modo, as regras de um arquivo definiriam os limites e as formas possíveis de enunciação, conservação, reativação e apropriação (CASTRO, 2009).

Por meio destes entendimentos, observamos os arquivos a partir das formas de reconhecimento/definição/validação das suas funções e dos múltiplos processos que lhe concederam um nome/lugar próprio. O arquivo seria um espaço definido a partir de

um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas umas sobre as outras. Esse lugar seria organizado por operações *especulativas* e *classificadoras*, por meio das quais seriam combinadas as ações de gestão e eliminação. Todavia, tal organização funcionalista não deve obscurecer as condições para novas possibilidades de enunciados dentro de uma cultura tecnológica, científica e política. Tais possibilidades permitem o tratamento do arquivo a partir de diversas associações que conduzem a transformações, intervenções e apropriações, apontando para novas formas de reconhecimento/definição/validação.

Pelo viés prático da Arquivística, a relação entre o arquivo e a memória é estabelecida por meio do exercício de poder(es): os arquivos exercendo poder pelo que registram, pelo que não registram e pela forma como um registro é realizado. Para Ketellar (2007), os registros têm e são um poder.

Na visão de Cook (1998), os registros são produtos conscientes para criar ou servir a um propósito. Pelo pensamento dos arquivos, o passado é controla-

do, certas histórias são privilegiadas e outras marginalizadas. Verifica-se, portanto, que os arquivos podem ser entendidos como sítios ativos onde o poder é negociado, constatado e confirmado (SCHWARTZ; COOK, 2002).

Na concepção de Murguía (2011, p. 29, tradução nossa), “o arquivo é sempre uma exterioridade, uma prótese, uma quantificação do documento; mas, sobretudo, é também um lugar e um espaço”. O arquivo como *lugar* seria aquele vinculado à noção de disposição física dos documentos, onde reina qualquer tipo de ordem e exercício de poder. Tal visão se relaciona aos arquivos institucionalizados (públicos e privados), os quais passaram a ser reconhecidos como *lugares de memória*. Já a noção de *espaço* aponta para os movimentos e deslocamentos que levam a diversos tipos de exterioridade, materialidade e circulação documental. Tais dinâmicas são articuladas por meio de fazeres ou trajetórias de ordem estratégica e tática: o *lugar* seria onde as coisas devem estar e o *espaço* onde elas podem estar.

A ampliação conceitual proposta por

Murguia (2011) sobre os *lugares de memória* proporciona entendimentos a respeito dos processos de racionalização (dessacralização e desmistificação) que alocam à circunscrição de um *lugar* como *algo próprio*. Quando o autor lança essas questões, pelo viés dos processos de institucionalização dos arquivos, leva-nos ao entendimento desses *lugares de memória* também como um *não-lugar*, uma vez que as manifestações temporais, como a memória, são formas de apropriações e emergências criadas nas fissuras desejadas pelo exercício de um poder institucional. Tais questões podem ser mais bem apreendidas se compreendermos seus limites ou as fronteiras que possibilitam compreensões sobre a relação entre arquivos e memória.

Na visão de Piggott (2007), essa relação é uma questão incontestável, que pode ser percebida desde Jenkinson (1922) até as considerações de uso bastante comum da ideia de *lugar de memória*, proposta por Nora (1993). Piggott (2007, p. 410, tradução nossa) apresenta que ao longo dos últimos quatro séculos as estruturas corpora-

tivas e o Estado têm necessitado, cada vez mais, de uma memória. Este fato pode ser verificado de forma mais pontual desde a Nação-Estado, e de toda sua maquinaria, que passou a descobrir que “os registros não eram uma conveniência artificial, mas um capacitador indispensável e muito exato da lembrança organizada”. No entanto, o autor enfatiza o exagero dessa conexão ao problematizar o peso que algumas afirmações têm sobre a ideia de que a base documental da memória coletiva de uma nação teria como alicerce a conservação de documentos (representação do passado humano) em lugares como os arquivos.

O autor chamou a atenção sobre a distinção entre a lembrança e o esquecimento, fator que, segundo ele, tem se desvanecido. Sobre isso, destaca que cada vez mais os arquivos, as bibliotecas e os museus passam a ser considerados coletivamente como instituições de memória. Como pontua, no setor do patrimônio cultural da Austrália e de outros países, os estudos culturais e de memória dentro dessas três instituições desconsideram

a importante distinção que se coloca através da dialética da memória (lembança e esquecimento).

Por meio desses estudos, os contrastes entre a natureza e a significância da memória não estão presentes no interior desses lugares, mas o que é distinguido são os “mitos e crenças comunicados de maneira oral por uma parte, e os objetos, artefatos e documentos fisicamente mais duráveis, por outra” (PIGGOTT, 2007, p. 416, tradução nossa). O *Programa Memória do Mundo* (1992), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), permite o registro de materiais arquivísticos e impressos sendo exemplo da ampliação dessas manifestações em âmbito internacional. Por meio desse programa, percebemos alguns movimentos que tendem para uma sobrevalorização da preservação de certa memória através da seleção de determinados registros e sua instituição como patrimônio documental; um patrimônio que carregaria a incumbência de ser o suporte e objetificação da memória do mundo.

Uma articulação mais ampla e quali-

ficada para a relação entre memória, registro (s) e arquivo (s) na atualidade seria possível, por exemplo, através dos trabalhos desenvolvidos por Cook (2001), os quais colocam que a importância do resíduo documental está não somente vinculado à memória da sociedade, mas também à revelação das inter-relações entre o cidadão-estado e seus equivalentes, como corporações, corpos não governamentais, instituições, organizações religiosas e outras. Em outros termos, essa visão permite-nos considerar não somente os registros das transações administrativas, mas as tantas informações e memórias “circunscritas” em diferentes suportes e/ou realizadas em diversas manifestações (PIGGOTT, 2007).

Para Piggott (2007, p: 436), as operações que têm por intenção tomar a memória como objeto estão, geralmente, destinadas ao fracasso. Em sua opinião, tais ações que visam recordar o oco ou a “presença ativa das coisas ausentes” tendem a “profanar e desmoralizar; golpear tanto simbólica quanto fisicamente” o traçado dos resíduos do passado.

Como colocaria Certeau (2004, p. 189), “o que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências”. Na concepção de Murguia (2011), os arquivos compreendidos nesses aspectos seriam, portanto, um símbolo e um *lugar de memória*; simbolizariam tanto o passado por meio das buscas das origens quanto o poder do Estado moderno através de diversos lugares como as cidades, instituições civis e oficiais.

Um fator importante nessas reflexões são os percursos de/para racionalização das memórias por meio de estratégias, agenciamentos e exercício de múltiplos poderes para a institucionalização, estabilização e enquadramento de espaços/ambiências como lugares pré-estabelecidos. A crescente definição, valorização e preservação desses lugares e de seus conteúdos (materiais e simbólicos) ressalta a ideia da preservação pelo viés da perda, sem que pareça ser necessário colocar em discussão as várias (res)significações valorativas, os esquecimentos e os movimentos que estabelecem a relação entre arquivos e memória

como sinônimos, “de maneira muito confiada e muito frequentemente” (PIGGOTT, 2007, p. 405).

De acordo com o que foi exposto, dentre os eixos possíveis decorrentes da associação entre a memória e os arquivos estão: arquivos jurídico-administrativos – *memória institucional*; patrimônio arquivístico – *memória histórica e cultural*; produtos e serviços info-arquivísticos – *memória digital*. Esse último eixo tem sido pouco explorado pela literatura, que tem se concentrado na gestão documental nas esferas pública e privada, sem considerar o arquivo como dispositivo de poder institucionalizado (não somente estatal), que sustenta o funcionamento dos mercados de empresas de armazenamento que exploram práticas mnemônicas com valores econômicos bilionários, tal como assinalamos no caso da negociação entre a *Iron Mountain* e a *Recall*. Há, pelo menos no mercado, uma clara distinção entre o campo da memória imediata e da mediata: a primeira ligada à gestão documental, e a segunda com o tratamento e a mediação. O que indica o

nosso entendimento de que a articulação/vinculação entre a memória se dá, ao menos no campo da Arquivística, com base em suas *epistemes* científicas, as quais são desdobramentos ou acomodam as *epistemes* jurídica, histórica e administrativa. Neste sentido, tais questões colocam na pauta dos campos teóricos, epistemológicos e práticos, o imperativo da explicitação, de forma proporcional e honesta, das conjunturas e intenções relativas à associação entre *memória* e *arquivo*, sem utilizar o conceito de memória apenas como *lobby* ou propaganda.

Conclusão

A memória não é o arquivo, mas as práticas mnemônicas coincidem, em certa

medida, com as práticas arquivísticas. Portanto, a partir dessas práticas alocadas nos saberes arquivísticos, como o arranjo, a descrição e a avaliação, os documentos podem *vir a ser* ativadores da memória. As relações possíveis entre *memória* e *arquivo* se estabelecem no campo das práticas mnemônicas e, com a tecnologia, também dos mecanismos mnemônicos. Na medida em que os arquivos são materialidades do passado, eles podem atualizar a memória de uma pessoa, ou conjunto de pessoas, frente às demandas do presente. Consideramos, portanto, que os arquivos compõem uma parte significativa das bases que serão parte da memória praticada de uma instituição, família, cidadão ou sociedade. Entretanto, é preciso considerar que essas bases podem ser compreendidas no âmbito de atuação técnica que se correlaciona com os saberes e as práticas da arquivística.

Referências

BROTHMAN, Brien. The past that archives keep: memory, history, and the preservation of archival records. *Archivaria*, n.51, Ottawa, 2001, p. 48-80.

CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. 2 ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

Disponível em: <<http://www.icar.beniculturali.it/biblio/pdf/EuCa/totalCasanova.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*: um percurso pelos temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

COMPETITION AND MARKETS AUTHORITY. *A report on the completed acquisition by Iron Mountain Incorporated of Recall Holdings Limited*. Londres, 16 jun. 2016. Disponível em: <<https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57628172ed915d3cfd000058/iron-mountain-recall-final-report.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, v.1, n.1, Dordrecht, 2001, p. 3-24.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v.11, n.21, Rio de Janeiro, 1998, p. 129-149. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

DODEBEI, Vera; GOUVEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.9, n.5, Rio de Janeiro, out. 2008, p. 00. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out08/F_I_art.htm>. Acesso em: 14 set. 2010.

DURANTI, Luciana. Archive as a place. *Archives & Social Studies - A Journal of Interdisciplinary Research*, v.1, n.0, Cartagena, 2007, p. 445-466. Disponível em: <http://archivo.cartagena.es/files/36-165-DOC_FICHERO1/07-duranti_archives.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2016.

HOFMAN, Hans. El archivo. In: MCKEMMISH, Sue. et al. (Orgs.). *Archivos: gestión de registros en sociedad*. Cartagena: Concejalía de Cultura, 2007, p. 191-226.

KETELAAR, Eric. Gestión de registros y poder social. In: MCKEMMISH, Sue. et al. (Orgs.). *Archivos: gestión de registros en sociedad*. Cartagena: Concejalía de Cultura, 2007, p. 379-404.

JENKINSON, Hilary. *A Manual of Archive Administration*. Oxford: Clarendon Press, 1922.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução de Ivone C. Benedetti. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

LE GÖFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LONG, George. *Political Dictionary*; forming a work of universal reference, both constitutional and legal; and embracing the terms of civil administration, of political economy and social relations, and of all the more important statistical departments of finance and commerce. Londres: Charles Knight and CO., 1845. v.1.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de (Org.). *Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: Edições SESC/SP, 2007, p. 13-33.

MURGUÍA, Eduardo Ismael. Archivo, memoria e história: cruzamientos e abordajes. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, n.41, Quito, 2011, p. 17-37. Disponível em: <<http://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/387/380>>. Acesso: 10 jul. 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História - Revista do Programa de Estudos dos Pós-Graduados em História*, v.10, n.10, São Paulo, 1993, p.7-28.

NASA (North American Space Agency). *Report*. Preliminary Design Review. Organization Mission Operations Manager/505, 1995. Disponível em: <http://edhs1.gsfc.nasa.gov/waisdata/complete/hold/PDR_Rids/121.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2016.

PANCHENKO, Dimitri. Thales's Prediction of a Solar Eclipse. *Journal for the History of Astronomy*, n.25, 1994, p. 275. Disponível em: <<http://articles.adsabs.harvard.edu/full/1994JHA...25..275P>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

PIGGOTT, Michael. Archivos y memoria. In: MCKEMMISH, Sue. et al. (Orgs.). *Archivos: gestión de registros en sociedad*. Cartagena: Concejalía de Cultura, 2007, p. 405-441.

RAMINGEN, Jakob von. Von der Registratur, Vnd Jren Gebäwen vnd Regimenten, deßgleichen von jhren Bawmeistern vnd Verwaltern vnd jrer qualificationen vnd habitibus, Heidelberg, 1571. Disponível em: <<https://bildsuche.digitale-sammlungen.de/index.html?c=viewer&lv=1&bandnummer=bsb00010487&pimage=00001&suchbegriff=&l=de>>. Acesso em: 29 nov 2016

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, v.2, n.1, Dordrecht, 2002, p. 1-19.

UPWARD, Frank. El contínuo de lós registros. In: MCKEMMISH, Sue. et al. (Orgs.). *Archivos: gestión de registros en sociedad*. Cartagena: Concejalía de Cultura, 2007, p. 275-307.

Avaliar para incorporar: políticas institucionais de formação de acervo¹

Sonia Troitiño

Universidade Estadual Paulista (Unesp/
Marília).

*Appraise to incorporate:
institutional policies for the
constitution of collections*

Resumo

Este ensaio se propõe analisar o impacto ocasionado pelo processo de incorporações de arquivos paralelo ao de gestão documental, em instituições de guarda de arquivos permanentes. Hoje em dia, diante dos novos paradigmas de gestão e custódia documental, arquivos e centros de documentação seguem adotando similarmente políticas de ampliação de seus acervos. Desse modo, pretendemos aqui refletir sobre a relação existente entre avaliação de documentos, por via extraordinária à gestão documental, e formação de acervos institucionais, visando à preservação permanente de documentos.

Palavras-chave: Avaliação documental; Custódia; Arquivos históricos.

Abstract

This essay intends to analyze the impact caused by archive incorporation process parallel to documental management in institutions responsible for the custody of permanent archives. Nowadays, facing the new paradigms of documental management and custody, archives and documentation centers continues to adopt policies to expand their collections. Thus, we intend here to reflect about the relation between the appraisal of documents, which occurs beyond the documental management field, and the formation of institutional collections, aiming the permanent preservation of documents.

Keywords: Documental appraisal; Custody; Historical archives.

¹ O estudo apresentado neste ensaio faz parte do projeto de pesquisa *Relação entre custódia e tratamento documental: investigação sobre procedimentos arquivísticos de incorporação de acervos*, desenvolvido com auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Pesquisa – CNPq (Processo 443533/2014-8). Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB) com o título *O Receber e o Organizar: interfaces entre avaliação documental e organização arquivística*.

I n t r o d u ç ã o

Para além da gestão documental, caminho natural para a formação de acervos arquivísticos, os arquivos tradicionalmente sempre se valeram de processos paralelos de aquisição de conjuntos documentais definidos como de interesse social. Em decorrência, distintos procedimentos jurídicos de entrada de documentos, tais como recolhimento, depósito, doação, compra, entre outras possibilidades, podem ser adotados para o incremento de acervos em unidades de informação das mais diversas origens.

A discussão aqui desenvolvida leva em conta a reflexão feita a partir da relação entre custódia e tratamento documental, especialmente sobre a adoção de protocolos de trabalho em arquivos, de modo a racionalizar procedimentos de incorporação e disponibilização de documentação à sociedade. Embasados na teoria arquivística, em particular no que tange a

identificação e avaliação documental, na discussão aqui proposta daremos ênfase aos documentos recebidos paralelamente ao sistema de gestão documental – por Ramón Alberch Fugueras (2003, p. 105-106) chamado de *via extraordinária* de incorporação, por fazer referência ao recolhimento de documentos não provenientes da Administração.

Segundo Alberch Fugueras, desde os anos 1980 existe uma política de captação de fundos externos às instituições produtoras de documentos, voltada para o recolhimento de arquivos de diversas origens: patrimoniais e pessoais, econômicos e de empresas, de entidades e associações e de órgãos extintos, com a vontade de enriquecer os arquivos públicos e diversificar a tipologia de seus próprios fundos. O autor alerta ainda que esses documentos se caracterizam por normalmente chegarem desordenados e em frágil estado de conservação.

Justamente por isso, é imprescindível a existência de uma política de avaliação que identifique seu potencial interesse para a pesquisa (ALBERCH FUGUERAS, 2003).

A partir disso, pretendemos aqui apresentar algumas questões sobre

o impacto ocasionado nos procedimentos de organização e disponibilização de documentos em instituições receptoras de documentos por sistema paralelo ao de gestão documental, como no caso das aqui abordadas: Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), Instituto de Estudo Brasileiros da

Universidade de São Paulo (IEB/USP) e Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Cedem/Unesp). Dessa forma, identificar e analisar os procedimentos de incorporação de documentos a arquivos permanentes contribui para o entendimento da formação dos repositórios arquivísticos institucionais e

sobre para a eleição de critérios de sua organização.

A questão da custódia apresenta-se como ponto fulcral da reflexão, pois a partir dela são estabelecidos os protocolos de trabalho a serem adotados no momento de acolhimento de um

novo conjunto documental, levando-se em consideração sua organização prévia e as tendências assumidas por instituições arquivísticas na atualidade.

O sistema de avaliação de documentos configura outro ponto a ser explorado. Quando fruto da administração, os parâmetros adotados pela

gestão documental costumam ser claros e bem estudados. No entanto, os referenciais adotados para avaliar e valorar documentos provenientes de origens diversas (arquivos pessoais, familiares, coleções etc.) normalmente não possuem regras ou procedimentos metodológicos tão rígidos quanto os de arquivos institucionais.

A questão da custódia apresenta-se como ponto fulcral da reflexão, pois a partir dela são estabelecidos os protocolos de trabalho a serem adotados no momento de acolhimento de um novo conjunto documental, levando-se em consideração sua organização prévia e as tendências assumidas por instituições arquivísticas na atualidade.

Implicações da custódia e formação de acervo

Do aleatório ao regrado, o momento de incorporação de novos conjuntos documentais pode ocasionar impacto no sistema de organização e acesso já estabelecido em um arquivo permanente. O que em um primeiro momento pode parecer uma transferência tranquila de documentos, representa obrigatoriamente replanejamento logístico, muitas vezes classificatório, e dinamismo de determinados instrumentos de pesquisa.

Nesse panorama, a questão da custódia ganha destaque. Entre a propriedade e a guarda temporária, existem diversas possibilidades de responsabilidade legal sobre um acervo. Definir o *status* jurídico ao qual se encontra sujeito acaba por determinar, em larga medida, os procedimentos de tratamento arquivístico sobre o conjunto documental agregado, por parte da instituição custodiadora. Em geral, acervos cuja guarda é temporária são submetidos a protocolos de trabalho distintos dos incorporados sob guarda definitiva.

O debate, aqui posto, iniciou-se com a discussão tratada no projeto de pesquisa *Estudo Comparativo de Funções e Atividades em Instituições Análogas: a produção de inventários post-mortem nos Juízo Ordinário e Juízo de Órfãos*. Desenvolvido entre 2011-2013, neste trabalho procuramos entender o contexto de produção documental, a tramitação impingida pela burocracia e as etapas do ciclo vital, acompanhando as mudanças da estrutura administrativa em conjunção com a produção documental de um mesmo tipo documental de diferentes proveniências. Buscávamos, assim, entender se a origem do documento interferia no modelo documental representado pelo tipo. O que pode ser percebido ao longo dessa pesquisa é que a incorporação de acervos de modo não planejado gera ônus ao sistema de organização documental dos arquivos. Algumas vezes, como nos casos dos fundos acima citados, os princípios de proveniência e integridade arquivística são rompidos, levando à descontextualização funcional da documentação (TROIÑO, 2012).

No esteio dessa constatação, diversos

questionamentos emergiram. Um deles, no entanto, se apresentou latente: ao transferir a custódia de um fundo, o fator referencial tomado por proveniência pode sofrer prejuízo? Esse ponto é crucial, pois a constatação afeta todo o sistema classificatório e a organização arquivística decorrente. Apenas para exemplificar uma das possíveis ocorrências, esse tema fica bem evidenciado quando se verifica a confusão ocasionada entre fundos privados de pessoas públicas e documentação de origem pública.

Compreender o procedimento de avaliação pela via extraordinária de incorporação de documentos, identificando os valores e a representatividade do conjunto documental e como os distintos mecanismos empregados para a aquisição de acervos interferem nos quadros de arranjo documental e em seus instrumentos de acesso, pode ser esclarecedor dos recursos organizacionais empregados nas etapas posteriores de tratamento documental.

Ao transferir a custódia de um fundo, o fator referencial tomado por proveniência pode sofrer prejuízo? Esse ponto é crucial, pois a constatação afeta todo o sistema classificatório e a organização arquivística decorrente.

Dessa maneira, com o intuito de discutir os procedimentos adotados por instituições de custódia de documentos de distintas naturezas, foram selecionadas três com expressiva presença no cenário nacional, tanto pelo patrimônio que preservam, quanto por sua atuação no campo da organização de arquivos e por possuírem políticas ativas para o incremento de seus

próprios acervos: o Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e o Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

Sobre a noção de custódia

Tradicionalmente, a ideia de custódia sobre um acervo arquivístico remete ao zelo pela documentação enquanto bem, englobando a responsabilidade pela preservação física, pelo acesso e,

não raramente, o cuidado com o uso de seu conteúdo informacional, em termos legais.

Na atualidade, novas formas de custódia ganharam espaço e desvincularam a guarda do documento da propriedade sobre ele. Maria Luisa Conde Villaverde (2007) problematiza a dinâmica do atual contexto político-econômico, afirmando que parte das causas motivadoras da atual tendência em se terceirizar a guarda de documentos deriva da própria sociedade da informação, assim como também da influência direta do mundo das empresas privadas no modelo de “nova gestão pública”.

Nesse contexto, novos paradigmas, como o pós-custodial, por exemplo, surgem fomentando tendências de mercado. Contudo, nem sempre correspondem ao conceito de custódia, ainda que, de uma forma ou de outra, incitem a adoção de medidas em nome do emprego de uma “boa gestão administrativa”.

Desde os anos 1980, a ideia de era pós-custodial, por muitos considerada manifestação pós-modernista na

Arquivologia, tem ganhado adeptos e sido amplamente divulgada. Surge em resposta à linha tradicionalista, que tem como um de seus grandes autores Sir Hilary Jekinson (1922), mas que acaba por colocar em xeque também linhas mais contemporâneas, como a representada pela *record management* americana e sua contra resposta, a *arquivística integrada* canadense, ambas amplamente enraizadas na abordagem patrimonialista de arquivos, apesar das visões inovadoras que introduzem.

Ao se referir à tendência pós-custodial, Terry Cook (1992) comenta que a realidade do arquivista é frequentemente lógica e funcional, ao invés de física - posição em larga medida fomentada pela emergência da produção de documentos eletrônicos. Essa abordagem desloca o foco da percepção do profissional arquivista como curador de um acervo físico para o entendimento de um novo profissional com perfil de gestor da informação.

Os expoentes da Arquivologia portuguesa, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, em diversos de seus trabalhos, escritos tanto em conjunto

quanto individualmente, há alguns anos se colocam em oposição à visão tecnicista e patrimonialista que deriva da abordagem científica, e a favor da pós-custodial de arquivos. Argumentam que, diante da atualidade, a primeira visão se mostra obsoleta face à dinâmica mundial de produção e difusão de informações, postulando uma “viragem do paradigma” (SILVA & RIBEIRO, 1999).

No final dos anos 1990, desponta a corrente australiana *record continuum*, discutindo a abordagem adotada para o reconhecimento de valores, uso e pertinência da custódia de documentos. Surge em oposição à abordagem estanque e linear proposta pelo *ciclo de vida dos documentos* e às dicotomias apresentadas pela corrente americana (*records versus archives*) e seus correspondentes profissionais (*records managers versus archivists*). Para o modelo teórico australiano, a gestão documental deve ser contínua e integral, ocorrendo em todo o ciclo de vida do documento. A integração deve/pode ocorrer no eixo tempo-espço (UPWARD, 1996).

Na contramão dessas tendências, al-

gumas iniciativas de cunho prático em âmbito mundial, amplamente enraizadas no viés patrimonialista, têm surgido e incentivado a preservação física de acervos. Talvez duas de suas expressões mais emblemáticas possam ser representadas pelo *Programa Memória do Mundo* da Unesco (2002) e pela atuação da ONG *Archiveros sin Fronteras*.

Do mesmo modo, surge a corrente *total archives*, trazendo uma nova proposta, na qual arquivos de origem não pública devem ser preservados de igual modo pelo Estado, por serem tão representativos da sociedade quanto qualquer outro (MILLAR, 1998). Configura-se como uma estratégia visando à combinação de arquivos administrativos oficiais com outros de origem privada, de modo a se complementarem (PEARCE-MOSES, 2005).

Diante da atual conjuntura, é fundamental ter clara a diferença entre custódia física e custódia legal. Ligada a fins de preservação da integridade física dos documentos e à acessibilidade ao conjunto de informações neles registradas, cada vez mais a custódia física faz-se de forma independen-

te da responsabilidade legal sobre a documentação. Em contrapartida, a custódia legal vincula-se à posse e à responsabilidade pela criação de políticas governamentais de acesso ao material, independentemente de sua localização física (PEARCE-MOSES, 2005).

Apesar da forte tendência de desvinculação, ainda hoje não é raro que a custódia física e a custódia legal andem emparelhadas, muitas vezes tendo seus conceitos mesclados. Evidentemente, a custódia física de documentos implica necessariamente responsabilidade jurídica, porém uma responsabilidade vinculada à garantia de guarda e proteção de arquivos, independente do vínculo de propriedade (CUNHA, 2008).

Normalmente, as correntes da Arquivologia a que nos referimos, assim como os estudos dela derivados, se voltam para uma abordagem sistê-

mica dos arquivos oriundos da administração de entidades. Dessa forma, são raras as pesquisas que discutem a

questão da avaliação e recepção de documentos de outras origens sob tais vieses teóricos.

Instituições de guarda de documentos e suas políticas de aquisição de acervos

Recentemente, no Estado de São Paulo, o Decreto nº 60.145, de 11 de fevereiro de 2014, dispôs sobre o recolhimento de documentos de guarda permanente, produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta, indireta e fundacional para a Unidade de Arquivo Público do Estado, da Casa Civil. (Autor, data?) Além de determinar o recorte temporal (31/12/1940) utilizado para definir os arquivos submetidos a avaliação,

Apesar da forte tendência de desvinculação, ainda hoje não é raro que a custódia física e a custódia legal andem emparelhadas, muitas vezes tendo seus conceitos mesclados. Evidentemente, a custódia física de documentos implica necessariamente responsabilidade jurídica, porém uma responsabilidade vinculada à garantia de guarda e proteção de arquivos, independente do vínculo de propriedade

também dedica o Artigo 2º, Inciso IV, ao estabelecimento da condição prévia para a incorporação de acervos de origem privada ao Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Esse decreto – em larga medida fruto dos encontros do grupo paulista para a revisão da Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e para a I Conferência Nacional de Arquivos (2011) – busca regulamentar o sistema de incorporação de documentos fora do sistema de gestão documental do Estado. Revela-se, assim, pela primeira vez, a oficialização de uma política pública para a aquisição de arquivos por parte do governo de São Paulo. Isso não significa que, anteriormente, não tivesse havido iniciativas para a aquisição de arquivos com esse perfil,; muito pelo contrário. O Arquivo Público do Estado de São Paulo, desde sua criação, em 1892, pelo Decreto nº 30, sempre buscou incrementar seu próprio acervo, com documentos produzidos ou não pela administração pública. Como exemplo, podemos citar, já em 1899, a Lei nº 666, de 6 de setembro, que determinou que fosse recolhida ao Arquivo Público do Estado de São Paulo toda a documentação anterior ao século XIX pertencente a cartórios do judi-

ciário paulista; e, mais recentemente, a partir da década de 1980, o programa *Memorial dos Governantes*, voltado para reunir dentro do Apesp os arquivos pessoais dos principais dirigentes políticos do Estado de São Paulo.

Contudo, neste ensaio, em particular, faremos nossa análise a partir dos estudos de caso do IEB e do Cedem, instituições vinculadas a universidades, custodiadoras de importantes fundos e coleções de origem privada e muito proativas na captação e incorporação de novos acervos de valor histórico e social. Dessa forma, foram levantados dados referentes a essas duas instituições, especialmente em relação à missão institucional e formação de acervo. O levantamento de informações se deu por meio de visitas técnicas, entrevistas com os profissionais e responsáveis de cada instituição, consulta aos arquivos administrativos e leitura de bibliografia específica.

Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem)

O Centro de Documentação e Memória

da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Cedem/Unesp) foi criado em 1987 a partir da iniciativa de um grupo de pesquisadores de Humanas que, preocupado com a preservação de documentos e a memória histórica da Unesp, concebeu um centro de documentação e memória para a Universidade – momento de fundamentação de seus marcos de referência que ainda perduram. Surgia o Cedem, em larga medida moldado pela idealização de um núcleo de memória universitária, e também, naquela ocasião, pela ideia de constituir núcleos específicos sobre a memória paulista e sobre documentação regional (UNESP, 1987). Da concepção à concretização, ajustes ao projeto inicial fizeram-se necessários, e os núcleos sobre memória paulista e documentação, posteriormente, deram lugar a acervos sobre a memória de movimentos sociais.

Isso abriu um novo leque de possibilidades, diante da ampliação da linha de atuação que o definia. Se, originalmente, o Cedem fora concebido para gerar e abrigar documentos sobre a própria história da Universidade e, assim, atuar em prol da preservação de seus arquivos,; ao aceitar arquivos com origem distinta teve que se reinventar.

Esse processo foi iniciado em 1994, com a entrada da totalidade dos documentos que integravam os acervos de outras instituições, como o *Archivio Storico del Movimento Operário Brasileiro* (Asmob/IAP) e o Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa (Cemap), por meio de convênio estabelecido. A partir desse momento, o Cedem começa a acolher arquivos sobre movimentos sociais de diversas origens e condições jurídicas – doação, depósito, compra (CAMARGO, 2008).

Durante décadas, os processos de incorporação de acervos tiveram caráter “espontâneo”, condicionado a avaliações sem protocolos ou metodologia explicitados. Em 2015, foi definida uma *Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição de Acervos* (UNESP, 2015), documento que passou a nortear todas as atividades de expansão do acervo da instituição.

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)

Idealizado pelo renomado historiador

Sérgio Buarque de Holanda, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo surge em 1962 com o objetivo de estudar a sociedade brasileira em seus múltiplos aspectos, constituindo, por um lado, um centro de pesquisa (adquirindo acervos e estimulando investigações) e, por outro, promovendo atividades acadêmicas, como cursos, eventos e publicações (SANCHES, 2011).

Institucionalmente, o IEB entende que documentação e pesquisa são indissociáveis (USP, 2010). Conseqüentemente, tanto a formação do arquivo da instituição quanto as pesquisas desenvolvidas por seu corpo de docentes, alunos e pesquisadores vinculados, fazem parte da missão institucional. Grandes esforços foram empregados para a garantia dessa vocação. Em sua concepção original, Sérgio Buarque de Holanda idealizou um órgão multidisciplinar e multitemático es-

Se originalmente, no projeto de Sérgio Buarque de Holanda, o IEB deveria constituir uma grande Brasileira por meio da reunião de diversos acervos com esse perfil, com as mudanças de gestão e o corpo de pesquisadores o foco de interesse institucional se voltou principalmente para arquivos de escritores e de artistas vinculados ao modernismo brasileiro

pecializado nos estudos sobre o Brasil. Segundo Caldeira (2002), o historiador pretendia renovar os estudos sobre a História do Brasil a partir de uma perspectiva multidisciplinar, grande novidade para a época. Assim sendo, a ideia da constituição de um acervo voltado para essa finalidade, que fomentasse pesquisas nesse eixo temático, se confundiu inicialmente com a constituição de uma grande Coleção Brasileira.

Se originalmente, no projeto de Sérgio Buarque de Holanda, o IEB deveria constituir uma grande Brasileira por meio da reunião de diversos acervos com esse perfil, com as mudanças de gestão e o corpo de pesquisadores o foco de interesse institucional se voltou principalmente para arquivos de escritores e de artistas vinculados ao modernismo brasileiro, das mais diversas especialidades (USP, 1997). Assim, na atualidade, o IEB tem sob sua responsabilidade a guarda e preservação

de um significativo conjunto de fundos e coleções de importantes personalidades brasileiras, como Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Fernando de Azevedo, Anita Malfatti, Camargo Guarnieri, João Guimarães Rosa, entre tantos outros, distribuídos entre o Arquivo, a Biblioteca e a Coleção de Artes Visuais – as três grandes divisões adotadas para tratamento documental no IEB.

A USP, anteriormente à criação do IEB, em 1935, já havia adquirido, pelas mãos do então diretor do Departamento de Cultura, Mário de Andrade, a destacada Coleção Alberto Lamego, considerada a primeira brasileira a ser constituída, e que durante décadas ficou sob a responsabilidade da Biblioteca da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL. Unindo a importância da coleção Lamego à oportunidade de compra de outra significativa brasileira, a Coleção Yan de Almeida Prado, argumenta Sérgio Buarque de Holanda, “ que esta biblioteca, juntamente com a Lamego da FFCL, será um sólido ponto de partida para a estruturação de um grande centro de estudos de alto nível que honrará e dará maior renome internacional à Universidade de São Paulo” (Processo RUSP nº 15537/62 apud CALDEIRA, 2002, p. 99-100).

Desse modo, com a proposta de reunir acervos de valor histórico existentes dentro e fora da Universidade, seria criado o IEB – proposta que já dizia respeito a uma ação estratégica, no sentido de reunir importantes fontes de pesquisa que subsidiassem suas próprias investigações e, simultaneamente, agregassem prestígio à USP.

Tem início, então, uma atuação crescente de captação de arquivos externos à Universidade e que perdura, inclusive, na atualidade. Segundo Caldeira (2002, p. 103), o ingresso de acervos no IEB, por doação, é predominante, tendo sido continuamente crescente ao longo das décadas, com ênfase no período 1990-1997. Entretanto, também pudemos perceber grande presença de acervos incorporados por compra ou legado (USP, 1997).

Cedem e IEB: semelhanças e dissonâncias

Tanto o IEB quanto o Cedem foram constituídos administrativamente de

modo a alcançar determinada autonomia em relação à estrutura universitária – evidentemente, dentro dos limites do possível –, e por isso estão vinculados a níveis hierárquicos superiores.

No caso do Cedem, ainda que criado com espaço físico determinado, acervo documental crescente, equipamentos e infraestrutura adquiridos com a finalidade de proporcionar preservação e acesso à documentação, somente foi institucionalizado em 2003, em nível de coordenadoria vinculada diretamente à Vice-Reitoria (Resolução Unesp nº 96/2003).

No projeto de criação do IEB, constava que deveria ser vinculado à FFCL, ao invés de se subordinar a algum departamento específico. Contudo, no ato de criação do IEB, efetivado pelo Decreto Estadual nº 40.346, de 7 de setembro de 1962, que aprovou os Estatutos da Universidade de São Paulo, (ele assumiu nível de Instituto Universitário, com administração própria, supervisionada pela Reitoria (Cf. Arts. 4º e 5º). O atual regimento explicita que o IEB é um órgão de integração da USP, constituindo Instituto Especializado (Resolução RUSP nº 5.831/2010).

Tal posição hierárquica nos quadros das universidades proporciona ao Cedem e ao IEB reconhecimento interno, como centros responsáveis por preservar importantes documentos históricos de interesse social e, portanto, prestígio agregado à missão universitária em suas três modalidades: ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, assumem certo valor referencial no que diz respeito ao tratamento arquivístico de documentos no âmbito universitário.

Por meio da análise da totalidade dos acervos, feita com base em visitas técnicas, consulta a instrumentos de pesquisa e relatos dos responsáveis pelos arquivos, notamos que, em ambas as instituições, o perfil dos acervos captados acompanha os interesses da gestão ou do grupo de pesquisadores constituintes do centro no período da aquisição, ao invés de ser determinado pela linha de acervo da instituição em si. Na verdade, a atuação desses grupos de pesquisadores conforma a linha de acervo, chegando a alterá-la de acordo com os interesses envolvidos.

No IEB, o deslocamento de interesse pela reunião de documentos que re-

fletissem uma grande brasileira para a formação de um acervo voltado para o modernismo brasileiro – de certo modo, adequação parcial ao conceito de brasileira – foi reflexo dos interesses de gestões e de pesquisadores atuantes em distintos momentos.

Do mesmo modo, essa tendência pode ser igualmente verificada no Cedem, nascido originalmente para abrigar, além do núcleo de memória universitária, núcleos sobre memória paulista e documentação regional. Ao agregar a temática “movimentos sociais de caráter político” como área de interesse, dividindo espaço com a linha de atuação memória universitária, excluiu definitivamente do projeto os núcleos de memória paulista e documentação regional – que, efetivamente, nunca foram constituídos por falta de pesquisadores que os promovessem.

Tanto o IEB quanto o Cedem recentemente estabeleceram e consolidaram políticas de formação de acervo, por meio da elaboração de documentos oficiais: *Critérios para Incorporação de Acervos ao IEB/USP* (2008); *Política de Acervo para o IEB* (2010); e *Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição de Acervos* (CEDEM, 2015).

No relato de ambas as instituições, a adoção de uma política norteadora para a formação de acervo se revelou divisor de águas. Para o IEB, quando questionado se o emprego de medidas rígidas de seleção e incorporação de acervos resultou em queda da oferta de documentação à instituição, a resposta foi negativa. Pelo contrário: em depoimento coletado, houve a afirmativa de que o emprego de critérios e procedimentos claros e transparentes de avaliação de documentos de interesse histórico-cultural agregou credibilidade ao próprio instituto, assim como aos conjuntos documentais por ele abrigados¹.

Em relação ao Cedem, nos poucos meses de vigor da política (estabelecida em novembro de 2015), o que se pode notar é que, pela primeira vez, há regras claras para a incorporação de acervos – antes decidido de forma particularizada pela coordenação ou por iniciativa pontual de funcionários. A partir da adoção da política, foi dada voz ao corpo técnico, que se manifesta por escrito sobre a pertinência ou interesse do conjunto documental ofer-

¹ Entrevista realizada com a supervisora do Arquivo do IEB, Elisabete Marin Ribas, em 03/08/2016.

tado, para fins de instrução do processo e para deliberação do Conselho Consultivo. Houve também a consideração de que a política, em determinados casos, como o de conjuntos documentais menores, é um excesso de burocratização do sistema, segundo percepção pessoal da entrevistada².

No que se refere ao tratamento técnico documental, as duas instituições apresentam propostas e histórico de intervenções bem diferentes, que transparecem não somente em seus instrumentos de pesquisa, mas também nas formas de acesso à documentação.

O IEB, em geral, sempre recebeu conjuntos documentais bem definidos, em sua maioria arquivos pessoais, mas algumas coleções também, com procedência bem documentada e raras transferências de propriedade. Durante muitos anos utilizou como metodologia, para a organização arquivística, o clássico modelo de organização de arquivos pessoais do CPDOC-FGV (1994). Mais recentemente, vem trabalhando com experimentação e de-

envolvendo metodologia própria para a organização de arquivos pessoais, em larga medida pautada na análise documental e categorização, conforme história de vida dos titulares.

O Cedem, talvez por custodiar documentos provenientes de movimentos sociais com caráter político – muitas vezes reunidos na clandestinidade, perdidos e recuperados diversas vezes, com passagem por vários titulares, apresentando elevado grau de dificuldade na identificação da proveniência e ordem original – em geral trata tais documentos de forma articulada, entre fundos e coleções, agrupados fisicamente por critérios variados, como espécie ou gênero documental (periódicos, cartazes, fotografias, livros, documentos textuais, audiovisual). Contudo, a informação sobre a procedência sempre é preservada na descrição ou base de dados correspondente. Ainda que não utilize o modelo de sistema de séries elaborado por Peter Scott (1966), certas opções metodológicas às vezes podem lembrar, mesmo que vagamente, as propostas do autor.

Avaliação documental no sistema extraordinário e organização arquivística

² Entrevista realizada com a historiógrafa do CEDEM, Jacy Machado Barletta, em 05/08/2016.

A noção arquivística de organização documental está intimamente ligada ao processo de contextualização do fundo, sendo esta uma questão quase pacífica entre os diversos pesquisadores ou profissionais que trabalham em arquivos. Contudo, o que raramente se discute são os distintos parâmetros possíveis a ser adotados com essa finalidade.

O modo como o arquivo é avaliado deve obrigatoriamente levar em consideração distintos elementos: 1) proveniência; 2) completude enquanto conjunto orgânico de documentos ou de informações; 3) caracterização das espécies e tipos documentais; 4) conteúdos informacionais; 5) histórico do titular e do contexto em que atuou; e 6) história arquivística. Todos são critérios fundamentais no processo de organização arquivística, que obrigatoriamente devem aparecer no momento da avaliação e valo-

Estabelecer critérios de análise que levem em conta a origem dos documentos é imprescindível para a contextualização funcional da produção documental. Se o trabalho de organização de fundos arquivísticos deve necessariamente passar pelo entendimento das causas que motivaram a criação dos documentos, o reconhecimento de seus valores sociais, históricos e testemunhais também deve.

ração de um acervo a ser incorporado a uma instituição de guarda de documentos.

Estabelecer critérios de análise que levem em conta a origem dos documentos é imprescindível para a contextualização funcional da produção documental. Se o trabalho de organização de fundos arquivísticos deve necessariamente passar pelo entendimento das causas que motiva-

ram a criação dos documentos, o reconhecimento de seus valores sociais, históricos e testemunhais também deve. Por isso, a produção documental precisa ser considerada nas avaliações de documentos, mesmo no sistema extraordinário de recolhimento, possibilitando, assim, a identificação de referenciais a ser utilizados, posteriormente, para o agrupamento de informações e documentos nos distintos níveis hierárquicos em

que se encontram, dentro de um plano de classificação arquivística capaz de evidenciar a organicidade inerente à documentação.

Nesse processo, a *identificação documental* assume papel preponderante e determinante, por se encarregar de fornecer os subsídios metodológicos necessários para o reconhecimento do valor do conjunto de documentos. Assim como Ramón Alberch Fugueras (2003), entendemos que a identificação documental é inseparável da avaliação documental, que tem justamente como objeto preferencial de análise as séries e os tipos documentais.

Ambas constituyen necesariamente un paso previo ineludible para proceder de manera coherente a la clasificación, descripción, y recuperación de los documentos y de la información. Así, pues, nos encontramos con que la identificación se convierta en el inicio de un proceso secuencial que hay que vincular – estrecha

Arquivos pessoais constituem fontes valiosas de pesquisa porque são capazes de refletir aspectos da realidade social não contemplados por fundos institucionais, normalmente regidos pelas normas do direito administrativo. Revelam-se, assim, mais próximos do viver e atuar em sociedade.

y especialmente – a la evaluación y clasificación, ya que necesita conocer (es decir, identificar y caracterizar) los fondos y las secciones, las subsecciones, las series y las tipologías documentales y, en último término, los expedientes y las unidades documentales (ALBERCH ALBERCH FUGUERAS, 2003, p. 109).

Dessa forma, desempenha importante papel para a organização arquivística, possibilitando um trabalho com maior eficiência, já que a partir dela é possível subsidiar as etapas posteriores a sua própria aplicação, como classificação, avaliação e descrição, entre outras (TROI-TIÑO & FONSECA, 2016).

Segundo Ana Célia Rodrigues (2008), a identificação documental se destaca no tratamento de documentos de arquivo, por colaborar para a compreensão da natureza dos arquivos, de suas particularidades, e viabilizar a contextualização informacional. Dessa forma, ao pensar na preservação de arquivos pessoais – grande parcela

dos acervos custodiados pelas instituições aqui estudadas –, deve ser levada em conta a origem da documentação, os modos de produção e acumulação dos documentos, a trajetória do acervo e a diversidade tipológica dos registros.

Arquivos pessoais constituem fontes valiosas de pesquisa porque são capazes de refletir aspectos da realidade social não contemplados por fundos institucionais, normalmente regidos pelas normas do direito administrativo. Revelam-se, assim, mais próximos do viver e atuar em sociedade. Essa compreensão passa pelo entendimento dos tipos documentais e das relações orgânicas que permeiam a documentação de ordem pessoal, como elementos cruciais para o seu reconhecimento enquanto arquivo.

A identificação documental também pode contribuir para o reconhecimento dos tipos documentais, pois possibilita a análise, tanto individual quanto articulada, das unidades documentais dentro do conjunto orgânico de origem, revelando, além das características próprias de cada registro, elementos do contexto de acumulação e guarda, bastante significativos para a compreensão da constituição do fundo (TROIÑO & FONSECA, 2016).

Algumas considerações

Neste ensaio, realizamos algumas considerações introdutórias, com base nos preceitos da Arquivologia, sobre a questão da incorporação de documentos com informações de valor histórico a instituições de custódia, paralelamente ao sistema ordinário de transferência de documentos. Documentos oriundos de diversas proveniências, que não a administrativa da instituição que os receberá, costumam ser avaliados e recolhidos, mas não institucionalizados. Esse é um dado significativo, pois oferece sentidos novos ao conjunto de documentos, especialmente por conviverem com outros arquivos ou coleções pertencentes à mesma linha temática.

Com base no estudo de caso do IEB e do Cedem, foram feitas reflexões sobre a questão da avaliação dentro e fora de políticas de incorporação de acervos estabelecidas; e sobre como a documentação incorporada se articula com a totalidade do acervo custodiado pela instituição. Importa dizer que essa é uma pesquisa em curso. Por isso, não consideramos os aspectos aqui anali-

sados como uma discussão encerrada, mas antes uma reflexão de valor intro-

dutoário ao tema, conscientes de que ainda há muito a se explorar.

Referências

ALBERCH FUGUERAS, Ramón. *Los archivos, entre la memoria historica y la sociedade del conocimiento*. Barcelona: UOC, 2003.

BATISTA, Marta Rosseti (Coord.). *ABC do IEB*. Guia Geral do Acervo. São Paulo: IEB/EDUSP, 1997.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *IEB: origem e significados*. Uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAMARGO, Célia Reis (Org.). *Guia do Acervo - Cedem*. São Paulo: Cedem/Unesp, 2008.

CEDEM (Centro de Documentação e Memória - Universidade Estadual Paulista). *Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição de Acervos*. São Paulo: Cedem, 2015. 8 p. Não Publicado.

CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas). *Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa. Un aspecto de la privatización de los servicios públicos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: AAB, 2007. p. 51-63.

COOK, Terry. The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. *Archivaria*, [S.l.], jan. 1992.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

EDMONDSON, Ray. *Memória do Mundo*. Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental. [S.l.]. UNESCO, Divisão da Sociedade da Informação, 2002. Disponível em <[http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diretrizes para a salvaguarda do patrim%C3%B4nio documental.pdf](http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diretrizes_para_a_salvaguarda_do_patrim%C3%B4nio_documental.pdf)>. Acesso em: 9 set. 2016.

JENKINSON, HILARY. *Manual of archive administration*. Oxford: Claredon Press, 1922.

MILLAR, Laura. Discharging our debt: the evolution of the Total Archives concept in English Canada. *Archivaria*, [S.l.], jan. 1998.

PEARCE-MOSES, Richard. *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: Society of American Archivists, 2005.

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 26, n. 1, p. 241-259, abr. 2011.

SCOTT, P. The Record Group concept: a case for abandonment. *The American Archivist*, [S.l.], v. 29, n. 4, p. 493-504, out. 1966.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Julio; REAL, Manuel Luís. *Arquivística*. Teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.

TROITIÑO, Sonia. Cuestiones en torno a la transferencia de la custodia de los documentos entre archivos públicos. *Ibersid: Revista de sistemas de información y documentación*, Zaragoza, Espanha, v. 6, p. 127-133, 2012.

TROITIÑO, Sonia; FONSECA, Gabrieli Aparecida da. A aplicabilidade da identificação documental em arquivos pessoais: uma reflexão. *Ibersid: Revista de sistemas de información y documentación*, Zaragoza, Espanha, v. 10, n. 1, p. 33-40, jan./jun. 2016.

USP (Universidade de São Paulo). Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). *ABC do IEB*: guia geral do acervo. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Critérios para Incorporação de acervos ao IEB, 2008. In: *Guia do IEB*: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: IEB, 2010.

_____. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). *Guia do IEB*: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: IEB, 2010.

_____. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Política de Acervo para o IEB, 2010. In: *Guia do IEB*: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: IEB, 2010.

UPWARD, Frank. Structuring the Records Continuum - part one: postcustodial principles and properties. *Archives and Manuscripts*, Austrália, v. 24, n. 2, 1996.

Colcha de Retalhos

Patchwork Quilt

Jorge Alberto Soares Cruz

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Daniel Flores

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Tamiris Carvalho

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo

Ao escrever este artigo, verificou-se certa dificuldade em abandonar o lugar onde nos encontramos, ou seja, os arquivos e os documentos. Sendo assim, procurou-se traçar, como mote deste artigo, uma tentativa de problematizar a importância dos documentos na rememoração da história da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, tendo como foco inicial o Município de São João do Polêsine, que se encontra situado em um espaço geográfico delimitado e marcado por uma cultura enraizada em forte sentimento identitário. Sendo assim, ressalta-se a importância dos arquivos como um espaço de memória, patrimônio documental e de rememoração histórica. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico, buscando livros, revistas e artigos referentes aos temas aqui abordados. Como conclusão destaca-se a importância da preservação, não só de um patrimônio documental e material, mas também de um patrimônio imaterial marcante na região estudada.

Palavras-chave: Migração; Memória; Identidade; Patrimônio; Arquivo.

Abstract

Writing this article, it was possible to verify a certain difficulty in leaving our current place: the archives, the records and the documents. The purpose of this article is to draw an attempt to problematize the importance of documents in the history of the Fourth Colony of Italian Immigration of Rio Grande do Sul, having as initial focus the municipality of São João do Polêsine, which is situated in a geographical space delimited and marked by a culture rooted in strong identity sentiment. Therefore, stands out the importance of the archives as a space or place of memory, as documental heritage and as historical remembrance. For that, a bibliographical survey was carried out, searching for books, magazines and articles referring to the themes discussed here. As a conclusion, is highlighted the importance of the preservation, not only of documental and material heritage, but also of a remarkable intangible heritage in the region studied.

Keywords: Migration; Memory; Identity; Patrimony; Archive.

I n t r o d u ç ã o

Este artigo tem como finalidade buscar argumentos que colaborem com a preservação do patrimônio histórico e documental da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, tendo como foco inicial a Prefeitura de São João do Polêsine. Com auxílio bibliográfico, buscou-se argumentos criteriosos e metodológicos que justifiquem a preservação dos documentos que existem no referido município. O acervo é composto por dados que antecedem a instalação da primeira legislatura em 1993, informações da Câmara de Vereadores e do executivo municipal. Defende-se a idéia de que a preservação destes acervos irá auxiliar na manutenção da identidade, memória e do patrimônio documental, corroborando na rememoração da história política da localidade, além de fortalecer os sentimentos de pertencimento a uma cultura. Nestes arquivos, “tudo se focaliza em alguns instantes

de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chama de história” (FARGE, 2009, p. 14).

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, abordou-se um pouco da história da Quarta Colônia de Imigração Italiana e de São João do Polêsine, inserido em um contexto geográfico e cultural, como fator responsável pela formação de uma identidade e de uma cultura. Depois, procurou-se defender os arquivos e os documentos que se encontram na região estudada como fatores que auxiliam na formação de um processo identitário, marcado pelo pertencimento a uma cultura. Para tanto, buscou-se argumentos em autores como Le Goff (1990), Pierre Nora (1993), dentre outros, que defendem os arquivos como espaços de memória. Encerra-se o artigo fazendo alusão dos documentos como patrimônio.

São João Do Polêsine: origem, povoamento e identidade cultural.

Localizada na região central do Rio Grande do Sul, a cidade de São João do Polêsine teve sua origem em um loteamento de terras de propriedade do Senhor Manoel Py, sendo inicialmente povoada por famílias italianas, oriundas de Bento Gonçalves, Vale Vêneto, Silveira Martins, entre outras localidades. O nome de São João do Polêsine tem sua origem na forte tradição religiosa existente nas colônias italianas e nas semelhanças existentes com a região de Polêsine, na planície do Vale do Rio do Pó, no norte da Itália.

O município faz parte das nove cidades que compõem a Quarta Colônia de Imigração Italiana, que inicialmente chamou-se de Colônia de Silveira Martins. Cabe destacar que as outras três colônias italianas que surgiram no Rio Grande do Sul estão localizadas na Serra Gaúcha e eram denominadas de Campo dos Bugres (Caxias do Sul), Conde D'Eu (Bento

Gonçalves) e Princesa Isabel (Garibaldi).

Como as demais colônias formadas por imigrantes italianos, a Colônia de Silveira Martins, durante o período imperial, passa por um processo de isolamento que desperta em seus habitantes a busca por questões relacionadas ao pertencimento de uma cultura, de um processo identitário.

Como as demais colônias formadas por imigrantes italianos, a Colônia de Silveira Martins, durante o período imperial, passa por um processo de isolamento que desperta em seus habitantes a busca por questões relacionadas ao pertencimento de uma cultura, de um processo identitário. Seyferth

(2005) destaca que este processo é chamado de etnicidade, que provoca um sentimento cultural de italianidade, o que pode ser considerado como uma forma de criar laços consanguíneos e de identificação com alguma cultura. Este processo de etnicidade (ou etnocultural) ainda predomina nas regiões povoadas por descendentes dos imigrantes italianos. Para Richard Rorty (2002), esta visão de etnocentrismo é uma característica de quem considera seu grupo étnico mais importante que os demais. Nesta linha de raciocínio, o mesmo autor destaca que

Ser etnocêntrico é dividir a raça humana entre as pessoas para quem precisamos justificar nossas crenças e as outras. O primeiro grupo-ethos- compreende aqueles que compartilham suficientemente as mesmas crenças a ponto de tornar possível uma conversação frutífera. Nesse sentido, todo mundo é etnocêntrico quando engajado em um debate atual, não importando quanto de retórica realista sobre a objetividade venham a se produzir em seu estudo (RORTY, 2002, p. 48).

Ainda referente a este processo identitário, Miriam Santos (2005) ressalta que, na época da imigração, apesar do passaporte italiano, os imigrantes consideravam-se venetos, trentinos, lombardos e, principalmente, católicos, o que ocorre em razão da forte religiosidade que predominava nas colônias: se eles se declarassem italianos, estariam traindo a Igreja Católica. Justifica-se esta afirmação porque embora a unificação italiana tenha ocorrido na época das primeiras migrações, o Estado do Vaticano só foi reconhecido antes da Segunda Guerra Mundial. Este sentimento ideológico/religioso, que predomina ainda hoje, deu aos imigrantes os subsídios individuais e coletivos para a sua existência e, por isso, consolida-se, dentre os descendentes de imigrantes, a ideia

de se sentirem mais católicos do que italianos e/ou brasileiros (BOLZAN, 2015). Percebe-se que estes sentimentos de etnicidade e religiosidade estão investidos de um forte sentimento ideológico. Estas ideologias “podem ser vistas como sistemas de pensamento, sistemas de crenças, ou sistemas simbólicos que se referem à ação social ou à prática política” (THOMPSON, 2011, p. 14).

Para Okumura (2000 apud SEYFERTH, 2005), existe uma variabilidade na afirmação das identidades étnicas, dependendo da situação social em que os indivíduos se encontram. O mesmo autor salienta que esta afirmação em relação a uma cultura se estabelece em razão dos imigrantes terem vivido isolados nas colônias, onde possuíam “alguma coisa em comum que não era compartilhada com os brasileiros” (idem, p. 23). Para Miriam Santos (2005, p. 47), este sentimento prevalece até os dias de hoje, porque muitos descendentes de imigrantes preferem afirmar serem “italo-brasileiro, por considerar mais valorizado do que ser simplesmente brasileiro”.

Pertencer ou se identificar com um grupo étnico pode ser considerado como uma cultura transmitida ou ad-

quirida de uma geração para outra, porém, como coloca Taylor (1832), essa transmissão não é hereditária e, muitas vezes, é assimilada de forma inconsciente.

Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (TAYLOR, 1832, p. 1 apud CUCHE, 1999, p. 35).

Percebe-se que a cultura faz parte da identidade de grupos sociais organizados. Haesbaerth (2005) salienta que a força desta identidade entre muitos grupos de imigrantes e seus descendentes é um dos principais fatores responsáveis pela coesão mantida por este grupo, mesmo longe de seu território de origem.

Nos discursos dos mediadores (alguns aqui citados como memorialistas ou historiadores locais) ou mesmo nas expressões identitárias de senso comum observáveis nas regiões colonizadas por europeus no sul do Brasil, está sendo construído e reconstruído o imigrante convertido em colono pela política imigratória. Ao fazer isso, a colônia (em sentido coletivo) passa a ser um território compartilhado, espécie de terra nossa [...] (SEYFERTH, 2005, p. 23).

A colônia é um espaço territorial (terra nossa), ou seja, um espaço onde predomina uma determinada cultura, ou um local identitário. Mas como entender este território? Haesbaert (2005, p. 36) coloca que “o território é uma porção da superfície no qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou parte de seus membros, a utilização de parte dos recursos aí existentes.” Estes territórios formam um “espaço de vida e ação de unidade política, jurídica, econômicas, eclesiásticas ou sociais do passado nos marcos de suas cambiantes e consequências geográficas” (KOSELLECK, 2014, p. 77).

Leif Jerram (2012) afirma que o espaço é uma categoria principal, através do qual a experiência humana precisa ser analisada e explicada. Além disso, também ressalta o impacto ou a influência destes espaços em nossas vidas. Para Koselleck (2014, p. 77), este espaço e o tempo representam, como categorias, as condições de possibilidade da história: “O espaço é algo que precisamos presupor meta-historicamente, pois se modifica social, econômica e politicamente” O autor complementa

seu raciocínio afirmando que os espaços humanos e históricos são criados ou apropriados pelo homem, para satisfazer suas necessidades de sobrevivência. Esta afirmação poderia ser utilizada como uma das justificativas para a ocupação e adaptação dos colonos italianos, aos espaços geográficos que lhes foram disponibilizados.

Esta discussão da ocupação do espaço territorial tem sido uma máxima nos estudos dos cientistas sociais e historiadores. Neste contexto, o historiador Reinhart Koselleck (2014, p. 73) coloca que “se por um lado, defino história como narrativa ou como criadora de identidade, ou se a enquadro como área de pesquisa das ciências sociais, todas estas decisões levam a estabelecer diferentes relações entre história e espaço”.

Os habitantes, das já citadas colônias, por várias razões, migraram para outros espaços geográficos.

Podemos afirmar que a cultura dos habitantes da Quarta Colônia pode ser vista como um processo identitário de grupos, e que esta cultura muitas vezes não está registrada em um suporte documental, mas, sim, é transmitida de uma geração para outra através dos arquivos orais, ou através de usos e costumes, ou seja, ela está na memória dos grupos.

Haesbaert (2005) ressalta que, quando ocorrem estes deslocamentos, eles são marcados por fortes laços de identidade cultural. Para Cuche (1999, p. 10), esta “cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem” O autor ainda destaca que ela provoca possíveis transformações na natureza, o que, segundo Koselleck (2014), tem proporcionado vários estudos científicos relacionados à ação dos homens na ocupação de espaços e a comunhão disto com as condições geográficas.

Tendo como base o “contexto das negociações identitárias, a cultura seria um elemento a ser considerado dinamicamente e não como fonte imutável de preenchimento grupal” (SANTOS, 2005, p. 51). Bauman (2013, p. 12) coloca que esta cultura seria um agente da mudança do “status quo, e não a sua preservação ou mais precisamente, um instrumento de navegação para orien-

tar a evolução social rumo a uma condição humana universal”.

Podemos afirmar que a cultura dos habitantes da Quarta Colônia pode ser vista como um processo identitário de grupos, e que esta cultura muitas vezes não está registrada em um suporte documental, mas, sim, é transmitida de uma geração para outra através dos arquivos orais, ou através de usos e costumes, ou seja, ela está na memória dos grupos. Pierre Nora (1993, p. 9) reforça esta afirmação, ao colocar que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e ao esquecimento”.

Recorrendo a Leroi-Courhan (1972 apud LE GOFF, 1990, p. 374), Le Goff afirma que “a evolução da memória, ligada ao aparecimento e à difusão da escrita, depende essencialmente da evolução social e do desenvolvimento urbano”. O mesmo autor afirma que “a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos”¹. Reforçando este pensamento, Pierre Nora (1993, grifo nosso) destaca que a “memória é

¹ Para Le Goff (1990), o monumento é um legado da memória coletiva.

absoluta e se enraíza no concreto, no espaço, no gesso, na imagem, nos objetos e *nos documentos*”. Por outro lado, ao comparar a memória com a história, Nora (1993) afirma que elas não são sinônimas: a história é uma representação do passado, enquanto a memória é um fenômeno vivido e sempre atual. Ulpiano Menezes (1992, p. 21) fortalece este raciocínio destacando que “a memória deve ser objeto da história e não seu objetivo”.

Arquivos, documentos e lugares de memória

No arquivo da Prefeitura de São João do Polêsine, encontram-se documentos do processo emancipacionista, da criação do município, em 1993, e documentos oriundos das secretarias municipais². Neste acervo, também são encontrados documentos de algumas escolas que foram extintas e fichas de pacientes, atendidos nos postos de saúde do município.

² Secretaria da Administração, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Obras, Secretaria da Saúde, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Educação.

A documentação encontra-se em caixas arquivo e em bom estado de conservação, porém se constata a existência de um volume considerável de duplicatas depositadas no acervo, o que tem provocado um acúmulo desnecessário de documentos. Exemplo disto é a Secretaria de Administração, que armazena no arquivo corrente todas as portarias, leis e decretos desde o ano de 1993. Porém, nesta mesma secretaria são realizadas e armazenadas cópias de todos estes documentos - algumas já encaminhadas ao arquivo permanente.

Na Secretaria de Obras, verifica-se um volume considerável de plantas de engenharia, sem tratamento adequado, sendo que algumas sequer fazem parte do acervo documental da prefeitura. Constata-se que, quando existe a necessidade de localizar plantas de determinadas obras, o tempo para execução desta tarefa é um pouco longo. Justifica-se esta afirmação pela falta de organicidade para esta tipologia documental.

O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) vem incentivando prefeitos e

presidentes de câmaras de vereadores para que sejam criados arquivos municipais que disponibilizem informações ao cidadão, favorecendo o exercício pleno da cidadania e a preservação da memória, da identidade e do patrimônio documental dos municípios.

Em relação à preservação da memória da Quarta Colônia, tendo como princípio a documentação de São João do Polêsine, pode-se afirmar, recorrendo a Nora (1993), que estes documentos, ou os arquivos onde estão depositados, assim como os museus e as bibliotecas, devem ser considerados como lugares de memória.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e ecumênicos guardados que nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993, p. 13).

A valorização destes espaços de memória e o surgimento de novos temas de estudo na área de história têm pro-

porcionado o desenvolvimento de investigações científicas em arquivos, centros de memória e centros de documentação. Nora (1993) coloca que estes espaços de memória são restos que nascem e vivem de sentimentos, pois onde não há memória espontânea, torna-se necessário criar arquivos, atas, aniversários, porque estas memórias não são naturais. Para Ricouer (2007, p. 428), a necessidade de criar espaços de memória objetiva evitar o esquecimento. O autor questiona se o “esquecimento não seria, portanto, sob todos os aspectos, o inimigo da memória, e a memória deveria negociar com o esquecimento para achar, às cegas, a medida exata de seu equilíbrio com ele?”.

A importância de se preservar os documentos em arquivos e estes serem vistos como espaço de memória e rastros do passado é demonstrado pela historiadora Arlete Farge (2009, p. 23), que escreve, de forma romaneada, a

A valorização destes espaços de memória e o surgimento de novos temas de estudo na área de história têm proporcionado o desenvolvimento de investigações científicas em arquivos, centros de memória e centros de documentação.

importância deste espaço: “O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaços por pedaço sem transformar, sua ortografia ou mesmo sua pontuação”.

Entende-se que preservar documentos de uma comunidade localizada em um espaço específico, tanto geográfico como

cultural, como é o caso de São João do Polêsine, é uma forma de evitar o esquecimento, ou melhor, é a rememoração de um conjunto de valores de um grupo étnico e social.

Para Bellotto (2000, p. 154), patrimônio documental “refere-se ao conteúdo dos arquivos permanentes/históricos [...]. Porém, como algo inerente à sociedade que produz/usa/consome o documento de arquivo, seja ele normativo, testemunhal ou informativo, ele não deixa de ser elemento integrante do patrimônio cultural”. Segundo a autora, integram o patrimônio documental aqueles documentos que

[...] já cumpriram a sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados; que já não tramitam; que já passaram pelo arquivo corrente; que já, submetidos a tabela de temporalidade, foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os produziu/recebeu/acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou esta instituição (BELLOTTO, 2000, p. 154).

Nesse sentido, são os conjuntos documentais, reunidos nos arquivos permanentes, que vêm a constituir o patrimônio documental institucional, municipal, estadual ou nacional. Bellotto aponta que alguns arquivistas europeus chamam patrimônio documental de *archivalia*, denominação de origem latina que se refere a todo o conteúdo de um arquivo.

Murillo (2007, p. 2) define patrimônio documental arquivístico como

[...] conjunto orgânico de documentos nascidos da gestão e que recebemos do passado, aos quais adicionamos os que farão parte de nossas vidas e que elegemos – depois de usado – para que sejam portadores de nossa identidade e alimentem a memória de feitos significativos da sociedade.

O autor aponta a importância do patri-

mônio documental arquivístico como portador de memória, seja de uma instituição pública ou privada, seja de um indivíduo. O patrimônio documental arquivístico é o reflexo administrativo e jurídico de toda atividade de uma comunidade, é portador de informações de primeira mão a serviço da memória” (MURILLO, 2007, p. 9).

Pode-se afirmar que, na atualidade, existe uma preocupação crescente dos gestores públicos³ em preservar acervos documentais (FONSECA, 1996). Para tanto, é necessária a criação de arquivos que estejam relacionados aos rastros e às crenças deixados ou herdados. Os locais onde se encontram estes acervos documentais podem ser considerados *vozes do passado* (NORA, 1993), ou seja, guardiões da memória e da identidade nas regiões onde estão inseridos, além de serem considerados um patrimônio histórico (e porque não dizer um monumento), que tem como uma de suas finalidades a realização de pesquisas historiográficas dos mais variados momentos da história social, política e econômica dos locais onde estão inseridos.

³ Ver Conarq (2014).

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens discursos, sinais visíveis do que foi (NORA, 1993, p. 15).

Menezes (1992) afirma que os problemas relacionados à preservação de documentos não estão na base de dados, mas na qualificação e sensibilidade humana em preservar informações para a posteridade. Segundo Marc Bloch (1941-1942 apud BARROS, 2012, p. 116), os documentos são testemunhos que só falam quando sabemos interrogá-los. Nesta mesma linha de raciocínio, Barros ainda afirma “que os fatos falam por si só a partir dos documentos”, reforçando as afirmações anteriores o autor coloca “que sem documento não há história”. Sendo assim, Paul Ricoeur (2007) salienta que os documentos são os primeiros componentes da prova da história, ou seja, são os testemunhos da história.

‘O testemunho nos leva, de um salto, das

condições formais ao conteúdo das coisas do passado (*pretérita*) das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental (RICOEUR 2007, p. 170).

Estes documentos e os arquivos, por si só, não têm condições de escrever a história. No entanto, é fato que eles, se bem analisados, são essenciais em pesquisas históricas básicas.

Sendo assim, o Conarq, em sua *Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital*, publicada em 2004, estabelece que os documentos arquivísticos

[...] são gerados e mantidos por organizações e pessoas para registrar suas atividades e servirem como fontes de prova e informação. Eles precisam ser fidedignos e autênticos para fornecer evidência das suas ações e devem contribuir para a ampliação da memória de uma comunidade ou da sociedade como um todo, vez que registram informações culturais, históricas, científicas, técnicas, econômicas e administrativas (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p. 2).

De acordo com o exposto, é muito difícil dissociar os documentos do estudo

da história, da identidade, da memória e do patrimônio. Candau (2012) faz uma associação entre a tríade memória, identidade e patrimônio ao afirmar que, as três são palavras-chave da consciência contemporânea, e que poderiam ser sintetizadas em apenas duas:

[...] poderíamos, alias, reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória – é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade (CANDAU, 2012, p. 16).

Ao discutir e defender o patrimônio documental da Quarta Colônia de Imigração Italiana, surge a seguinte indagação: o que é e como definir patrimônio? Sabemos que a origem etimológica da palavra patrimônio vem do latim “*patrimonium*” que está relacionada a alguma coisa herdada do pai. Gonçalves (1996, p. 81) aponta que o patrimônio “é concebido como uma expressão da identidade nacional em sua integridade e continuidade”. Observa-se em Stuart Hall (2001, p. 22) que a “identidade é formada através do pertencimento de uma cultura nacional fragmentada. Ao mesmo tempo, o

patrimônio é concebido, numa relação metonímica, como sendo a própria realidade que ele expressa”. Para Fonseca (1997, p. 49), “a questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos”.

No contexto internacional, Maria Cecília Fonseca (1997) aponta que, a partir do final do século XVIII, surge certa preocupação dos governos em preservarem determinados bens que simbolizassem a idéia de nação. Outro importante marco internacional na preservação do patrimônio foi a *Carta de Atenas*, publicada em 1931, e que despertou, nos legisladores brasileiros, a preocupação em elaborar leis que objetivassem a preservação de monumentos históricos no país.

O professor Santos Junior (2005) coloca que, no Brasil, a repercussão da *Carta de Atenas* provocou o surgimento, na Constituição de 1934, de um artigo com objetivo de proteger objetos de interesse histórico, patrimonial e artístico do país.

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das

letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (BRASIL, 1934).

Observa-se, neste artigo constitucional, falta de clareza em relação ao que deve ser protegido, na medida em que não especifica o que são objetos de interesse histórico e patrimônio artístico no país. O Decreto-Lei nº 25, de 1937, conhecido como *Lei de Tombamento*, em seu artigo primeiro estabelece de forma genérica o que deve constituir o patrimônio histórico, artístico e cultural do Brasil.

A Constituição de 1946 apresenta, de forma tímida, o que deve ser preservado. Pela primeira vez os documentos aparecem como bem patrimonial no Artigo 175, capítulo II, que trata da educação e da cultura.

As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza devem ficar sob a proteção do Poder Público (BRASIL, 1946).

Também na carta de 1967 é possível encontrar documentos como patrimônio, no Artigo 172, Parágrafo único,

que trata do amparo à cultura como dever do Estado.

Art. 172 - O amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo único - Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas (BRASIL, 1967).

A grande evolução na proteção do patrimônio ocorreu na Constituição de 1988 que, em seu Artigo 216, Incisos IV e V, define de forma cristalina o que é patrimônio.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...]

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Sendo assim, é possível afirmar que, exceto a Carta Constitucional de 1934,

todas as demais trazem um artigo considerando os documentos como patrimônio.

Com o que está estabelecido nas cartas constitucionais brasileira, percebe-se a ocorrência de certa atenção dos legisladores em estabelecer o que deva ser patrimonializado. Observa-se que a formulação de políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil ocorre desde a década de trinta, com a promulgação da Carta Magna de 1934 e com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Sphan) como um órgão de Estado, incumbido de defender a cultura. Porém, verifica-se que, mesmo sendo uma prerrogativa constitucional e existindo um órgão para tratar do patrimônio, hoje conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), “os direitos culturais no Brasil não passam de Direitos fracos, meras declarações de boas intenções” (FONSECA, 1996, p. 78).

Tema cada vez mais presente nas agendas políticas nacionais e internacionais, a questão da cultura encontra, no Brasil, fortes resistências por parte da classe política, que costuma considerar, nem sempre de forma explícita, que na sociedade bra-

sileira há necessidades mais prementes a serem atendidas e também, muito provavelmente, que esse tipo de discurso não dá voto. Aos olhos da maior parte dos políticos brasileiros esse não é um campo propício ao exercício e à afirmação do poder e essa postura fica evidente na ausência do tema em programas de partido e plataformas de eleição (FONSECA, 1996, p. 78).

Ao compararmos os objetos que eram considerados patrimônio com o que está estabelecido na atual Constituição brasileira, conclui-se que ocorreram certos avanços na noção do que seja bem patrimonial. Anteriormente, os bens patrimoniais eram os monumentos, obras de arte, sítios arqueológicos, prédios edificadas (pedra e cal) e, na atualidade, este leque se amplia para manifestações artísticas culturais, valor paisagístico, ecológico, dentre outros. Fonseca (1997, p. 72) salienta que neste avanço da patrimonialização, que ocorre a partir do século XX, destacam-se os patrimônios produzidos por “esquecidos pela história factual, mas que passaram a ser o objeto principal de interesse da história das mentalidades”.

Em 1972, a Assembleia Geral da Unesco elaborou um texto que tinha como obje-

tivo a preservação do patrimônio cultural mundial, e que, segundo Choay (2001), estabeleceu a universalidade do pensamento e de valores em relação ao pensamento ocidental referente ao patrimônio:

Este texto baseava o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento históricos - monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos que apresentem um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência (CHOAY, 2001, p. 207).

A carta da Unesco, em um de seus artigos, estabelecia a ajuda dos países mais ricos aos países mais pobres na preservação de patrimônios da humanidade. Porém Choay (2001) salienta que os critérios para se estabelecer o que seria patrimônio não satisfiziam todas as pessoas, porque alguns monumentos patrimonializados possuíam exclusivamente significado religioso, o que interessava somente a alguns grupos étnicos religiosos e culturais.

Considerações Finais

O título deste artigo surgiu a partir de nossas lembranças: *Colchas de Re-*

talhos eram trabalhos manuais, realizados por nossas avós, a partir de pequenos pedaços de tecidos conhecidos como retalhos. Destes fragmentos, costurados pacientemente, surgiam lindas cobertas de cama. Sendo assim, este artigo procurou costurar fragmentos de textos de vários autores, para discutir temas como migração, colonização e cultura dentro de um espaço geográfico delimitado. Nesta conjuntura, podemos considerar os arquivos como “uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado” (FARGE, 2009, p. 14).

Com base no que foi exposto ao longo deste texto, percebe-se a necessidade de defender, preservar e proteger não só os documentos como também os monumentos, museus e as culturas imateriais existentes nos municípios que compõem a Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul. Preservar a memória desta região, através de projetos de educação patrimonial, é uma forma de manter a história viva e memorizada por meio de lembranças de um passado rememorado, que não deve cair no esquecimento, lembranças de uma identidade cultural de uma sociedade marcada por um forte sentimento de etnicidade.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). *Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital*. 2004. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

_____. *Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo*. 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_a_produo.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2015.

BARROS, José d'Assunção de. *Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2012. v. 5.

BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Reimpressão.

BOLZAN, Moacir. *Quarta Colônia da fragmentação à integração*. Santa Maria: [s.n.], 2015.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Constituição (1946). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. 5. ed. São Paulo: Unesp, 2006.

CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos). *Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

FARGE, Arlete. *O sabor dos arquivos*. Tradução Fátima Murad. São Paulo: USP, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Ipphan, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Ipphan, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Migração e Desterritorialização. In: NETO, Póvoa; HELION, Ferreira; PACHELLI, Ademir (Orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 47-55.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JERRAM, Leif. Espaço: uma categoria inútil para a análise histórica? *History and Theory*, n. 52, p. 400-419, out. 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.34, p. 9-23, 1992.

MURILLO, Manuel Vázquez. El patrimonio documental en el siglo XXI. In: CONGRESO DE ARCHIVEROS DEL MERCOSUR, 7, 2007, Viña del Mar, Chile. *Anais...Viña del Mar Chile: Asociación de Archiveros de Chile*, 2007. p. 100-114.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 7-28, 1993.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RORTY, Richard. *Objetivismo relativismo e verdade*. 2. ed. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SANTOS JUNIOR, Valdeci dos. A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. *Revista de Humanidades*, v. 6, n. 13, dez. 2004/jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/282>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

SANTOS, Mirian. Os Italianos de Caxias do Sul. In: PÓVOA NETO, H; FERREIRA, A. P. (Orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 35-46.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: PÓVOA NETO, H; FERREIRA, A. P. (Orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 17-34.

THOMPSON, John. B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

Abordagem funcional de arquivos pessoais: reflexões a partir do Arquivo Epifânio Dória

Lorena de Oliveira Souza Campello

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Functional approach of personal archives: reflections from Epifânio Dória's archive

Resumo

O objetivo do artigo em questão é discutir a importância do tratamento dos arquivos pessoais como arquivos, sendo merecedores de uma abordagem arquivística adequada. Para tanto, faremos uma demonstração fundamentada de um procedimento metodológico com arquivos pessoais, a partir do estudo de caso do arquivo de Epifânio Dória, tendo como resultado principal inventário cronológico do conjunto documental e índice estratificado. O arquivo é custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, estando sob a responsabilidade da Seção de Biblioteca e Arquivo.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Abordagem funcional; Epifânio Dória; Inventário cronológico; Índice estratificado.

Abstract

The goal of this article is to discuss the importance of treating archives as proper archives that deserve an appropriate archivistic approach. Therefore, we offer a demonstration founded on a methodological procedure with personal files, using as case study Epifânio Dória's archive. As main result, the text presents the chronological inventory and the stratified index of this archive. The archive is guarded by the Historical and Geographic Institute of Sergipe, being under the responsibility of the Library and Archive Section.

Keywords: Personal archives; Functional approach; Epifânio Dória; Chronological inventory; Stratified index.

I n t r o d u ç ã o

Todos nós desenvolvemos inúmeras funções e atividades ao longo de nossa vida. A trajetória de cada pessoa delimita especificidades ao conjunto documental acumulado por ela. Assim, cada arquivo pessoal apresenta documentos ligados aos tipos de atividades e funções desempenhadas por esses indivíduos: ligações institucionais fomentadas, relações de amizade mantidas, opções intelectuais e os gostos cultivados pelo titular desse arquivo.

Viver em sociedade implica produzir, receber e acumular documentos. Estes são instrumentos essenciais para o funcionamento da vida em sociedade e, portanto, testemunhos da trajetória de qualquer pessoa.

Os arquivos pessoais não são criados com finalidade histórica e cultural, mas sim acumulados com uma funcionalidade clara para a pessoa que o formá. A projeção do “eu” não existe

no arquivo pessoal, e se assim ocorrer, não a podemos considerar como um arquivo. Desse modo, os documentos são acumulados para cumprir certa função por força probatória (carregada pela forma e pelo contexto do documento em si), ainda que seja de ordem psicológica.

A função instrumental é condição primordial para que exista o arquivo, sem preocupações com o olhar alheio e o do futuro. Por assim dizer, o arquivo é um conjunto articulado de documentos produzidos, recebidos e acumulados, de caráter instrumental.

A variedade de tipos documentais encontrados nos arquivos pessoais é extensa. O que pode ser identificado em um arquivo poderá não ser visto em outro, pois as pessoas são únicas e desenvolvem atividades, funções e papéis distintos na sociedade em que atuam.

Por refletirem, mesmo que não totalmen-

te, a vida de alguém, os arquivos pessoais fazem com que tenhamos a sensação de estarmos acompanhando a trajetória de seu titular. Quanto mais os documentos desse arquivo revelam os pormenores, os eventos e as atividades desempenhadas pelo indivíduo, mais nos aproximamos de sua vida.

Alimentar a discussão sobre a importância do tratamento dos arquivos pessoais como arquivos, sendo merecedores, portanto, de uma abordagem arquivística adequada, é nosso objetivo principal. Para tanto, faremos uma demonstração fundamentada de um procedimento metodológico com arquivos pessoais, a partir do estudo de caso do arquivo de Epifânio Dória, bibliotecário e historiador sergipano dedicado à pesquisa, difusão e proteção do patrimônio documental de Sergipe, tendo como resultado principal o inventário cronológico do conjunto documental e seus instrumentos auxiliares.¹

¹Esse trabalho consiste numa síntese da tese de doutorado "O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade de São Paulo. Cf. CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-06112015-153452. Acesso em: 2016-12-08. Essa pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

O instrumento de pesquisa em questão reuniu, intelectualmente, a documentação acumulada pelo intelectual sergipano Epifânio Dória. Trata-se de um inventário cronológico, o qual tem por finalidade travar um diálogo exaustivo entre a documentação produzida e acumulada por seu titular e sua trajetória de vida - entendendo-se diálogo não como uma interpretação histórica, mas como a construção de uma ponte entre o(s) documento(s) e a atividade/evento que lhe(s) deu origem.

O arquivo de Epifânio Dória agrupa **35.193 documentos**, estando distribuído - e conseqüentemente fragmentado - em três importantes instituições sergipanas, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (BPED)². Apesar de fisicamente fragmentado, trata-se de um arquivo íntegro, preservado pela família e, posteriormente, pelas instituições de custódia que o receberam.

Considerando que lidamos com um arquivo fragmentado e não classificado, uma vez que os 28.500 documentos pertencentes ao arquivo custodiado

² Optamos por usar, a partir deste momento do texto, as siglas destas três instituições de custódia como forma de agilizar a leitura.

pelo IHGSE não estavam endereçados, e levando em conta o volume do conjunto documental (**35.193 documentos**), o plano de classificação convencional não cumpriria com nosso objetivo. Acreditamos que o plano de classificação que toma como ponto de partida grandes categorias gera ambiguidades e polissemias, bem como não leva em consideração as especificidades das trajetórias de vida das pessoas que, a bem dizer, são únicas.

Optamos, desse modo, por uma nova abordagem. A classificação assumiu o patamar mais próximo dos documentos, ou seja, os documentos foram classificados um a um, elegendo, com isso, a escala micro, de modo a apreciar as peculiaridades da trajetória de vida do titular do arquivo. Nesse sentido, foram os verbetes os elementos de classificação que deram um sentido mais imediato aos documentos. Ao analisarmos documento por documento, fizemos a ligação destes com a atividade mais imediata de sua produção. Os documentos apontaram, simultaneamente, para a atividade que os originou, ganhando sentido.

Ressaltamos aqui que não negamos a função macro, pois reconhecemos que esta possibilita o acesso dos usuários a estratos significativos e variados da vida

do titular de um arquivo. Nesse sentido, fornecemos também ao usuário um índice multifacetado, o qual sinaliza estratos da trajetória de vida de Epifânio Dória.

Com o intuito de expandir as possibilidades de busca, potencializando assim o acesso à documentação, fornecemos ainda um índice geral, que remete aos verbetes do inventário cronológico; um índice de publicações (de Epifânio Dória e outros autores); um *glossário de documentos*; além de um índice estratificado, apresentando uma outra opção de pesquisa a partir das esferas da vida do titular do arquivo.

O instrumento de pesquisa fornece informações valiosas sobre Epifânio Dória e sua época, tais quais: o relacionamento que manteve com seus contemporâneos, suas redes de sociabilidade, as ferramentas de pesquisa por ele utilizadas, os valores compartilhados com amigos e conhecidos, os contatos que teve com os poderes constituídos. Trata-se do retrato de um intelectual, próprio de uma época.

Enfim, o arquivo de Epifânio Dória é representativo das atividades por ele desenvolvidas, seja na esfera pessoal, familiar ou profissional. Resgatar parte da trajetória da vida de Epifânio Dória, por meio do que foi produzido e acu-

mulado por ele, é uma forma de fazer conhecer com mais profundidade esse intelectual, assim como tantos que se fazem presentes nesses documentos por meio das relações sociais que mantiveram com o titular.

Epifânio Dória e seu arquivo

Mas, por que o interesse em desenvolver um estudo de caso e, subsequentemente, propor uma metodologia voltada para o trabalho com arquivos pessoais, buscando a correlação entre a contextualização da documentação acumulada e a história de vida de Epifânio da Fonseca Dória e Menezes? Quem foi esse homem? Por que a escolha desse arquivo pessoal para direcionar a pesquisa? A primeira razão diz respeito ao titular, que foi figura representativa em Sergipe por sua contribuição à guarda, preservação de documentos históricos e arquivos pessoais de personalidades sergipanas, notabilizando-se, inclusive, pela incansável pesquisa histórica desenvolvida ao longo de sua vida.

A segunda razão decorre da possibilida-

de de descrever o arquivo pessoal de um historiador e intelectual próprio de uma época, um pesquisador erudito e generalista, com interesses voltados para a história e a cultura de Sergipe e do Brasil.³

A terceira razão está ligada à configuração do arquivo pessoal de Epifânio Dória, um fundo fechado, cujos documentos estão distribuídos em mais de uma instituição de guarda (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (BPED) – que oferece possibilidades de discussões sobre os princípios da integridade/indivisibilidade, proveniência e organicidade arquivística, além de refletir sobre a fragmentação do arquivo e suas consequências, bem como outros aspectos.

A quarta e última razão está na fortuna do conjunto documental, que perfaz um período riquíssimo da história do Brasil, marcado por acontecimentos e transições importantes, que apresentam para o pesquisador inúmeras possibilidades de pesquisa em diversas

³ De uns anos para cá, vêm sendo desbravados arquivos pessoais de artistas, músicos, literatos e cientistas, mas ainda é ínfimo o trato com arquivos pessoais de historiadores.



Imagem 1 – Epifânio Dória e família reunida.

Fonte: Arquivo da família.

áreas do conhecimento, como bem demonstra trabalho apresentado no Encontro de Arquivos Pessoais e Culturas, promovido pela Casa de Rui Barbosa⁴.

4 Pelo envolvimento direto de Epifânio Dória com a política getulista e com o Estado Novo, ao assumir a pasta de Secretário Geral do Estado de Sergipe, e pela sua relação atuante no Partido Republicano de Sergipe, seu arquivo fornece uma rica documentação para os que se interessam pela história política desse período. Considerando que Epifânio Dória vivenciou o processo do golpe militar e quase todo o período do regime militar no Brasil, a correspondência que manteve com dezenas de amigos, de diversos estados da federação, e de envolvimento partidário e posicionamento ideológico distintos é brilhante. Outro aspecto muito interessante a ser explorado a partir do conjunto documental discutido é o da intelectualidade cultural brasileira e sergipana, durante as primeiras seis décadas do século XX, e suas transformações com a presença cada vez mais marcante das universidades. A documentação produzida e acu-

Filho de proprietários de terras, Epifânio da Fonseca Dória e Menezes nasceu no ano de 1884, em Campos (atual Tobias Barreto), estado de Sergipe.

mulada para a produção de determinado texto, reunida em torno do seu contexto de produção, facilita a percepção e o estudo de como funcionava a produção do conhecimento e a escrita da história, durante as sete primeiras décadas do século XX. Ainda dentro dessa temática, temos as cartas e os telegramas trocados com inúmeros amigos intelectuais, na constante busca pela fomentação da pesquisa, revelando uma fértil teia de relações e troca de conhecimentos, muito peculiares desse período. O mapeamento da rede de sociabilidade de Epifânio Dória por meio de sua correspondência (cartas, telegramas, cartões-postais, etc) é possível e pode apresentar resultados interessantíssimos. O trabalho “O arquivo de Epifânio Dória: abordagem arquivística e possibilidades de pesquisa” foi apresentado no Encontro de Arquivos Pessoais e Culturas, promovido pela Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, em novembro de 2014.

Devido a intempéries na vida e nos negócios familiares, não teve grandes possibilidades de estudo, tendo concluído apenas o curso primário, o que não impossibilitou que ocupasse espaços importantes nas esferas pública e política de Sergipe. O resultado do seu autodidatismo e de seu trabalho foi a participação na formação de praticamente todos os centros de estudo, arquivos, bibliotecas, revistas e instituições dedicadas às humanidades no estado. Dedicou-se com

afinco à organização de arquivos por seis décadas, reunindo documentos, angariando recursos e adquirindo fundos⁵.

Ao falecer, em junho 1976, aos 92 anos de idade, Epifânio Dória nos deixou um grande legado de acúmulo e vigilância de grandes acervos bibliográficos e arquivos sergipanos; de pesquisa

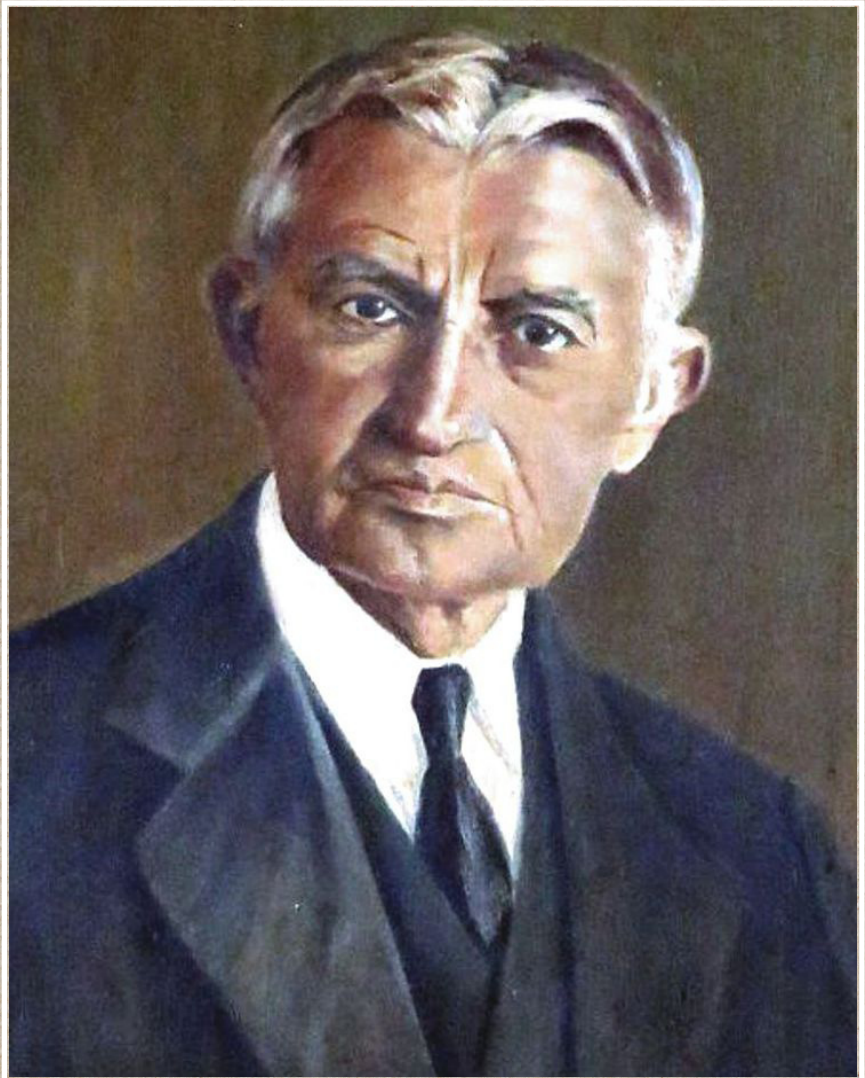


Imagem 2 – *Epifânio Dória, em tela de Florival Santos.*

Fonte: Arquivo Epifânio Dória (IHGSE).

nas áreas da história, cultura e folclore sergipano; e de material escrito e publicado por ele em livros, revistas e jornais, sergipanos e nacionais.

Mas, apesar da importância que teve como homem envolvido com a preservação de acervos nas instituições de documentação de Sergipe, como divulgador da história e cultura sergipana, sua

⁵ Para o histórico completo do titular ver Campello (2015).

trajetória de vida continua inexplorada e seus documentos pessoais não receberam tratamento arquivístico adequado.

Uma das particularidades do titular do arquivo pessoal inventariado foi sua ligação, presença e circulação por praticamente todas as instituições de documentação, de cultura e de intelectualidade de Sergipe. Bibliotecário, historiador e pesquisador por prática e autodidatismo, Epifânio Dória esteve envolvido na vida administrativa e na esfera organizacional desses espaços. Dessa grande e intensa atividade não é de se estranhar a produção, recepção e acumulação de farta documentação relativas às instituições a que esteve vinculado.

Dessas ligações, em que se misturava o trabalho com a prática da pesquisa histórica, queremos destacar aqui sua relação com três instituições em específico: IHGSE, APES e BPED. Por que tais locais? Dória dedicou ao IHGSE 64 anos de sua vida; fomentou a criação do APES, sendo, além de seu diretor por alguns anos, assíduo pesquisador dos documentos custodiados pela instituição; já à BPED, dedicou

mais de 30 anos de trabalho como bibliotecário e diretor.

Seu arquivo foi mantido sob a custódia de sua filha, Iracema Dória e, em momentos distintos, foi doado às instituições mencionadas. A situação em que se encontra o arquivo de Epifânio Dória nos impôs problemas práticos e teóricos complexos, mas, em contrapartida, nos ofereceu a chance de discuti-los, buscando soluções e propostas no desenvolvimento da pesquisa.

O arquivo de Epifânio Dória e sua abordagem como arquivo

Podemos afirmar que os documentos que compõem o arquivo de Epifânio Dória são documentos de arquivo, pois se tratam, notoriamente, de registros dos exercícios diários de uma atividade profissional, produzidos e acumulados por seu titular, portanto pelo mesmo produtor. Documentos recebidos por Epifânio Dória mediante as relações institucionais

e sociais mantidas por ele. Documentos reunidos e acumulados pelo titular do arquivo com objetivo de uso futuro. Enfim, documentos acumulados por Epifânio Dória para comprovar, testemunhar e servir de base para trabalhos.

A aplicação de procedimentos arquivísticos a esse tipo de arquivo é possível e necessário na medida em que formam conjuntos orgânicos e autênticos, representantes das atividades que lhes deram origem (CAMARGO, 2009, p. 26-39).

Todo documento tem razão de ser e cumpriu com determinada função em algum momento da vida de um indivíduo ou entidade. No caso dos arquivos pessoais, são produtos de necessidades que pululam ao longo da vida de um indivíduo, ligados a atividades e funções sociais desempenhadas por ele.

Por assim dizer, os arquivos pessoais são representantes da vida de uma pessoa e devem receber um tratamento arquivístico efetivo, de forma a recuperar sua unicidade, organicidade e relação entre os documentos.

Segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2008, p. VIII), é fundamental atentar

para a “organicidade de seus conjuntos e de suas relações com o criador e com o contexto de produção”. Assim sendo, temos de identificar o contexto em que os documentos foram criados e usados, buscando, dessa forma, o nexo entre o documento e a atividade e/ou o evento que lhe deu origem.

Trata-se de verificar a funcionalidade desses documentos e as marcas das funções neles incorporadas, em seu contexto de uso (CAMARGO & GOULART, 2007), isto é, verificar a função que o documento teve para a efetivação da atividade de determinado indivíduo. O documento, por assim dizer, não é uma construção, mas o resultado natural de todo o processo de que se originou e que foi ativado pelas necessidades do produtor.

Os documentos acumulados nos arquivos pessoais são documentos de arquivo⁶, no sentido de que o contexto de produção de grande parte da documentação pode ser recuperado, sendo possível recriar as teias entre eles. Trata-se de tarefa laboriosa e complexa, pois os vínculos diretos com os processos e as

⁶ Segundo Lopez (2003), o documento de arquivo é constituído do suporte, da informação e do seu contexto de produção.

funções responsáveis pela produção do documento devem ser identificados.

Os arquivos pessoais, da mesma forma que os arquivos administrativos, apresentam uma estrutura lógica da acumulação imediata, que dá margem a alguns tipos de documentos produzidos.

É imprescindível também que se busque a teia de relações entre os documentos, ou seja, o vínculo existente entre eles. Dessa forma, podemos recuperar a conexão lógica e formal que liga um documento a outro por meio da necessidade.

O contexto de produção e acumulação está relacionado, portanto, às condições de caráter intelectual, profissional, social, emocional, espiritual etc., já que os motivos que levam um indivíduo a produzir um documento estão atrelados às suas funções e atividades exercidas em sociedade e, com isso, a eventos pontuais menos delineados ocorridos em sua vida. Assim, temos documentos materializados por conta dessas funções ocupadas e atividades realizadas.

De acordo com André Porto Ancona López (2003, p. 75):

[...] mesmo os documentos que não se enquadram estritamente nas características típicas podem ser entendidos enquanto

documentos de arquivo, desde que tenham sido produzidos no decorrer de alguma função inerente à vida do titular (instituição ou pessoa física) e tenham sido preservados como prova de tal atividade.

Experiências desenvolvidas por Ana Maria de Almeida Camargo; com os arquivos pessoais de Plínio Salgado e Adoniran Barbosa, somadas ao estudo de caso ora apresentado, apontam para o método funcional e o formato cronológico do instrumento de pesquisa (inventário) como grande potencializador para a recuperação do contexto de produção dos documentos, do elo entre os documentos e, principalmente, para a recuperação da informação por intermédio da vasta possibilidade do uso de índices correlacionados aos verbetes, que são os eventos detectados na cronologia.

A tomar pela crescente onda de doações, por parte de familiares, dos titulares de arquivos pessoais e do respectivo interesse de inúmeras entidades em receber esses conjuntos documentais, cremos que já é mais do que o momento de questionar os limites impostos a essa documentação quanto a sua natureza e validade no meio arquivístico.

Desse modo, para que a abordagem

dada ao arquivo de Epifânio Dória fosse baseada na teoria arquivística, foi necessário percorrer o contexto funcional dos documentos e a compreensão de tal funcionalidade em sua dimensão temporal, assim como buscar o vínculo entre os documentos produzidos e acumulados a partir de um mesmo contexto de produção.

Uma defesa sucinta de um método de trabalho com arquivos pessoais

Fisicamente fragmentado em três instituições de documentação, não classificado, não organizado e não acondicionado de forma adequada, o legado documental de Epifânio Dória lança alguns desafios particulares. O fato de os arquivos pessoais não espelharem a totalidade de uma pessoa - da mesma forma que os arquivos administrativos não refletem

a história da instituição - não impossibilita que esse conjunto documental seja encarado e receba tratamento arquivístico adequado. Apesar de estar fisicamente fragmentado, o legado documental inventariado não está intelectualmente desintegrado e comprometido. Ao entrar em contato com essa documentação, é possível perceber que ela não sofreu desvios nem perdas.

Assumimos que a natureza dispersa dos documentos não os exime do status de arquivo. Não é porque o arquivo de determinado indivíduo foi fragmentado após sua morte que a descrição não possa ser feita. Foi o que ocorreu com o arquivo de Epifânio Dória que,

Ao analisarmos documento por documento, fizemos a ligação destes com a atividade mais imediata de sua produção. Os documentos apontaram, simultaneamente, para a atividade que os originou, ganhando sentido.

apesar da fragmentação, existe de forma íntegra e indivisível no inventário cronológico apresentado, levando-se em conta que este não sofreu perdas devido a intempéries, alienações ou desvios.

No caso da fragmentação de um arquivo, Ariane Ducrot (1998, p. 151-168) orienta fazer a classificação

simultânea das partes, promovendo a unidade do fundo mediante inventário comum: localizá-los, identificá-los e reagrupá-los no papel, respeitando suas individualidades e ressaltando sua complementariedade. Ou seja, reconstituir o lugar original dos documentos no instrumento de pesquisa, sem intervir na ordem física da documentação e dos fundos.

Lembramos que a construção de um plano de classificação convencional é tarefa que antecede a elaboração de um inventário. No caso do arquivo Epifânio Dória, a documentação não estava classificada em nenhuma das instituições de custódia e não a classificamos antes da feitura do instrumento de pesquisa. Seguimos algo não usual no que diz respeito à recuperação da informação por intermédio dos instrumentos de pesquisa.

Ao analisarmos documento por documento, fizemos a ligação destes com a atividade mais imediata de sua produção. Os documentos apontaram, simultaneamente, para a atividade que os originou, ganhando sentido. Para tanto, foi imprescindível a criação de um banco de dados que, ao ser ali-

mentado de forma padronizada, nos proporcionou uma eficaz recuperação de informações.

Outro ponto importante é o da organicidade. A documentação inventariada foi acumulada naturalmente pelo seu produtor e foi fruto das atividades e funções que exerceu em vida. Podemos afirmar, então, que possui como característica a organicidade dos documentos, ou seja, os documentos possuem vínculos que os ligam uns aos outros.

A busca dessa organicidade e desse elo documental não foi tarefa fácil, pois tratamos de um arquivo fisicamente fragmentado. No entanto, os procedimentos metodológicos utilizados no processo de análise e da inventariação da documentação facilitaram essa tarefa.

Ainda com relação à fragmentação do fundo, não tivemos como proposta reunir fisicamente essa documentação, até porque pertence juridicamente às instituições responsáveis por sua guarda. Reunimos intelectualmente a documentação do arquivo pessoal de Epifânio Dória em inventário único,

endereçando devidamente esses documentos e fazendo a conexão entre eles, formando, com isso, agrupamentos documentais referentes a eventos e atividades da vida do seu titular.

A ausência de classificação e organização do arquivo pessoal por parte das instituições não comprometeu nosso trabalho, pois fizemos a classificação a partir do próprio inventário cronológico. Esse não comprometimento se deu, também, graças ao desenvolvimento de um banco de dados, no qual foram lançadas as informações extraídas dos documentos componentes do arquivo.

Essas informações foram filtradas e cruzadas, com auxílio de mecanismos oferecidos pelo programa utilizado (Excel e Access), possibilitando o encontro de eventos ocorridos e atividades desempenhadas pelo titular do arquivo, com os documentos produzidos e acumulados por ele, assim como a recuperação do elo entre essa documentação.

Os procedimentos adotados na elaboração do inventário diferiram-se dos usuais no que diz respeito ao tratamento dos arquivos pessoais. O mesmo ocorreu com relação à estrutura do inventário, que foi elaborada e formatada numa perspectiva linear. Criamos um inventário estruturado cronologicamente, em que eventos e atividades vivenciadas por um indiví-

duo, durante sua vida, foram listados e vinculados aos documentos formadores do arquivo pessoal.

Contextualização dos documentos e suas teias de relação

A identificação do contexto de nascimento dos documentos, assim como do vínculo existente entre eles, é diretriz primordial no tratamento teórico-metodológico fornecido aos arquivos administrativos de instituições públicas e privadas e, também, aos arquivos pessoais.

Seguindo esse pressuposto teórico-metodológico, respeitamos os documentos do arquivo pessoal inventariado como um conjunto orgânico, cuja documentação se encontra ligada por um vínculo original; ou seja, os documentos foram contextualizados no seu meio genético de geração, atuação e acumulação.

Nos dizeres de Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart (2007, p. 35-36) é preciso “admitir a necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se

consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram”

Levando-se em consideração que um indivíduo exerce determinadas funções e desenvolve inúmeras atividades durante sua existência, que somadas a essas funções e atividades desempenhadas decorrem vinculações e relações muitas vezes não delimitadas no tempo, e que esses eventos e acontecimentos são disparadores naturais da necessidade de produção de documentos, o método funcional permitiu identificar as atividades imediatas geradoras dos documentos (CAMARGO & GOULART, 2007).

A operação central da metodologia arquivística é a contextualização do documento, ou seja, a identificação do contexto em que o documento foi produzido. O arquivo de Epifânio Dória foi visto, portanto, como um conjunto inseparável, cujas partes tiveram sentido quando foram articuladas entre si e, também, com as atividades e funções que lhes deram origem. Buscamos, pois, os nexos internos e a teia de relações entre os documentos, mediante

a caracterização de seu vínculo de origem.

Na óptica própria da arquivologia, procuramos a função de cada documento no contexto das atividades de Epifânio Dória.

A organização lógica do acervo, na área de arquivo, é norteada pela funcionalidade, isto é, pela identificação do elo entre os documentos e as atividades que lhes deram origem. De modo a garantir que, individual ou coletivamente, os diferentes itens que o integram possam evocar ou representar, de modo inequívoco, as circunstâncias e o contexto que justificaram sua acumulação ou guarda (CAMARGO & GOULART, 2007).

Nesse processo, foram levadas em consideração as circunstâncias de produção e as relações intrínsecas que cada documento manteve com os demais itens que integram o arquivo⁷.

7 Foram apartados do conjunto e descritos em separado os documentos que não ofereceram datação, mas cujos contextos foram identificados (424 verbetes), bem como os documentos que apontavam para uma atividade não mensurável no tempo, como é o caso das relações de amizade e de companheirismo (398 verbetes). Já os documentos que não apresentaram datas e cujos contextos não puderam ser identificados de forma clara e segura (contexto: coleta de fontes e pesquisa), não foram inseridos no inventário, por os considerarmos desprovidos de valor documental e não agregadores de informações relevantes.

Cronologia de vida de Epifânio Dória

Para auxiliar nossa caminhada na descrição e inventariação do legado documental acumulado por Epifânio Dória, ao longo dos seus 92 anos, foi de extrema importância a construção da cronologia de vida desse intelectual. Trata-se de uma tarefa imprescindível para o desenvolvimento do instrumento de pesquisa proposto.

É importante explicitar que essa cronologia de vida pode ser apreciada na própria estrutura do inventário cronológico do arquivo de Epifânio Dória.

Antes de iniciarmos a análise da documentação, recolhemos informações sobre a vida de Epifânio Dória a partir de diversas fontes, tais quais: textos produzidos e publicados pelo titular do arquivo; textos produzidos por outros a respeito de Dória; documentos administrativos das instituições com as quais esteve envolvido; documentos de arquivos pessoais de seus contemporâneos; matérias publicadas sobre ele em jornais do estado e documentação do seu próprio arquivo.

As fontes citadas acima atenderam determinados aspectos da vida de Epifânio Dória, mas não todos. Essa pequena prévia da cronologia de vida do titular do arquivo foi importante para se ter uma noção inicial sobre suas atuações profissionais, funções desempenhadas, relações de amizade, vinculação institucional, dentre outras informações.

No entanto, esse pequeno apanhado de eventos não se comparou ao volume de verbetes gerados no decorrer da análise dos documentos do arquivo pessoal (4.346 verbetes). A partir dos 19.369 registros criados no nosso banco de dados, pudemos pontuar eventos de todas as espécies: nomeações e posses; cargos ocupados em instituições particulares; funções desempenhadas; cargos públicos ocupados; vinculações com dezenas de instituições, associações e sociedades; relações de amizade; aspectos mais íntimos de sua vida etc.

Na elaboração da cronologia de vida de Epifânio Dória, nos deparamos com a existência de eventos pontuais, muito bem reconhecidos, tais como jantares, casamentos, festas, homenagens, for-

maturas etc. Encontramos diversas atividades de longa duração, que puderam ser mensuradas no tempo, a exemplo do desempenho de funções administrativas em equipes diretivas de diversas instituições culturais, educacionais e filantrópicas. E, por fim, atividades de longa duração, não mensuráveis no tempo, como o trabalho com a pesquisa científica, as relações de amizade, dentre outros.

A questão da disposição da linearidade do tempo no corpus do inventário cronológico é uma etapa importante no processo, sendo necessário remeter os documentos aos seus respectivos momentos temporais (leia-se, eventos e acontecimentos).

Após essa decisão, partimos para a criação de verbetes discursivos que representassem tais eventos. Cada verbete remete a atividades e/ou funções desempenhadas por Epifânio Dória e eventos dos quais participou ou, provavelmente, tenha participado.

Construídos a partir de informações colhidas, principalmente de seus documentos pessoais, tais verbetes são como dossiês aglutinadores que têm a tarefa de reunir, em torno de si, documentos produzidos,

recebidos e acumulados a partir de distintos contextos e funções desempenhadas por Epifânio Dória ao longo de sua vida.

Pensando o banco de dados

A construção de um banco de dados, e seu preenchimento com informações extraídas de cada item documental do arquivo de Epifânio Dória, contribuiu para uma recuperação mais eficiente dessas informações no momento da elaboração do inventário cronológico do arquivo pessoal. Entretanto, vale ressaltar que o banco de dados por si só não resolve todos os problemas de uma pesquisa. É necessário cuidar de detalhes importantes, como a escolha dos campos, e as decisões referentes a determinadas regras e controle de vocabulário. Sem esses cuidados não poderíamos ter explorado o real potencial da ferramenta ora discutida.

Essa ferramenta foi desenvolvida no programa Excel, da Microsoft Office. Com a finalização da análise dos 35.193 documentos e a criação de 19.369 registros, fizemos a sua exportação para o pro-

grama Access, por questões de segurança, no momento da filtragem e/ou cruzamento de informações necessárias para a construção do inventário apresentado no estudo.

Com relação à definição dos campos formadores de tal ferramenta, tivemos a parcimônia de criar apenas os indispensáveis para a construção do inventário, evitando campos que trouxessem informações redundantes. Pensar o objetivo e a função que cada um desempenharia também foi primordial nesse momento, esclarecendo ainda o porquê da escolha de determinados termos em detrimento de outros.

Como colocado por Johanna Smit e Nair Kobashi, (2003) os campos são como pontos de acesso, que nos permitem chegar a documentos a partir de alguns aspectos preestabelecidos, nomeando critérios utilizados para agrupá-los.

O inventário cronológico do arquivo de Epifânio Dória e seus instrumentos auxiliares

Como já enfatizado, o inventário é a

própria cronologia de vida de Epifânio Dória. O instrumento equivale a uma classificação, na qual ocorre uma sequência de operações que, de acordo com as diferentes funções e atividades do produtor da documentação, tem como objetivo distribuir os documentos de um arquivo, fornecendo seus códigos de notação no acervo.

O inventário cronológico apresenta quatro informações básicas ao consultante. O *ano referência* dispõe, em ordem cronológica, os *verbetes*, que são numerados sequencialmente. O *verbe* informa sobre a atividade desempenhada ou o evento possivelmente vivenciado por Epifânio Dória, sendo que abaixo de cada um estão dispostos os *documentos* (espécies, tipos e formatos documentais, ou objetos) relacionados ao contexto de produção apresentado, seguidos do *código de notação* adotados por cada instituição. É importante ressaltar que a cada *ano referência* os *verbetes* ganham uma nova numeração e que o ano que não apresentou verbetes e documentos foi excluído do inventário, conforme possível verificar no Quadro 1.

Quadro 1 - Exemplo geral do inventário cronológico – ano referência, dia-mês, verbete, documento e código de notação.

- 1 - 1923
- 2 - Permanece como diretor da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe.
- 3 - Carta de encaminhamento de livro: I440.29.4986, I440.29.4987, I440.30.5170.
- 4 - Permanece como membro da Loja Maçônica do Cotinguiba, de Aracaju.
- 5 - Colabora com o periódico *Sergipe Jornal*.
- 6 - Publica efeméride sobre o falecimento de Francisco José Martins, no *Sergipe Jornal*.
- 7 - Crônica histórica: I451.59.10042, I453.66.11048.
- 8 - Publica efeméride sobre o falecimento de José Leandro Martins Soares, em coluna “Efemérides sergipanas”, no *Sergipe Jornal*.
- 9 - Carta de agradecimento: I456.77.12358.
- 10 - É presenteado por Leocádio Correia, com o folheto “Pelo meu caminho”.
- 11 - Folheto: I517.27902.
- 12 - (4 jan) Publica efeméride sobre o falecimento de Francisco de Paula Lindoso, no *Sergipe Jornal*.
- 13 - (21 jan) É eleito membro da Comissão de Redação dos Projetos da Hora Literária General Calazans, futura Academia Sergipana de Letras.
- 14 - Carta de convocação: A7.380.
- 15 - (27 jan) Ingressa como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
- 16 - Carta de aceitação: A7.381.
- 17 - Diploma: A8.568.
- 18 - (31 jan) *Soirée* artística em festa do beletrismo, no Paco Municipal de Capela.
- 19 - Prospecto: A16.1178[6].
- 20 - (...)
- 21 - 1924
- 22 - Permanece como diretor da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe.
- 23 - Bilhete de encaminhamento de material: I481.179.19898.
- 24 - Carta de encaminhamento de questionário: I481.179.19919.
- 25 - Carta de esclarecimento: I481.179.19872.
- 26 - (...)

Fonte: Elaborado pela autora.

O *dia/mês* em que ocorreu o evento ou foi desempenhada a atividade, é disposto entre o número do *verbetes* e a data. Alguns verbetes não possuem a informação *dia/mês*. Trata-se de uma atividade permanente e proativa desenvolvida por

Epifânio Dória, muitas vezes em concomitância com outras atividades semelhantes, ou de um contexto que não teve *dia/mês* identificados.

Com relação aos *verbetes* que fornecem

dia-mês, as informações encontram-se entre parênteses. Os *verbetes* que só apresentam a informação do *mês* estão dispostos antes dos que oferecem a data completa.

Os *verbetes* que apresentam evento ou atividade desempenhado(a) no decorrer de vários dias, a data apresenta o dia/início e o dia/fim, separados por traço.

Verbetes distintos ocorridos numa mesma data foram individualizados, evidentemente, por apresentarem diferentes documentos.

Com relação ao código de notação, os documentos do APES foram identificados com a letra (A) antes do código atribuído pela instituição; do IHCSE com um (I); e da BPED com a letra (B).

No final do inventário, criamos três grupos de documentação que não tiveram identificação de data e/ou de contexto de produção. Os documentos não datados, mas que tiveram seu contexto de produção identificado, geraram verbetes que foram listados no grupo denominado *Sem data*.

Documentos datados, mas com contexto de produção não mensurável no tempo, como o caso das relações de amizade e

companheirismo, foram listados no grupo *Correspondência passiva e ativa – rede de sociabilidade de Epifânio Dória*. Nesse caso, listamos os nomes em ordem alfabética, iniciando pelo primeiro nome, pois em muitos casos só temos notícia de um único nome ou até mesmo apelido.

Os documentos que tiveram contextos de uso diversificado, como apontamentos e diversas espécies de documentos publicados em jornais, não tendo seu contexto de uso identificado, não foram listados no inventário, de acordo com explicação já dada anteriormente.

Como visto, por meio do inventário cronológico, agrupamos os devidos documentos pessoais de Epifânio Dória, explicitando suas relações com o mesmo evento ocorrido num determinado tempo e lugar. Para isso, uma minuciosa cronologia de vida do titular foi de fundamental importância, pois o grau de detalhamento está relacionado com a quantidade de eventos pontuados e catalizadores de documentos. Foi em torno do evento, observando o que ocorre em data e lugar determinados, que se realizou a operação classificatória básica, focalizando as circunstâncias mais próximas que justificaram o documento (CAMARGO & GOULART, 2007, p. 64).

O índice geral, disponibilizado após o instrumento de pesquisa, remete o pesquisador ao inventário cronológico, apresentando o número de página em que nomes de pessoas, temas, instituições, lugares, obras e documentos constem representados – o mesmo ocorre para o índice de publicações de Epifânio Dória e outros autores. No inventário cronológico, o pesquisador tem acesso ao código de notação do documento de interesse. Com o código de notação em mão (espécie de endereço do documento no arquivo), o usuário pode solicitar o documento ao atendente da instituição (IHG-SE, APES ou BPED).

Como já mencionado, um índice estratificado resolve algumas necessidades de pesquisadores que buscam certos aspectos da vida de um indivíduo. Complementar o trabalho com um índice multifacetado, que não abarque apenas

nomes de pessoas, instituições e lugares que surgem ao longo do inventário cronológico, mas que englobe também estratos significativos e diversificados da

vida do titular do arquivo é tarefa importante, a fim de atender aos mais minuciosos interesses do usuário do inventário apresentado.

É nesse momento que trabalhamos com a escala macro, priorizando sempre as ações do produtor do arquivo, ou seja, as funções e atividades desempenhadas em vida. É aqui

que ocorre a classificação do arquivo pessoal. Classificar é trabalhar com uma sequência de operações que, levando em conta as distintas estruturas, funções e atividades da entidade ou indivíduo produtor, tem como objetivo distribuir os documentos de um arquivo. Essa tarefa torna-se mais rica e completa quando já temos concluído o inventário cronológico, uma vez que toda a documentação já foi trabalhada, possibilitando o enri-

O índice geral,
disponibilizado após o
instrumento de pesquisa,
remete o pesquisador ao
inventário cronológico,
apresentando o número de
página em que nomes de
pessoas, temas, instituições,
lugares, obras e documentos
constem representados – o
mesmo ocorre para o índice
de publicações de Epifânio
Dória e outros autores.

quecimento da pesquisa biográfica feita inicialmente.

Ao elaborarmos o quadro de classificação e assim criarmos a estruturação de um índice estratificado, devemos prezar pelas funções e atividades desempenhadas pelo titular do arquivo em questão. Criamos, então, categorias e subcategorias (quando necessárias). A ideia é justamente que tais categorias fiquem integradas, formando parte da estrutura de um todo (SANTOS, 2012, p. 60).

Optamos, como já colocado, por uma classificação baseada nas ações do produtor do arquivo, proporcionando uma classificação funcional. O objetivo é expor as funções e atividades desenvolvidas pelo titular do arquivo,

deixando claro o elo entre os documentos (GONÇALVES, 1998, p. 12). Segundo Paulo Elian dos Santos (2012, p. 99), uma classificação que retrate as funções e atividades do indivíduo e que seja representativa destas, viabiliza a contextualização da produção documental.

Apresentamos abaixo, para fins didáticos, o índice estratificado transformado em tabela (Tabela 1). Observe que esta - apresenta, do lado esquerdo, as categorias (que são 12) e, do lado direito, suas respectivas subcategorias (quando existem) - vale lembrar que as categorias e subcategorias foram criadas com base nas funções e atividades desempenhadas por Epifânio Dória.

Tabela 1 - Índice estratificado para o Arquivo Epifânio Dória.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA
Vida familiar	Educação e orientação dos filhos
	Celebrações
	Saúde
	Viagens
Finanças	
Vida social	Celebrações
	Presentes recebidos
Profissional	Arquivo Público do Estado de Sergipe
	Biblioteca Pública do Estado de Sergipe
	Comércio
	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Profissional	Juízo Municipal de Boquim
	Montepio dos Funcionários Públicos do Estado de Sergipe
	Mútua Construtora
	Promotoria Pública da Comarca de Maruim
	Seção Sergipe do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)
	Seção de Correspondência Regional do Estado de Sergipe
	Secretaria Geral do Estado de Sergipe
Vida Associativa	Academia Alagoana de Letras
	Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas de São Paulo
	Academia de Letras do Rio Grande do Sul
	Academia Fluminense de Letras
	Academia Paraibana de Letras
	Academia Petropolitana de Letras do Rio de Janeiro
	Academia Piauiense de Letras
	Academia Polimática
	Academia Sergipana de Letras
	AccademiadiPaestum (Itália)
	Associação Comercial de Sergipe
	Associação de Intercâmbio Cultural
	Associação Esperantista de Sergipe
	Associação Internacional de Imprensa
	Associação Marabaense de Letras
	Associação Sergipana de Imprensa
	Biblioteca América da Universidade de Santiago de Compostela
	Caixa Beneficente de Maruim
	Caixa Beneficente Manuel Cardoso
	Centro Catarinense de Letras
	Centro da Boa Imprensa
	Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas
	Centro de Cultura Intelectual de Campinas
	Centro Operário de Sergipe
	Centro Sergipano do Rio de Janeiro
	Círculo Cultural do Instituto Maçônico de Cultura e Mérito
	Círculo Universitário de Aracaju
	Clube Carnavalesco Filhos da Arte
	Clube Esperanto
Hora Literária de Santo Antônio	
Hora Literária General Calazans	
Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano	
Instituto de Cultura Americana	

Vida Associativa	Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo
	Instituto do Ceará
	Instituto Genealógico Brasileiro
	Instituto Genealógico da Bahia
	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
	Instituto Histórico de Petrópolis
	Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
	Instituto Histórico e Geográfico do Acre
	Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
	Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
	Instituto Histórico e Geográfico Paraíba
	Instituto Histórico e Geográfico Paranaense
	Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará
	Liga de Defesa Nacional de Sergipe
	Loja Maçônica Cotinguiba de Aracaju
	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
	Ordre Balzacien du Cheval Rouge
	Recreio Clube
	Rotary Club de Aracaju
	Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado de Sergipe
	Sociedade Bolivariana do Brasil
Sociedade de Numismática Brasileira	
Sociedade Musical Santa Cecília	
Sociedade Sergipana de Cultura Artística	
Sociedade Sergipense União e Garantia	
Universidade Ortológica	
Atuação política	
Palestras, Discursos e Conferências.	
Atividade discente	
Representação em Comissões	Civis
	Governamentais
Vida acadêmica	Pesquisas
	Eventos
Publicações	13 de Julho
	Boletim da Associação Comercial de Sergipe
	Boletim da Loja Maçônica Cotinguiba

Publicações	Cálamo (O)
	Coleções, Dicionários e Tratados
	Correio de Aracaju
	Correio de Propriá
	Correio de Sergipe
	Cruzada (A)
	Defesa (A)
	Diário da Manhã
	Diário da Tarde
	Diário de Sergipe
	Diário Oficial do Estado de Sergipe
	Estado (O)
	Estado de Sergipe (O)
	Estância (A)
	Folha da Manhã
	Gazeta de Sergipe
	Gazeta do Povo
	Gazeta Socialista
	Jornal do Povo
	Nordeste (O)
	Periódicos de outros Estados
	Periódicos sem identificação
	Pilha (A)
	Rádio (programas)
	Razão (A)
	Relatórios, opúsculos, discursos e cartas
	Revista de Aracaju
	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Sergipe Jornal	
Homenagens recebidas	

Fonte: Elaborado pela autora.

Enfim, destacamos aqui a busca constante pelo contexto imediato de produção e acúmulo do documento; bem como a função que o documento analisado cumpriu quando foi produzido ou acumulado, dentro das atividades rotineiras do seu titular. Procuramos descobrir o que o documento manifestou no seu momento de produção e de uso, os envolvidos na sua produção, as práticas sociais e culturais da época em que foi produzido, ou seja, buscamos o sentido do documento. Portanto, durante a análise dos

documentos buscamos entender as razões de sua produção e acumulação, sempre nos atentando para a possibilidade de diversos usos de um mesmo documento e circunstâncias de usos distintos.

Todo documento segue uma trajetória - nosso papel foi localizá-lo na linha cronológica do titular de determinado arquivo pessoal.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

DUCROT, Ariane. Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p. 151-168, 1998.

FREITAS, Itamar. *A escrita da História na "Casa de Sergipe": 1913-1999*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37 p. (Projeto como fazer, 2).

LOPEZ, André Porto Ancona. *Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia*. Gragoatá. Niterói, n. 154, p. 1-140, jul./dez. 2003.

MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Aracaju: J. Andrade, 2009. v. 1.

_____. *Efemérides Sergipanas*. Aracaju: J. Andrade, 2009. v. 2.

OLIVEIRA, Poliana Aragão Menezes. *O que dizem as cartas?* Formação e consolidação do IHGSE a partir de uma análise da correspondência de Epifânio Dória na década de 1930. 2004. 77 fls. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2004.

SANTOS, Paulo Roberto Elían dos. *Arquivos de Cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: ARQSP, 2012.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2003.

Suplemento BH 100 e as galerias da memória

Valdeci da Silva Cunha

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

“Suplemento BH 100” and the memory’s galleries

Resumo

O presente artigo analisa o jornal cultural *Suplemento* que trouxe como tema o aniversário do centenário de inauguração da cidade de Belo Horizonte, ocorrido em 1997. A leitura de suas 24 páginas nos sugere algumas possibilidades de investigação. Para este estudo, iremos considerá-las organizadas como galerias abertas à memória. Como uma exposição de arte, a ordem e os caminhos a se percorrer estariam, nessa perspectiva, abertos à visita do interessado ou curioso em conhecê-las. Fenômeno marcado por dimensões simbólica (produção de imagens) e relacional (presença ativa de sujeitos interlocutores), a publicação nos sugere um lugar possível para se pensar os embates pela memória e as tensões correlatas que estão presentes tanto no campo estrito da política, assim como no campo mais amplo da cultura e do político.

Palavras-chave: Belo Horizonte; Centenário; Suplemento; Galerias da memória.

Abstract

This present article analyzes the special edition of the cultural journal *Suplemento* that brought as theme the centenary anniversary of the inauguration of the city of Belo Horizonte, event that occurred in 1997. The reading of the journal’s 24 pages suggests some research possibilities. For this study, we consider them organized in a way similar to galleries open to memory. As an art exhibition, the order and the ways to take would be, in this perspective, open to visitors interested to discover them. As a phenomenon marked by symbolic dimensions (image’s production) and relational (active presence of interlocutors), the publication suggests a possible place to think about the struggles for memory and the related tensions that are present in both the strictly field of political as well as in wider field of culture and political.

Keywords: Belo Horizonte; Centenary; Supplement; Memory’s galleries.

I n t r o d u ç ã o

Os gregos contam que Teseu recebeu de presente um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala.

O fio e os rastros, de Carlo Ginzburg (2007).

O aniversário do centenário de inauguração da cidade de Belo Horizonte, em 1997, teve a capital mineira, como se era de esperar, como centro e palco das comemorações. Durante o desenrolar daquele ano, assistiu-se à publicação de livros, organização de eventos esportivos, científicos e culturais, e à cobertura das diversas mídias, como jornais, rádio e TV.

Para as professoras Regina Helena Alves da Silva e Vera Regina Veiga França, em um artigo publicado em 1998 e fruto de uma pesquisa ampla com o projeto *Belo Horizonte, 100 anos depois: as novas condições da experiência*,

O evento “centenário” foi assumido oficialmente pelo poder público. A comemoração consistiu, basicamente, num calendário de eventos organizados diretamente pela administração municipal ou em parceria com outras instituições, e na disseminação ampla da marca do centenário. Incorporadas a esse calendário oficial ou paralelamente a ele, proliferaram iniciativas de várias ordens – restauração de lugares, eventos de resgate da memória, lançamento de livros, encenação de peças teatrais, campeonatos esportivos, conferências científicas – tudo

relacionando-se, direta ou indiretamente, ao tema do centenário (SILVA & FRANÇA, 1998, p. 430-431).

Fenômeno marcado por dimensões simbólica (produção de imagens) e relacional (presença ativa de sujeitos interlocutores), como podemos perceber nas análises de Silva e França, o evento também nos sugere um lugar possível para se pensar os embates pela memória e as tensões correlatas que estão presentes tanto no campo estritamente da política¹ assim como no campo mais amplo da cultura e do político².

1 Foi durante a administração do prefeito Célio de Castro (PSB), que tomou posse em 1º de janeiro de 1997, que se realizou o centenário, mas algumas medidas já vinham sendo tomadas na administração anterior, de Patrus Ananias (PT), como, por exemplo, a recuperação de lugares da cidade considerados importantes para a preservação da memória ou lançamentos de publicações apoiadas pelo poder público municipal, em consonância com a ideia de um resgate da história da cidade.

2 Há uma discussão no campo da história sobre o conceito de político que faz referência a fenômenos de maior abrangência, ao invés de formas tradicionais de se pensar a política. Tributário das discussões no campo da historiografia, marcadamente a francesa sobre a “nova história política”, o conceito ganhou força ao ser usado para a investigação e estudo de organizações, formas de agremiação, manifestações artísticas etc. que extrapolavam os limites da política oficial ou instituída. Ver, entre outros, Rosanvallon (1995) e Rémond (2003).

Vale destacar que, através de uma rápida pesquisa pela Internet, foi possível encontrar uma série de informações para uma pesquisa que tenha o centenário como tema. Acredito que esse fato possa ter, entre outras possibilidades de explicação, o pouco tempo decorrido do evento, menos de duas décadas, e por ser Belo Horizonte uma cidade relativamente nova, fatos que a tornam alvo e objeto do desejo/interesse da produção de memórias. Tema central para as pesquisas em ciências humanas, de um modo geral, e para a história, em particular, as tensões e disputas em torno da memória e as temporalidades que a envolvem sugerem algumas possibilidades para o estudo das comemorações do centenário da capital mineira. Nesse sentido, selecionamos o número especial do *Suplemento* de dezembro de 1997, publicação da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, impressa nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado.

Em 1992 o *Suplemento* teve as suas ati-

vidades interrompidas. Ao retomá-las, em 1993, o impresso passou a circular mensalmente, e não mais semanalmente, como desde sua criação, em 1966, e a pertencer à Secretaria do Estado de Minas Gerais.³

A leitura de suas 24 páginas nos sugeriu algumas possibilidades de análise. Uma delas seria tomá-las como organizadas como galerias abertas à memória. Como uma exposição de arte, a ordem e os caminhos a se percorrer estariam, por hipótese, abertos à visita do interessado ou curioso em conhecê-las. Com textos de menor tamanho, dadas as características próprias do impresso, um caderno cultural publicado mensalmente e distribuído pelos principais pontos culturais da cidade, incluindo as várias faculdades e a Universidade

3 Desde sua criação, em 1966, até o ano de 1993, o *Suplemento Literário* esteve sob responsabilidade da Imprensa Oficial, sediada na cidade de Belo Horizonte. Ao retomar suas atividades, teve o seu nome mudado e reduzido apenas para *Suplemento*, nome que mantém até hoje, como publicação da Secretaria de Cultura do Estado.

Federal de Minas Gerais, de forma gratuita, tomaremos seu conteúdo como fragmentos de cultura, reforçado pelo seu caráter ensaístico. Como Walter Benjamin (2006), para quem o ato de colecionar e juntar fragmentos nos parece ter orientado suas formas de pensar a história e compreendê-la, ou Carlo Ginzburg (2007), para quem o seu contar historiador serve-se dos rastros no intuito de ligar, ou religar, o vivido em relatos históricos, pretende-se, neste ensaio, entrar nesse labirinto, nessas passagens/galerias, com o olhar misto de historiador, detetive e *flâneur*⁴, numa aventura do perder-se pelas nervuras dessa memória. Para o fim desejado, tomamos a publicação como (também) um espaço possível da cidade, por essa se encontrar conectada às várias dimensões de sua circularidade cultural, em sintonia com o que Georg Simmel (1902 apud VELHO, 1973) chamou de “intensificação da vida nervosa”⁵.

Começamos por sua capa (Imagem 1). Uma primeira visada já é suficiente

4 Uma boa reflexão sobre o *flâneur* e o detetive nos espaços urbanos pode ser encontrado em Frisby (2007) e Kuster e Pechman (2014).

5 Uma instigante discussão sobre novos espaços nas cidades, do ponto de vista da arte contemporânea, mas muito útil para se pensar outras manifestações culturais e suas relações com a memória, encontra-se em Martín (2014).

para depararmos com um desenho/detalhe do *Monumento da Terra Mineira*, estátua de bronze que homenageia os heróis da Inconfidência, presente no largo da *Praça da Estação* (Praça Rui Barbosa). Facilmente localizável por um morador atento ou por um visitante que transita pela cidade de Belo Horizonte, a escolha da praça também pode ser entendida pelo seu valor simbólico para a história da cidade. Como nos informam Silva e França (1998, p. 438), ela é o lugar “que simboliza a entrada da cidade desde o seu início: a estação ferroviária”. Um efeito possível que nos sugere ter sido buscado é de um amistoso convite para um passeio pela cidade a partir de sua geografia histórica, o que não deixa de carregar uma certa sentimentalidade e, ao mesmo tempo, já nos colocar o resultado de uma escolha sobre o passado da capital: a conexão com o período colonial e a memória da Inconfidência.

Em sua segunda página, formando um díptico, o impresso apresentou outro desenho/detalhe do Viaduto Santa Teresa, feito pela artista plástica Liane Valle, facilmente identificado por um detalhe de um de seus arcos e um poste de iluminação. Junto à imagem, o impresso trouxe um editorial assinado

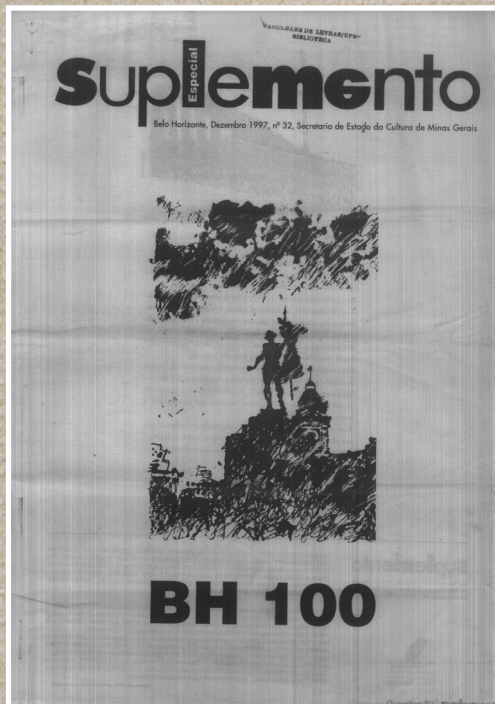


Imagem 1 – Capa do Suplemento (1997).

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras (UFMG).

pelo então editor do *Suplemento*, Carlos Ávila, em que podemos ler a seguinte chamada: “1897/1997: Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, completa cem anos. Cidade planejada, nascida sob o signo do novo, BH é hoje um expressivo centro produtor de arte e pensamento” (ÁVILA, 1997, p. 2). Ainda em apresentação do número especial do impresso, afirmou que os “ensaios, fotos, desenhos e poemas – todos enfocando a cidade de diversos ângulos, através de visões variadas do ‘tecido’ urbano, tecido que se transforma em texto” formariam uma “teia de reflexões criativas”. Esse “material [...] – inédito e preparado especialmente para esta edição do Suplemento – busca homenagear a BH centenária e planetá-

ria, que faz do tensionamento entre passado e presente, um vetor para o futuro” (ÁVILA, 1997, p. 2).

O ponto central que irá perpassar o sentido do conteúdo selecionado, como veremos no desenrolar deste ensaio, essa tensão entre passado e presente, como “um vetor para o futuro”, pode ser identificado como um dos pontos de relevância para as discussões e definições sobre a modernidade. Tensões que ora podem ser resolvidas com um rompimento (ou esquecimento) com o passado, se é que pode ser efetivamente alcançado, como sugerido na tradição iluminista; ora como inseridas em uma dialética de superação, como na tradição marxista, ambas guardam com o futuro um horizonte de esperança.⁶

Em estudo hoje pode ser considerado um clássico para se pensar a modernidade, Marshall Berman nos informa uma lógica similar de captar essa relação entre passado, presente e futuro.

O argumento básico do livro [*Tudo que é sólido desmancha no ar*] é, de fato, que os modernismos do passado podem devolver-nos o sentido de nossas próprias raízes modernas, raízes que remetem a duzentos anos atrás. Eles podem ajudar-nos

⁶ Uma instigante discussão sobre o caráter atemporal de um processo de modernização, mas específico para o caso da cidade de Viena, pode ser encontrado no estudo de Schorske (1988).

a conectar nossas vidas às de milhares de indivíduos que vivem a centenas de milhas, em sociedades radicalmente distintas da nossa - e a milhões de pessoas que passaram por isso há um século ou mais (BERMAN, 1987, p. 34).

Nossa sugestão é que o *Suplemento* fez um movimento similar em busca de “suas raízes” modernas, assim como da cidade de Belo Horizonte. Lançamos, então, algumas perguntas: quais os elementos do passado foram movimentados para a criação desse referencial coletivo? Quais repertórios estariam (ou estavam) disponíveis para serem acessados nessa narrativa sobre o passado, presente e futuro? Se um aniversário é um momento de (co)memoração, como se deu essa configuração? Para tentarmos lidar com essas questões, e outras que surgirão à frente, vamos caminhar mais um pouco pelas galerias desse impresso.

Abrindo a seção de ensaios, nos deparamos com um texto de Fernando Correia Dias intitulado *BH intelectual segundo Drummond* (Imagem 2). Acompanhando a narrativa de Dias, foram utilizadas três fotografias de Drummond pela cidade de Belo Horizonte.⁷ Para o autor, seu ensaio

⁷ Conforme Dias (1997), seguindo o fluxo linear das páginas, o *Suplemento* trouxe uma fotografia de Drummond e sua esposa Dolores, passeando por Belo Horizonte no ano de 1932 (p. 3), uma de Drummond e Maria Julieta, em Belo Horizonte, em 1931 (p. 5) e, por fim, uma de Drummond sozinho, em Belo Horizonte, em 1932 (ao que parece uma imagem muito usada do escritor caminhando pela Avenida Afonso Pena).

sobre o escritor itabirano foi movido pelo interesse em “desvendar pela releitura de textos dele [Drummond], especialmente das crônicas publicadas (sob pseudônimo) no *Minas Gerais*, dos poemas (em particular dos de *Boitempo*) e de alguns depoimentos dados pelos meios de comunicação de massa”, dentre outras coisas, como Drummond encarava o ambiente intelectual em Belo Horizonte.

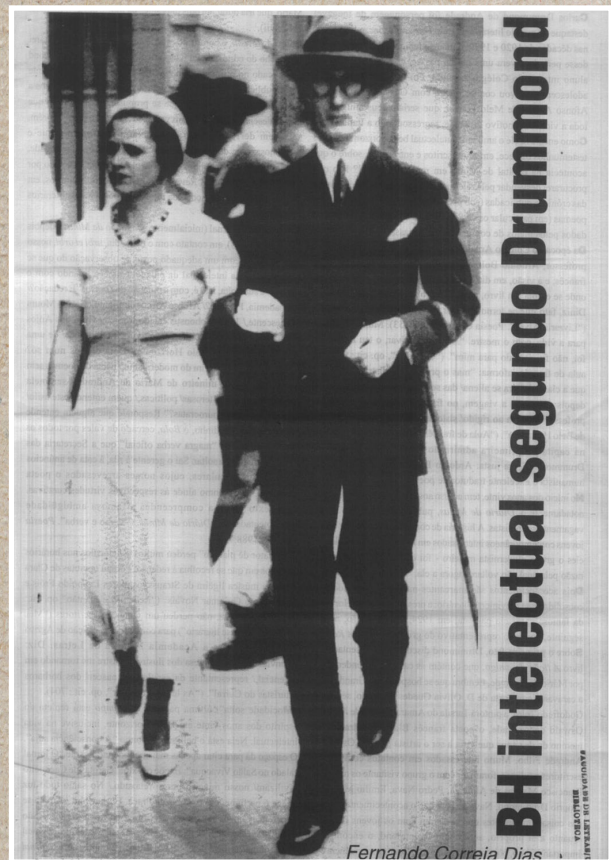


Imagem 2 – BH Intelectual segundo Drummond (1997).

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras (UFMG).

Para Dias, “Carlos Drummond de Andrade foi um personagem de inegável destaque no mundo literário de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930: o intenso tempo modernista” (DIAS, 1997, p. 4).

Dias também se refere às participações do escritor na imprensa mineira. Para ele, nas redações dos jornais, “inicialmente o *Diário de Minas* e depois no *Minas Gerais*”, Drummond esteve em contato “com um adequado posto de observação do que se passava na vida intelectual da cidade”. Como cronista, destacou as publicações no *Minas Gerais*, sob os pseudônimos de Antônio Crispim e Barba Azul, entre 1930 e 1934, que, de “confessadamente frívolas”, elas “só o são à primeira vista”. Para Dias, “elas captam o novo nas relações sociais de um meio urbano de província; em outras palavras, novos modos de sociabilidade, trazidos pela moda, pelo esporte, pelo telefone automático, pelo hábito do cinema, pelos cursos, pela convivência nos bondes”. Seriam “tópicos da vida intelectual” (DIAS, 1997, p. 6).

Segundo Dias, “pelos rápidos exemplos aqui trazidos”, que poderiam ter sido o “embrião de ensaio mais extenso”, nota-se uma ambivalência de Drummond diante de Belo Horizonte, que para o pesquisador seria de natureza sociológica: “sob vários aspectos, especialmente entre o moderno e o tradicional, mas percebe-se a valorização indiscutível que emprestava às iniciativas frutuosas que

se tomavam no plano intelectual”. Nesse momento, 1997, Dias chama a atenção para publicação das cartas de Drummond a Mário de Andrade, livro então não publicado, que teria por quase certo o poder de “revelar melhor suas impressões [de Drummond] da vida intelectual de Belo Horizonte” (DIAS, 1997, p. 6).⁸

Quebrando um pouco a lógica da recuperação/rememoração dos primeiros modernistas mineiros, localizados nas décadas de 1920 e 1930, o *Suplemento* destinou duas páginas para a poesia produzida na contemporaneidade da publicação. Intitulado *Memorial do Horizonte* e escrito pelo poeta Ricardo Teixeira de Salles, o poema traça, a partir de lugares antigos e novos da capital, um panorama de alguém, a exemplo de um *flâneur*, que passeia pela cidade, entre lugares já inexistentes e atuais. Dentre essas passagens, destacamos uma que nos sugere esse trânsito entre o passado e o presente e suas tensões.

As senhoras mais antigas, mais serenas, recatadas/ pigarreiam sobre o que não se fala, aquilo que contraria,/ e pelo o que transparece nos olhares, estamos entendidos./ Conservadora e libertina, a cidade

8 O livro que Dias faz referência foi lançado no ano de 2002 pela editora Bem-te-vi, do Rio de Janeiro e organizado por Lélia Coelho Frota sob o título *Carlos & Mário – correspondência*.

se equilibra/ entre contrição e o álcacre discurso da boemia/[...] O fantasma de *Aarão Reis* observa e sorri/ entre perplexo, circunflexo e confuso, mas satisfeito (SALLES, 1997, p. 11).

Agora entraremos na “sala” sobre a criação e inauguração da nova capital mineira, representadas pela pena do escritor sabarense Avelino Fóscolo, misto de criação ficcional e de um observador das mudanças de seu tempo. Publicado na coluna intitulada *ARQVIVO*, o texto trouxe como subtítulo *Avelino Fóscolo 1864/1944* e foi assinado por Letícia Ma-

lard (Imagem 3). Como ilustração do ensaio, foi publicada uma imagem de Fóscolo já com idade avançada, o que lhe conferiu um ar grave, de austeridade, contrário das mencionadas que traziam o poeta itabirano, já referidas nesse ensaio.

Para Malard (1997, p. 13), “poucos sabem que existiu uma testemunha ocular e ao mesmo tempo literária da construção e dos primeiros tempos da capital mineira”. Não se trataria de um romance histórico, no sentido estrito do termo, mas nele se entrecruzariam “História e Literatura, realidade e ficção, dentro das coordenadas com que se fazia o chamado ‘romance social’ no princípio deste século”. Em sua leitura, Malard mostra os principais pontos que se entrecruzam na narrativa de Fóscolo, o histórico e o ficcional, por assim dizer, no que diz respeito às questões que perpassam a estrutura do livro. Faz um apanhado geral das questões que envolveram a posse da terra, dos imigrantes, as avaliações e especulações dos moradores locais sobre a construção da nova sede do governo, seus conflitos com os “forasteiros” etc. Segundo a autora, a narrativa de Fóscolo “comprometida com as ideias do anarquismo-libertário de fins do século XIX, era, como dizem os espe-

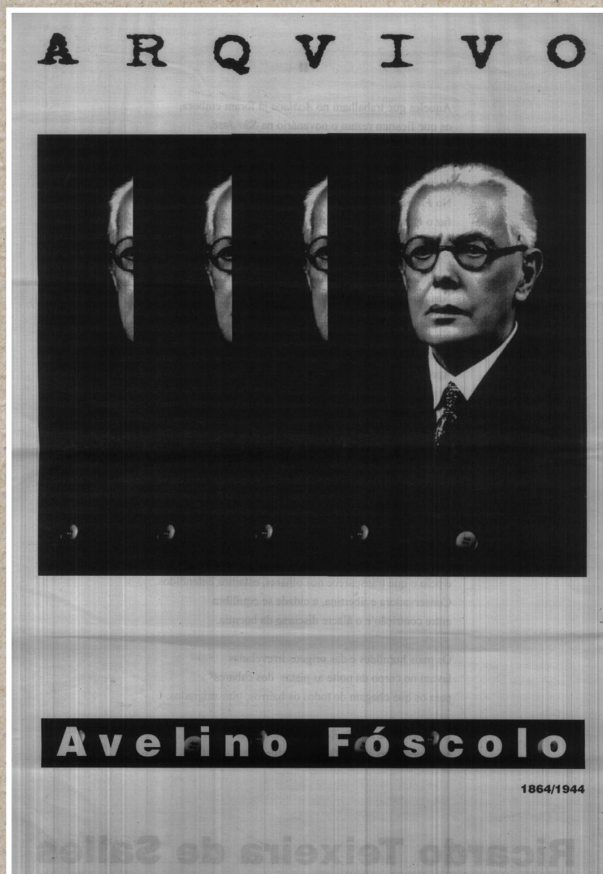


Imagem 3 – ARQVIVO Avelino Fóscolo (1997).

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras (UFMG).

cialistas, avançada na temática e conservadora ou despreocupada no que tange às demais questões inerentes ao literário” (MALARD, 1997, p. 13). E complementa:

[...] a inauguração da capital é um dos pontos curiosos do romance. Descreve-se a chegada de funcionários públicos, camponeses, soldados e burgueses, vindos de toda a parte. Tem destaque os camponeses - que andaram três léguas para a festa - com suas roupas: os homens, de brim mineiro; as mulheres, com um lenço em volta do pescoço, arrematado por um broche no peito; as crianças, de sapatos largos e pesados, sem meias (MALARD, 1997, p. 13).

Sua conclusão nos chama a atenção. Depois de uma breve, mas não menos densa, análise do romance de Fóscolo, Malard conclui que

[...] seria de extrema oportunidade a republicação de *A Capital*, para comemorar o centenário de Belo Horizonte. Sua segunda e última edição aconteceu há 18 anos e está esgotada. As outras obras de Avelino Fóscolo também se acham esgotadas. Portanto, é lamentável que uma cidade, que vem esforçando-se para preservar sua memória, ainda não tenha marcado um encontro de seu primeiro romancista com novas gerações ligadas em cultura literária (MALARD, 1997, p. 13).

Esse desfecho dialoga com algumas

questões já levantadas neste artigo, quais sejam, com o imaginário de uma “cidade sem memória” (e nesse caso, uma memória cultural sobre a sua inauguração e de seu primeiro escritor), o movimento assinalado por Berman (1987) sobre a necessidade de se voltar para as “raízes” da modernidade e as relações de força que as dimensões da memória comportam. Outra questão seria pensarmos quais produtos culturais foram beneficiados pelas iniciativas do poder público em detrimento dos que ficaram esquecidos, como nos sugere a produção literária de Avelino Fóscolo. Menos interessado em emitir um juízo sobre o que deveria ter sido ou não privilegiado, o interesse aqui recai em entender como, hoje, podemos entender essas escolhas e quais as suas possíveis dimensões⁹.

Entremos, agora, em um outro tipo de sala/memória sobre a capital mineira.

9 Por iniciativa da Fundação João Pinheiro, foi montada a “Coleção Centenário” responsável pela publicação de importantes livros sobre a história de Belo Horizonte, em seus vários aspectos. Chama-nos a atenção para a ausência de uma obra ou estudo que se ocupasse com a história da literatura mineira, dado o lugar de importância, se não central, que ocupa na tradição cultural do Estado. Um exemplo importante, nesse sentido, foi feito em relação às artes plásticas na capital, com o livro *Belo Horizonte: um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte* (1997). O catálogo pode ser acessado no endereço: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/colecoes-de-livros/80-colecao-centenario>

A que passaremos a analisar pode ser classificada como uma digressão sentimental de um exilado de Belo Horizonte, um intelectual que dela teve que partir por força de uma conjuntura política: o Golpe civil-militar de 1964 e a escalada de denúncias e perseguições políticas colocadas em prática no final da década de 1960, principalmente com o estabelecimento do Ato Institucional de número 5, o “AI-5”, de dezembro de 1968.

Em *A Belo Horizonte de Sylvio de Vasconcellos* (Imagem 4), Paulo Augusto Gomes nos relata, em meio a uma narrativa que retoma algumas partes/fragmentos das memórias inconclusas de Vasconcellos, a história de uma amizade entre ambos, recuperada por meio de uma troca de cartas. Segundo o autor, essas cartas estão perpassadas “constantemente [por] um grande amor por Belo Horizonte, cidade do seu encanto nunca esquecida” (GOMES, 1997, p. 14). Para ele, Vasconcellos foi “injustamente dedurado como comunista por um canalha que o invejava e ambicionava os postos

que conquistava”. Ele teria sido “obrigado a deixar o país, ao qual nunca mais voltou. De 1971 a 1979, ano de sua morte, mantivemos longa correspondência, onde aquelas discussões – quase sempre sobre a arte e suas implicações – se prolongaram”.

Sobre a sua vida nos Estados Unidos, conta-nos Gomes que “foi também no estrangeiro que ele produziu algumas de suas mais expressivas obras, o já clássico ‘Mineiridade - Ensaio de caracterização’ e ‘Vida e Obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho” (GOMES, 1997, p. 14).

Vasconcellos teria se movido, segundo Gomes (1997, p. 15), “apenas pelo desejo de enfatizar como às vezes pequenos acontecimentos marcam a vida de uma pessoa, especialmente na infância. Uma espécie de explicação de como uma vida se constrói. Especialmente em minha geração”. Disso sabemos graças à compilação de cartas e fragmentos das publicações feita por Gomes e mencionadas em seu ensaio, o que ele chamou de uma “antologia de textos”.

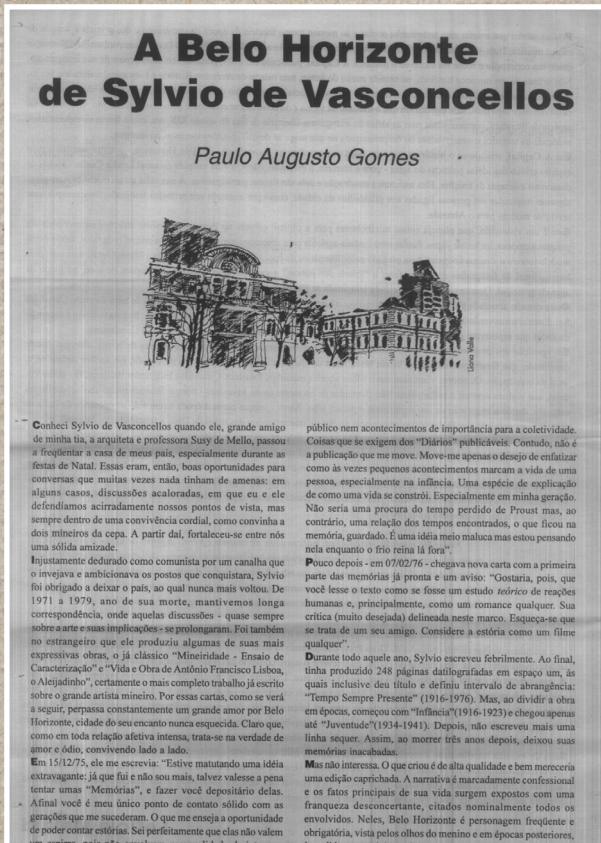


Imagem 4 – A Belo Horizonte de Sylvio de Vasconcellos (1997).

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras (UFMG).

Há um misto de melancolia e ressentimento em boa parte do material levantado e exposto no texto em questão. Vasconcellos compartilha, em larga medida, de algumas ideias contidas no imaginário sobre Belo Horizonte como uma cidade em que ninguém estabelece moradia, ou seja, uma cidade que não oferece a seus habitantes oportunidades ou proporciona o desejo de continuidade. Chega mesmo a citar nomes de alguns belorizontinos importantes, como

o artista plástico Franz Weissmann, que compartilhavam desse ponto de vista. Se, por um lado, podemos pensar em uma cidade sem memória, ou com uma memória por ser construída, por outro nos é sugestiva a imagem de um lugar sem vida intelectual, devido ao fato que as suas “melhores cabeças” nele não ficavam.

O sentimento de ingratidão da cidade, que parece nutrir os comentários de Vasconcellos, se manifesta em outras passagens recolhidas das cartas que enviou para Gomes do exterior.

[...] o que percebo em Belo Horizonte é atípico, peculiar, e não genérico. Trata-se de um sentimento de a-solidariedade humana, inclusive para com amigos *suposed to be*. Principalmente depois da psicanálise, há sempre explicações para comportamentos. Contudo, a persistência de um mesmo padrão em uma comunidade inteira (com as exceções devidas) sobrepõem explicações particulares para definir-se como micro-subcultura local (Carta de 13/12/76) (GOMES, 1997, p. 16).

As imagens movimentadas por Vasconcellos para lidar com o passado/presente/futuro de Belo Horizonte, que para Drummond talvez seja a do seu “quadro na parede”, sugerem uma re-

lação com a temporalidade a respeito da história da cidade¹⁰. Para ele, haveria um período identificado com a “infância”, momento idílico, quando “Belo Horizonte adolecia”, período marcado em suas memórias por aquele em que viveu na cidade, para uma cidade “jovem” [adulta?], de “calças compridas” em que Belo Horizonte, “já [era] uma cidade grande” (GOMES, 1997, p. 15).

Se em “sua” cidade idílica as pessoas se encontravam à rua, se conheciam, havia pequenos comércios, os bairros não eram tão grandes e a cidade não estava cheia de automóveis, a cidade já “adulta” se mostrava em sua fantasmagoria¹¹. Aquela seria o lugar ainda da “virtude”; essa, do “vício”, como analisado por Schorske (2000, p. 53-72).

Não como um *flâneur*, mas mais próxi-

10 Referência ao trecho de um poema de Carlos Drummond sobre Itabira, cidade onde nasceu e não mais viveu, e que teria se tornado, para ele, apenas um “quadro na parede”.

11 Walter Benjamin, em “*Paris, capital do século XIX*” (2006), utiliza-se da imagem/conceito de fantasmagoria para perceber as formas como se manifestou a ruptura estrutural nos âmbitos da cultura, política e sociedade em Paris, no final do século XIX e sob o domínio da produção de mercadorias, do uso do ferro, das reformas urbanas etc. Os fragmentos de Vasconcellos nos sugerem, assim como as leituras dos textos de Benjamin, a perda de uma áurea nas formas de se viver nos centros urbanos. Essa discussão também se aproxima das questões levantadas por Georg Simmel em seu ensaio *A metrópole e a vida urbana* (1902), principalmente nas mudanças experimentadas e vividas pelas pessoas nas cidades com a complexificação das relações sociais.

mo de uma atitude *blasé*, como formulada por Simmel (1902), encontramos Vasconcellos transitando (ou talvez imaginando?) a vida nas ruas de Belo Horizonte. “Rio de Janeiro abaixo; ruas desertas, escuras, tristes. Na esquina com Santos Dumont, o Cassino Montanhês. Comprida e estreita escada com um porteiro em guichê ao lado, na altura do patamar intermediário. Entro ou não entro?”. Em outra passagem, “Belo Horizonte já não era a minha cidade e, de tão ausente dela, não mais a dominava. Multidões agora enchiam os passeios da Avenida, principalmente do lado da sombra, onde o melhor comércio e os cafés se multiplicavam” (GOMES, 1997, p. 16).

Em um tom nostálgico e sentimental, mas sem a carga melancólica expressada por Sylvio de Vasconcellos, foram publicados três poemas da escritora e crítica literária Laís Corrêa de Araújo, em uma seção intitulada *Viver em Beagá*. Curtos e sintéticos, bem ao gosto da estética modernista tão presente em sua poesia, *Os Pontos Cardeais*, *O Canon* e *A Epifania* afloram lembranças marcadas pelo sentimento de um bem viver na capital mineira, que remon-

tam o ir ao cinema (Cine MetrÓpole), ao Minas Tênis Clube etc. Em *A Epifania*, o mais sintético dos três, lemos: “Do alto deste cruzeiro/ há cem anos te contemplo” (ARAÚJO, 1997, p. 17).

Andando um pouco mais por essas galerias da memória, por assim dizer, somos levados novamente para as primeiras décadas do século XX de Belo Horizonte. Agora, é a vez do escritor João Alphonsus. Escrito por Antônio Sérgio Bueno, o ensaio foi denominado *O campo e a cidade em Totônio Pacheco* (Imagem 5). Antes de se ocupar propriamente da leitura do romance, Bueno faz uma rápida contextualização da história das cidades, até chegar no momento da escrita do livro de Alphonsus, em 1935.

Campo e cidade são palavras carregadas de conteúdo histórico muito poderoso. Elas traduzem realidades valorizadas de formas diferentes em épocas diversas. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à antiguidade clássica. Lá está o tradicional contraponto entre inocência e sinceridade no campo e vício e mundanidade na cidade. No bucolismo virgiliano a paz da vida campestre contrapõe-se à guerra civil e ao caos político da cidade (BUENO, 1997, p. 18).

O campo e a cidade em Totônio Pacheco

Antônio Sérgio Bueno



"No elevador penso na roça
Na roça penso no elevador"
Carlos Drummond de Andrade

Campo e cidade são palavras carregadas de conteúdo histórico muito poderoso. Elas traduzem realidades valorizadas de formas diferentes em épocas diversas. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à antiguidade clássica. Lá está o tradicional contraponto entre inocência e sinceridade no campo e vício e mundanidade na cidade. No bucolismo virgiliano a paz da vida campestre contrapõe-se à guerra civil e ao caos político da cidade:

"Velho feliz! Aqui, em meio a rios conhecidos
e entre sagradas fontes, gozarás sombra e frescor!"

Também a poderosa sátira de Juvenal à corrupção da vida urbana confirma o sinal de negatividade colado à cidade:

"Quis ergo se fieri cum Divitiis?"

De um salto vamos ao século XVIII, em Vila Rica, onde Cláudio Manuel da Costa tece, numa rede de antíteses, o velho binarismo reducionista:

"Que bem é ver nos campos transladado
No gênio do pastor, o da inocência!
E que mal é no trato, e na aparência
Ver sempre o cortês dissimulado!"

O bucolismo setecentista apresenta o ideal de vida simples propagado pelos arcades como antídoto contra os excessos cultistas e conceptistas. Mas também responde esteticamente aos primeiros gritos de denúncia do inchamento de algumas grandes cidades europeias na primeira revolução industrial. *Fugere urbem. Sequere naturam.*

No Brasil, já na Primeira República, predominam os interesses do setor agrário-exportador, voltado para a produção do café, representado pela burguesia paulista e parte da burguesia mineira. No início da década de trinta, Minas apresenta ainda muitos bolsões rurais, em que as relações sociais e econômicas pouco se diferenciam das dos séculos XVIII e XIX. Mas, nessa década, os dizeres setecentistas invertem-se: *fugere naturam, sequere urbem.*

O romance *Totônio Pacheco* de João Alphonsus, editado em 1935 pela Companhia Editora Nacional, é uma bela resposta estética àquele momento histórico. Apresenta três grandes partes: na primeira, as ações se passam em uma fazenda do interior mineiro; na segunda e terceira, as ações deslocam-se para Belo Horizonte. O grande choque temático dá-se no contraste entre o congelado feixe de relações sócio-econômicas da fazenda, onde as marcas da escravidão ainda estão vivas, e o ritmo dinâmico da vida na incipiente capital montanhesa.

Mais que esse choque em si, importa que ele é vivido pelo protagonista, o Coronel Totônio Pacheco. Para ele, a fazenda da Grota é espaço primordial de referência:

"(Totônio Pacheco) Voltava da cidade, pela rua São Paulo, andando, lentamente junto aos balaústres da canalização do córrego. Vinha triste. Não tinha o hábito infeliz e moderno de assistir à sua própria vida: vivia somente. Não procurava explorar ou explicar sua tristeza: vinha triste. O marulho da água no canal lhe lembrava a Grota? Ninguém sabia". (p. 132)

A Grota é o centro do mundo para o Coronel e, como diz Yi-Fu Tuan, o centro conota origem e começo. Totônio Pacheco sente a "falta daquele sentimento particular de centro de uma vasta circunferência ideal abrangendo homens, irracionais, feras, plantas, que totônio sente de certo modo de seu

Imagem 5 – O campo e a cidade em Totônio Pacheco (1997)

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras (UFMG).

Em sua narrativa, Bueno retorna à antiguidade clássica, a Roma, ao século XVIII mineiro (Vila Rica e o bucolismo), à revolução industrial, à Primeira República e seu modelo agroexportador, “voltado para a produção de café, representado pela burguesia paulista e parte da burguesia mineira”, à década de 1930, em que “Minas apresenta ainda muitos bolsões rurais, em que as relações sociais e econômicas pouco se diferenciam das dos séculos XVIII e XIX”. Segundo Bueno (1997, p. 18), se-

ria nessa década, entretanto, que “os dizeres setecentistas inverter-se-iam: *fugere naturam, sequere urbem*”.

Sua estrutura narrativa estaria centrada no “grande choque temático” que se dá “no contraste entre o congelado feixe de relações socioeconômicas da fazenda, onde as marcas da escravidão ainda estão vivas, e o ritmo dinâmico da vida na incipiente capital montanhosa”. Para Totônio Pacheco, “a fazenda da Grota é espaço primordial de referência” (BUENO, 1997, p. 18).

Ainda segundo sua leitura, os contrastes entre o espaço urbano e o campo se manifestam no desenvolver de toda a trama, dando à urdidura do romance o seu significado. Eles se manifestariam, por exemplo, no jogo de luz e sombras, do claro e escuro, que demarcariam a passagem de um ambiente para o outro. “Todo o regime de luz da cidade inunda o texto de João Alphonsus. Mas também o regime de sombra, como as escapadas noturnas de Totônio com mulheres nos arrabaldes da cidade: “Corrida até no Barreiro, ceia na Cabana”. Semelhante às relações de Sylvio de Vasconcellos analisadas anteriormente neste ensaio,

Totônio Pacheco também se encontra imerso na modernidade da capital mineira e sobre ela emite impressões e juízos. Ambos sentem os impactos mentais da metrópole, como nos sugere Georg Simmel, ou colocam os indivíduos, mesmo que ficcionais, em contato com as aventuras, mesmo que não vividas dessa maneira, e com as contradições da vida moderna, como definidas por Marshall Berman.

Para Bueno, o personagem, lançado em meio ao turbilhão da vida moderna e seus desafios, emerge como uma entrada possível para se ler aquele momento história da cidade de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Em suas conclusões, a “grotesca metamorfose do Coronel em Carlitos certamente inspirou-se no filme ‘O grande ditador’ de Charles Chaplin, um ícone da época, tão decantado pelos modernistas”. Isso seria, por um lado, “a tradução da decadência do protagonista do romance, poderoso homem do campo que não consegue situar-se harmoniosamente na cidade” e, por outro lado, a “alegoria da queda de toda uma classe social, o canto do cisne da oligarquia rural, na passagem do bastão do poder para a burguesia urbana” (BUENO, 1997, p. 19).

Assim como enuncia/denuncia Maillard em relação à pouca atenção que tem sido dada ao romance *A Capital*, de Avelino Fóscolo, analisado anteriormente, Gomes chama atenção para uma questão similar vivida pelo livro de João Alphonsus. Usando uma afirmação de Milton Campos, que dizia ser sua obra “sincera e natural, sem artifício, sem bovarismo”, Bueno se vale dela para dizer que valeria “a pena recolocar em discussão um romance da estatura de Totônio Pacheco de João Alphonsus” (BUENO, 1997, p. 19).

Para finalizar, entremos, então, na “sala” que mais se aproximou da Belo Horizonte da década de 1990 e lidou com o tema das relações raciais na capital mineira. Em *Afro-Horizonte* (Imagem 6), fruto de pesquisas sociológicas sobre o tema, Lídia Avelar Estanislau nos coloca, já no primeiro parágrafo, em contato com um diagnóstico sobre a produção e interesse pelo assunto, num tom provocativo: “entre os anos 20 e o final dos anos 60 deste século a bibliografia sobre Belo Horizonte, que em dezembro completa cem anos, resumia-se a 17 títulos. Entre 1990 e 1994 foram produzidos 196 estudos

sobre a cidade” (ESTANISLAU, 1997, p. 22). Quais os significados desses dados? Seria a capital mineira marcada pelo conflito de raças? Ou, ao contrário, esses dados são índices de uma “democracia racial” em Belo Horizonte, que marcaria exatamente a ausência do conflito?

Ao seguirmos as argumentações da autora, somos informados, em uma continuidade com a primeira parte do diagnóstico apresentado, que “nos últimos dois anos as pesquisas sobre a *Capital do Século* cresceram, embora permaneça um ponto obscuro nas análises: a ausência de dados sobre os descendentes de africanos na cidade”. Mesmo com o aumento da produção em várias áreas das ciências humanas, “na passagem de *curral del rei* para *belo horizonte* republicano o povo negro tornou-se invisível” (ESTANISLAU, 1997, p. 22).

Estanislau recorre a estudos sobre a escravidão no século XIX, especialmente sobre Minas Gerais, na tentativa de rastrear onde se encontrava o maior contingente de escravos. Amparada em pesquisas históricas sobre o tema, afirma que, em sua maioria, esse con-

tingente não estava apenas na cafeicultura, “mas também nas atividades industriais de siderurgia e têxteis assim como nos anos finais da década de 1880. [...] ao trabalho de muitas das escravas fiandeiras e tecedeiras veio se somar o trabalho do escravo de aluguel, como opção preferencial das empresas mineradoras estrangeiras”. Essa prática, de uma forma geral, teria dotado os negros escravos de certa mobilidade, somando-se algumas oportunidades de ganhos. “A mobilidade e a concentração de escravos na região

do Curral del Rei, reforçam a hipótese de que a construção de Belo Horizonte, que se inicia apenas seis anos após a Lei Áurea, tenha absorvido expressiva força de trabalho negra” (ESTANISLAU, 1997, p. 22).

Entre os indícios de uma forte presença negra na cidade de Belo Horizonte, Estanislau recorre à publicação da revista modernista *leite criôlo*, que existiu na capital entre junho e setembro de 1929¹². Para a pesquisadora, “quaisquer que sejam as análises de seus diretores ou críticos, alguns anos mais tarde, apoia a hipótese da forte presença negra em Belo Horizonte, pois pretendeu combater a ‘antropofagia paulista com uma vacina africana: bantu” (ESTANISLAU, 1997, p. 22).

Não entraremos nas discussões sobre as disputas e aproximações entre o modernismo paulista e o mineiro, nem sobre as várias análises já disponíveis sobre o tema; também não entraremos na discussão sobre o caráter racista (ou não) da *leite criôlo*. Vale destacar, entretanto, que nela estiveram

12 Nela, publicaram Cyro dos Anjos, João Alphonsus, Marques Rebelo e Carlos Drummond, que colaborou três vezes, em uma delas sob o pseudônimo de Antonio Crispim. A folha era dirigida por três jovens literatos: João Dornas Filho, Guilhermino César e Achilles Vivacqua.

Afro-Horizonte

Lídia Avelar Estanislau

Entre os anos 20 e o final dos anos 60 deste século a bibliografia sobre Belo Horizonte, que em dezembro de 1997 completa cem anos, resumiu-se a 17 títulos. Entre 1990 e 1994 foram produzidos 196 estudos sobre a cidade. Os analistas atribuem esse interesse dos pesquisadores, aos cursos de Urbanismo, Sociologia, Ciência Política e Educação, ao nível da pós-graduação, consolidados na década de 70.¹ Nos últimos dois anos as pesquisas sobre a *Capital do Século* cresceram, embora permaneça um ponto obscuro nas análises: a ausência de dados sobre os descendentes de africanos na cidade. Ainda que a partir de 1988, ano do centenario da Lei Áurea, o interesse dos estudiosos e pesquisadores sobre os negros no Brasil tenha se ampliado e uma releitura do escravismo venha sendo produzida, inclusive na ótica dos próprios negros, na passagem de curral del rei para belo horizonte republicano o povo negro tornou-se invisível.

Os estudos disponíveis sobre o século XIX chamam atenção para o fato de que em Minas Gerais, às vésperas da Lei Áurea, encontravam-se o maior contingente de escravos envolvidos não só na cafeicultura, mas também nas atividades industriais de siderurgia e têxteis. Nos anos 80 do século passado, o trabalho de muitas das escravas fiandeiras e tecedeiras veio se somar o trabalho do escravo de aluguel, como opção preferencial das empresas mineradoras estrangeiras. A prática do aluguel de escravos, que vigorava em Minas Gerais desde o período colonial intensificou-se, quando a compra direta inviabilizava-se legalmente. Tal prática dotou os negros escravos de mobilidade, que permitia a rápida concentração de força de trabalho onde se apresentassem melhores oportunidades de ganho.

Concentração que se ampliou pela permanência dos negros próximos a seus amigos e parentes.² A mobilidade e a concentração de escravos na região do Curral del Rei, reforçam a hipótese de que a construção de Belo Horizonte, que se inicia apenas seis anos após a Lei Áurea, tenha absorvido expressiva força de trabalho negra.

Tal hipótese apoia-se na marcante presença do povo negro na cidade hoje, além do que a própria memória da ocupação do território da capital mineira tem revelado. A ocupação urbana no sentido periferia-centro é indicadora de que para Belo Horizonte veio um número expressivo de trabalhadores.

Nos dados do Censo de 1920 o número de operários é relativamente alto - 30,43% da PEA (População Economicamente Ativa) - evidência do processo migratório daqueles excluídos dos planos da Comissão Construtora, que projetou um Bairro de Funcionários, mas não planejou sequer uma vila operária. A cidade desenhada na prancheta intensificou a segregação territorial entre os trabalhadores, e para os negros sobretudo, antes como agremiação, a ocupação da periferia insalubre e insípida.

Se a política imigratória e colonizadora, entre 1890 e 1930, foi tímida e bem osada, mas capaz de deixar as marcas dos imigrantes italianos em Belo Horizonte, os marcos do povo negro na cidade, são na verdade, bem mais fortes. Dados levantados nos arquivos eclesiais de Mariana e Belo Horizonte evidenciam a presença majoritária de negros, escravos, forros, nas vilas e povoados. O Atrial do Curral del Rei aparece no roteiro das visitas pastorais, as famosas devassas, com frequência significativa a partir de 1734. Na Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro há referência documental no Quilombo do Curral del Rei, por volta de 1781. A população

657.590 escravos e 7.249 forros, entre 1735 e 1749. As comarcas de Mariana, Vila Rica e Sabará concentravam o maior número de negros, segundo a documentação do Arquivo Público Mineiro. Em 1808, a população negra da Vila de Sabará, que compreendia o Curral del Rei, era de 82,5%. E o povoado de Belo Horizonte só se desmembrou de Sabará, quando o lugar foi aprovado pelo Congresso Constituinte para ser a sede da nova capital das Minas Gerais.

O comandante da força policial importada de Sabará para controlar os trabalhadores durante a construção de Belo Horizonte, foi um negro *escobidão* a dado para lidar com “operários e pessoas do povo de todos as nacionalidades e de costumes diversos, entre os quais havia muitos valentes, malfeitores, gente sem moral”, escreveu Abílio Barreto em sua *Memória Histórica e Descritiva de Belo Horizonte*, qualificando o temido Capitão Lopes como *moreno-escuro*. Como também foram negros os capitães do mato contratados para expor quilombolas nas Minas, desde 1715.

Embora a bibliografia disponível sobre os trabalhadores em Belo Horizonte seja pequena, alguns estudos pioneiros comprovam a presença dos negros, assim como já registram as primeiras mobilizações de classe na histórica Rua da Bahia, tombada como patrimônio cultural da cidade em 1994.³

Oficialmente inaugurada em 1892, Belo Horizonte permaneceu em construção até meados dos anos 10 do século XX. Na década seguinte, a vida cultural da cidade ganhou impulso, respectivamente em 1922, com a inauguração da Estrada de Ferro; em 1924, com a visita da *Corvona Paulista*; em 1925, com o lançamento de *A Revista*, do grupo de Carlos Drummond de Andrade; em 1927, com a criação da Universidade de Minas Gerais pela agregação das escolas de Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia e Farmácia; em 1929 com a publicação de *Leite Criôlo*.⁴ Na análise de Beatriz Nascimento Gomes, incorporada por Amílton Sérgio Bueno, o racismo e as manifestações preconceituosas são tão fortes em *Leite Criôlo*, que somos ainda tratados como se vivêssemos sob o escravismo. Um de seus diretores, o negro João Dornas Filho, narrou uma experiência pessoal em que leve uma desavença com um garçom, também negro, mediada por um policial, negro também, na Belo Horizonte dos anos 20, muito embora os três se reconhecessem como “mulatos”. A edição de *Leite Criôlo*, de junho a setembro de 1929, quaisquer que sejam as análises de seus diretores ou críticos, alguns anos mais tarde, apoia a hipótese da forte presença negra em Belo Horizonte, pois pretendeu combater a “antropofagia paulista com uma vacina africana: bantu”.⁵

O silêncio e a invisibilidade sobre os negros belo-horizontinos foram ocasionalmente quebrados, mas há muito a ser pesquisado, ainda. Nunca é demais reiterar que a queima de arquivos, promovida por Rui Barbosa, não destruiu completamente a documentação sobre a migração forçada de africanos para o Brasil. Os pesquisadores que se debruçam sobre a desinformação e a censura no tratamento da questão do negro no Brasil, registram que ficou abandonada pela historiografia toda a fermentação social dos anos 80 do século XIX.

Assim, em Belo Horizonte, como em todo o Brasil, há os que reduzem a cultura negra somente às manifestações artesanais. Há os que a tratam como uma expressão secundária, sem influência sobre a vida e o pensamento das

Imagem 6 – Afro-Horizonte (1997)

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras/UFMG

presentes os alguns de nossos personagens referidos neste trabalho como, por exemplo, João Alphonsus e Carlos Drummond. Além disso, teve um de seus primeiros estudos feito pelo pesquisador, também presente nas páginas deste texto, Antônio Sérgio Bueno, para quem “o racismo e as manifestações preconceituosas são tão fortes em *Leite Criôlo*, que somos ainda tratados como se vivêssemos sob o escravismo” (ESTANISLAU, 1997, p. 22).

Ainda para a autora, e a título de conclusão,

[...] em Belo Horizonte, como em todo o Brasil, há os que reduzem a cultura negra somente às manifestações artesanais. Há os que a tratam como uma expressão secundária, sem influências sobre a vida e o pensamento das pessoas. Há os que a consideram meramente como *folclore*, desconsiderando a visão de mundo que a sustenta e a partir da qual foram construídas alternativas políticas contrárias aos interesses das elites. Nas rodas de capoeira angola, nos congados, nas centenas de comunidades-terreiro espalhadas por toda a cidade afirma-se um Afro-Horizonte (ESTANISLAU, 1997, p. 23).

Aqui, pode-se dizer que chegamos ao final da caminhada pelos meandros dessa edição especial do *Suplemento* sobre o centenário da capital mineira.

Algumas considerações, entretanto, se fazem necessárias – o que pode, talvez, mostrar que estamos apenas no início do percurso.

Primeiramente, falemos das ausências ou silêncios percebidos nessa edição especial sobre Belo Horizonte. Foi de uma grande surpresa não figurar em nenhuma das 24 páginas, a não ser pela pequena participação de Laís Corrêa de Araújo,¹³ qualquer menção à história do próprio caderno de cultura. Se em toda construção de uma memória também está presente a dimensão do esquecimento, ao mesmo tempo em que não nos é possível (nem desejável) lembrar de tudo que se passou – e justamente isso confere a sua dinâmica um caráter político –, como entender essa escolha? Seria essa uma escolha deliberada ou simplesmente um passado recente sobre o qual não é manifestado interesse?

Uma narrativa concisa e resumida so-

¹³ Laís integrou a primeira equipe do *Suplemento Literário*, que teve o seu surgimento em 1966, como caderno de cultura do jornal *Minas Gerais*. Fizeram também parte de sua criação os escritores Murilo Rubião e o filólogo e também escritor Aires da Mata Machado Filho. Todos foram ocupantes de cargos públicos de administração e edição do impresso. A saída de Laís como responsável por uma coluna fixa na publicação data de 1969. A partir de 1970, ela passou a exercer a função de assessora técnico-cultural da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa.

bre a história do *Suplemento Literário* nos mostraria a trajetória de um sucesso editorial. Dentro de uma tradição da cidade que foi marcada por publicações com durações efêmeras, esse caderno de cultura se sobressaiu, de maneira singular, sobre todas as demais, desde as primeiras revistas ou cadernos de cultura surgidos nos anos 1920. Não obstante o *Suplemento Literário* ter tido problemas com a censura do final da década de 1960 e durante a década de 1970, conseguiu sobreviver e manter-se durante a Ditadura no Brasil.

Outra questão curiosa é a ausência de qualquer menção à chamada *Geração dos Novos*, também identificada como *Geração Suplemento*, surgida com as publicações de jovens escritores na época de criação do *Suplemento Literário* e que significou, para muitos deles, o momento de estreia e o alavancar de suas trajetórias como escritores. Vários são os nomes que poderíamos citar, como, por exemplo, Duílio Gomes, Adão Ventura, Humberto Werneck, Sebastião Nunes, Jaime Prado Gouvêa, Márcio Sampaio, Henry Corrêa de Araújo, José Márcio Penido, Libério Neves, Luiz Vilela, Sérgio Sant'Anna, Lucienne Samôr, Luís Márcio Vianna,

Carlos Roberto Pellegrino, João Paulo Gonçalves, Luis Gonzaga Vieira e Wander Piroli¹⁴.

Um desdobramento possível de tais escolhas se mostra na ausência de referência a formas de manifestações culturais que têm a cidade de Belo Horizonte como tema e palco. De uma forma geral, não foram mencionadas as manifestações que não as do âmbito da literatura das primeiras décadas do século XX, com um pequeno desvio para o caso do exílio e memórias de Sylvio de Vasconcellos e os dois poemas mencionados. A imagem formada que temos é de uma cidade sem música, cinema, teatro, artes plásticas, arquitetura... Seria, então, Belo Horizonte a cidade/capital da literatura? Ou esse é o preço que se paga por se cultuar sempre os mesmos nomes como grandes monumentos à cultura e manifestação do pensamento de uma cidade?

Chamo atenção para mais um aspecto: a ponte criada entre os anos de 1990, década das comemorações, com os

¹⁴ Sobre os "Novos" na história da literatura, ver as dissertações de Nunes (2012) e Maroca (2009). Ainda sobre o grupo de escritores, Luiz Vilela escreve um romance, publicado em 1971, ambientado na cidade de Belo Horizonte, que foi intitulado *Os Novos*.

anos 1920 e com o passado colonial mineiro, período do auge da mineração. Esse corte temporal, pensando apenas no século XX, sugere uma tábua rasa das décadas de 1940 a 1980, como se existisse um fosso sem cultura nesse período da capital. Essa curiosa máquina da memória parece funcionar em uma lógica da monumentalização cultural das décadas de 1920 e 1930 no que tange à criação e alimentação de mitos. Uma hipótese possível seria a importância da história do modernismo no Brasil e as suas relações com a cidade de Belo Horizonte¹⁵, o que não explicaria a ausência da história das artes plásticas, por exemplo, nas páginas do *Suplemento*, principalmente sobre a década de 1940, período marcado pela mudança e estabelecimento na cidade do pintor Alberto da Veiga Guignard¹⁶.

Infelizmente, não sabemos quantas pessoas leram essa edição “especial”

15 A historiografia sobre o modernismo no Brasil, como afirmado neste artigo, é ampla e vasta e não faremos um levantamento das principais discussões e seus alcances. Vale ressaltar que, para o Fernando Correia Dias, que publicou vários trabalhos sobre o tema em Minas, em 2012 ainda afirmava que poderia “se considerar o movimento modernista como o mais relevante fenômeno literário ocorrido no Brasil no século XX” (DIAS, 2012, p. 11).

16 Guignard veio para Belo Horizonte, em 1944, a convite do então prefeito Juscelino Kubistchek para iniciar um curso de desenho e pintura no recém-criado Instituto de Belas Artes. O pintor passou a residir na cidade até a sua morte, em 1962. Para uma discussão mais aprofundada sobre esse ponto, ver Ávila (1997a) e Vivas (2012).

em homenagem ao centenário da cidade de Belo Horizonte e, não menos importante, como a leram. Como historiadores situados no presente da pesquisa e movidos por questões de nosso tempo, resta-nos indagar esse passado, reunir alguns fragmentos, fazer algumas conexões que, como um colecionador, pretende montar um mosaico sempre instável e momentâneo a partir das pegadas deixadas nos percursos feitos por aqueles que vieram antes de nós. Escolher um caderno de cultura como fonte documental para análise histórica nos abre uma possibilidade, e um desafio, de pensar a cidade para além e aquém de seus âmbitos físicos como nos sugere Martín.

Las ciudades no son solamente ámbitos físicos dominados por la materialidad de sus calles, sus parques, sus edificios y sus señales. Las ciudades se configuran también como imágenes, y éstas pueden ser tanto las de los planos de los arquitectos que las ordenan, como las recreadas por artistas plásticos, literatos, músicos, cineastas o comunicadores sociales. Al final, la ciudad se vuelve densa, cargada de fantasías heterogéneas, de ficciones individuales y colectivas (MARTÍN, 2014, p. 286).

Entender uma publicação dessa natureza, com suas características específicas e vinda a público com um fim explícito – como veículo enunciador de um discurso autorizado e respaldado pelo poder público –, basta lembrarmos que esse material está ligado a um órgão oficial da Secretaria de Estado da Cultura, é um fator de suma importância para entendê-lo, também, como um sujeito nesta densidade formadora da trama da cidade. Como nos informam Silva e França (1997, p. 432), a mídia tem que ser pensada “como (também) enunciadora de outras tantas mensagens e sentidos sobre a cidade e o centenário”.

Ainda em concordância com as sugestões das pesquisadoras, ressaltamos a necessidade de se tomar as diversas mídias (TV, jornal, revistas, panfletos etc.) em suas dinâmicas, características e temporalidades singulares¹⁷.

Com relação à intervenção da mídia, duas imagens-clichê devem [ser] afastadas. A primeira delas é pensar nos meios de comunicação (jornais, rádio, tv) como ins-

¹⁷ Data também do final da década de 1970 o interesse em pesquisas com o uso da imprensa, com os jornais e revistas passando a ocupar lugar dos mais destacados nas pesquisas históricas. Segundo Tania Regina de Luca (2006, p. 315), “mesmo uma leitura superficial dessa produção revela o quanto tem variado as formas de utilização e as perguntas dirigidas a esse tipo de documentação. [...] Há uma significativa produção que, tomando jornais e revistas como objeto, revelam o quanto as notícias e as polêmicas neles contidas subordinam-se a interesses de grupos variados”.

tâncias meramente transmissivas: os fatos acontecem, os sujeitos autorizados pronunciam seus discursos e a imprensa divulga. Não é assim; a mídia é um campo específico, que se autonomizou com relação aos outros campos, isto é, funciona por meio de uma lógica própria, desenvolveu modos operatórios (e linguagens) específicos. [...] O segundo equívoco é tomar a mídia como o lugar da construção dos acontecimentos (a máxima “o que não passou na mídia não aconteceu” tem seus limites). É como lugar “entre”, espaço de mediação, que ela se constitui: os meios de comunicação não “constroem” fatos à revelia da intervenção e dos interesses dos sujeitos sociais (SILVA & FRANÇA, 1997, p. 434).

Outra dimensão que não podemos perder de vista é o caráter pedagógico e unificador que é acionado por iniciativas dessa natureza, que tem por objetivo garantir determinadas memórias ou impor a perda da lembrança.

Enfim, entendemos que, ao contribuir para um processo de monumentalização da cultura, como visto neste ensaio, o *Suplemento* também se monumentaliza e, como tal, serve ao historiador, e aos demais pesquisadores das ciências humanas, como documento e fonte para a investigação. Nesse sentido, também se abre como uma pista para acessarmos as várias dimensões da vida nas cidades e a sua história.

Referências

ARAÚJO, Laís Correa de. Viver em Beagá. *Suplemento* (Especial), Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 15, dez. 1997.

ÁVILA, Carlos. BH 100. *Suplemento* (Especial), Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 2, dez. 1997.

ÁVILA, Cristina. Guignard, as gerações pós-Guignard e a consolidação da modernidade. In: RIBEIRO, Marília Andrés; SILVA, Fernando Pedro da. *Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997a. p. 168-240.

BENJAMIN, Walter. H - O colecionador. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 237-246.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Biblioteca da Faculdade de Letras/UFMG. Disponível em: <<http://150.164.100.248/WebSupLit/Lib/html/WebSupLit.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BUENO, Antônio Sérgio. O campo e a cidade em Totônio Pacheco. *Suplemento* (Especial), Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 18-20, dez. 1997.

DIAS, Fernando Correia. BH intelectual segundo Drummond. *Suplemento* (Especial). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 3-7, dez. 1997.

_____. Prefácio. In: FILHO, Amilcar Martins; ARAÚJO, Cleber Cabral. *1929 leite crioulo*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar, 2012.

ESTANISLAU, Lídia Avelar. Afro-Horizonte. *Suplemento* (Especial). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 22-23, dez. 1997.

FRISBY, David. *Paisajes urbanos de la modernidad*: exploraciones críticas. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes; Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

GINZBURG, Carlo. Introdução. In: _____. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Paulo Augusto. A Belo Horizonte de Sylvio de Vasconcellos. *Suplemento* (Especial). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 14-16, dez. 1997.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. *O chamado da cidade*: ensaios sobre a urbanidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LUCA, Tania Regina de. Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição*: o lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006.

MALARD, Letícia. ARQVIVO: Avelino Fóscolo: 1864/1944. *Suplemento* (Especial). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 12-13, dez. 1997.

MAROCA, Viviane Monteiro. *Nos rastros dos novos*: o fazer crítico e literário dos contistas do Suplemento Literário do Minas Gerais (1966-1975). 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

MARTÍN, Miguel Ángel Chaves. Artistas y espacio urbano: la representación de la ciudad en el arte contemporáneo. *Historia y Comunicación Social*, v. 19, n. Especial, p. 277-288, mar. 2014.

NUNES, Eliana Miriam Ferreira. *Geração suplemento*: memória e representação cultural. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto. 2012.

RÉMOND, René. Do político. _____ (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, mês, 1995. p. 9-22.

SALLES, Ricardo Teixeira de. Memorial do Horizonte. *Suplemento* (Especial). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 10-11, dez. 1997.

SCHORSKE, Carl E. A ideia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. In: _____. *Pensando com a história*: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Viena fin-de-siecle*: política e cultura. Campinas: Unicamp; São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Regina Helena Alves da; FRANÇA, Vera Regina Veiga. Belo Horizonte fez 100 anos. *Projeto História*. São Paulo, v. 17, p. 429-439, jul./dez. 1998.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Gilberto. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.11-25.

VIVAS, Rodrigo. *Por uma história da arte em Belo Horizonte*: artistas, exposições e salões de arte. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

Entre arquivos e memórias: o acervo do Colégio Municipal Pelotense e a inserção de professoras secundaristas

Bruna de Farias Xavier

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Patrícia Weiduschadt

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Among files and memories: the collection of Pelotense Municipal School and the insertion of female secondary teachers

Resumo

O presente artigo tem o propósito de apresentar os bastidores de uma pesquisa historiográfica que vem sendo desenvolvida no acervo escolar do Colégio Municipal Pelotense, localizado na cidade de Pelotas (RS). Tal pesquisa tem como tema central o processo de inserção da mulher no magistério do ensino secundário do referido colégio, no período compreendido entre as décadas de 1940-1950, a partir da análise de documentos escolares, como fichas funcionais de seis professoras admitidas durante este período. Até o momento, podemos concluir que mesmo com todo o debate da época e o discurso de inserção da mulher no ensino primário, as relações de gênero envolvidas no ensino secundário no período ainda privilegiavam a classe masculina, ao menos nesta instituição.

Palavras-chave: História da Educação; Documentos escolares; Colégio Municipal Pelotense; Feminização do magistério.

Abstract

This article has the purpose to present the backstage of a historical research that has been developed in the school collection of the Pelotense Municipal School, located in the city of Pelotas (RS). This research is focus on the women's insertion process in teaching at secondary education in the period between 1940-1950, specially from school documents analysis as functional records of six teachers admitted during this period. So far we can conclude that even with all the debate and the woman insertion in primary education speech, gender relations involved in secondary education period still favored the male class, at least in this institution.

Keywords: History of education; School documents; Pelotense City School; Feminization of the magisterium.

I n t r o d u ç ã o

O presente artigo está relacionado ao campo da História da Educação e tem por objetivo apresentar os bastidores de uma pesquisa que vem sendo realizado no acervo do Colégio Municipal Pelotense, localizado na cidade de Pelotas (RS), Brasil.

Saliento aqui a riqueza de histórias presente neste ambiente de documentos escolares diversos e as mais variadas possibilidades de pesquisa contidas em um acervo deste nível, as quais muitas vezes passam despercebidas. Pretendemos, ainda, discutir o tema escolhido para a pesquisa de mestrado, fruto do trabalho colaborativo no acervo documental do Colégio Municipal Pelotense e da observação cuidadosa de determinados documentos nele existentes.

Ao longo deste processo, surgiram indagações que originaram uma pes-

quisa historiográfica, que trata do estudo de registros escritos da história, tendo por base o sentido de que a historiografia é a arte de escrever e registrar os eventos do passado. Conforme Certeau (2000, p. 66) a “pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. [...] Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade”.

Nesta acepção, o estudo historiográfico deve ser contextualizado num sentido geral e se fixa no micro, o Colégio Municipal Pelotense, com todas suas especificidades, para compreender o macro, ou seja, as relações quanto à feminização do magistério, que possivelmente tenham ocorrido também em outras instituições de ensino em um cenário mais amplo.

A pesquisa e indagações abordadas se dão através da análise de diversos do-

cumentos escolares encontrados no acervo documental deste estabelecimento. Como colocam Samara e Tupy (2010, p. 68), as pesquisas históricas, estariam calcadas num conjunto “de registros, de um ou mais tipos, constituindo uma amostra cuja amplitude varia em função dos vários requisitos da análise: a abrangência do tema, a quantidade disponível de informações, o estado da documentação, o período de referência, entre tantos outros”.

De acordo com Amaral (2005), o Colégio Municipal Pelotense, foi fundado em 24 de outubro de 1902 pela Loja Maçônica Antunes Ribas¹, com o nome de *Gymnasio Pelotense*, voltado ao ensino secundário de caráter laico, por não possuir qualquer vínculo com a igreja e misto, pois abrangeria um ensino no qual meninos e meninas estudariam juntos, uma vez que em determinadas escolas da região as turmas eram separadas também por gênero. A ideia de fundação do colégio surge a fim de fazer forte oposição a outro estabelecimento de ensino local de grande prestígio na época, o Colégio Gonzaga², fundado

segundo os princípios da Igreja Católica. O Ginásio Pelotense foi municipalizado na década de 1920, recebendo a denominação atual em 1943, quando passou a ser reconhecido como Colégio Municipal Pelotense.

A escolha deste estabelecimento de ensino para a realização da pesquisa decorre do fato desse ser o maior e um dos mais importantes colégios da época na região, chegando a ser equiparado ao Colégio Pedro II³, como comprovam documentos encontrados no acervo da escola, que datam de agosto de 1929 e enfatizam seu discurso a favor de um ensino laico e misto, divergindo das demais instituições de ensino local.

O acervo escolar do Colégio Municipal Pelotense e a feminização do magistério

No caso do Colégio Municipal Pelotense, a importância de seu acervo está não só em se tratar de um estabe-

1 Loja é o nome designado ao local reservado às reuniões da Ordem Maçônica.

2 De acordo com Amaral (2005, p. 17), o Colégio Gonzaga foi criado em 1894, sendo o primeiro colégio religioso de ensino secundário, fundado pelos jesuítas, na cidade de Pelotas.

3 Instituição criada pelo Governo Imperial, em 1837, para servir de modelo em relação ao ensino secundário, visando à uniformização do ensino nas demais escolas públicas e privadas (VECHIA, 2010).

lecimento de ensino e, assim, colaborar com a preservação de documentos que revelam a história, os bastidores e as práticas escolares ocorridas neste ambiente, mas também por representar uma instituição centenária na cidade, fundada em meio a embates ideológicos marcantes no contexto local da época.

Neste trabalho, compreendemos os documentos escolares analisados assim como Nunes (2011, p. 22), que os considera

uma escrita carregada de significados ideológicos, passível de sobreposição de valores éticos e relativos ao posicionamento crítico do pesquisador, a fim de reconstruir uma narrativa de verossimilhança com uma versão o mais aproximada do real acontecido, é que nos colocamos diante dos materiais selecionados para a confecção da pesquisa.

Sendo assim, pretendemos apresentar alguns indícios do processo de feminização⁴ do magistério no ensino secundário do Colégio Municipal Pelotense, bem como quem foram as primeiras professoras admitidas para lecionar,

4 Para o conceito de feminização, adotaremos o mesmo utilizado por Yannoulas (2011), que trata a respeito de quando uma profissão passa a ser desempenhada por mulheres, estabelecendo mudanças em sua representação, o que será aprofundado no texto.

o período no qual estas passam a ser admitidas, sua formação e as possíveis relações de gênero existentes na época, instituídas nas práticas escolares deste estabelecimento.

Neste estudo, temos que a escola também porta características que são absorvidas enquanto reflexo da cultura social, isto é, em relação ao contexto e tempo em que está inserida.

Além disso, partimos do pressuposto de que, na pesquisa em História da Educação, analisar somente a legislação ou a história do contexto social local não satisfaz as respostas de certas perguntas relacionadas às práticas organizacionais efetivadas pelas escolas. Para esse tipo de pesquisa e para entender as peculiaridades de cada instituição, nada como a análise dos arquivos escolares, pois por mais que estes não expressem de forma clara como se davam as relações escolares, nos possibilitam levantar possíveis hipóteses sobre estas relações, quando cruzados com o contexto local da época e as legislações vigentes.

Neste sentido, todo documento encontrado deve ser averiguado em suas

mais variadas possibilidades de representação⁵, a fim de que possa revelar uma significação dentro do recorte analítico pretendido.

No caso desta pesquisa, corroborando com Pesavento (2004, p. 41),

as representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.

Aqui, as representações permitem refletir sobre o processo de inserção da mulher no ensino secundário enquanto professora, analisando os aspectos que colaboraram para o desenvolvimento deste cenário de inserção no Colégio Municipal Pelotense, o que demanda um alargamento de fontes. Nesse sentido, todos os documentos encontrados passam pelo crivo do olhar da pesquisadora e, assim, a relação entre pesquisador e documento se estabelece num campo de proximidade e não de veracidade, pois não se tem a pretensão de que os documen-

⁵ Nesta pesquisa utiliza-se o conceito de representação segundo Pesavento (2004, p. 40), onde “[a] representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”.

tos sejam a verdade, e sim que representem, através dos vestígios e pistas neles contidos, como possivelmente essas relações de gênero eram estabelecidas neste colégio, bem como pronuncia Pesavento (2004, p. 24):

na reconfiguração de um tempo - nem passado nem presente, mas tempo histórico reconstruído pela narrativa - face à impossibilidade de repetir a experiência do vivido, os historiadores elaboram versões. Versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teria se passado um dia. O historiador atinge, pois, a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto (PESAVENTO, 2004, p.54).

Sendo assim, parto da premissa de que a narrativa apresentada nesta pesquisa possibilita a elaboração de reflexões e explanações sobre o que ocorreu no contexto explorado, porém estes ocorridos podem admitir outras versões se analisados de outra forma ou por outro pesquisador. Dessa forma, não tenho a pretensão de apresentar a história aqui narrada como uma certeza única e absoluta.

A pesquisa apresentada considera aspec-

tos relativos à feminização do magistério no Colégio Municipal Pelotense, que partem da análise e do estranhamento de diversos documentos escolares, encontrados primordialmente no acervo documental deste estabelecimento.

É importante evidenciar que, de acordo com Yannoulas (2011, p. 283), existem duas conceitualizações que diferenciam e esclarecem a respeito da categoria de feminização das profissões e ocupações, cujos significados diferenciam-se de acordo com a metodologia utilizada para análise:

Significado quantitativo (que para efeitos de distinção denominaremos feminilização): refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação;

Significado qualitativo (que denominaremos de feminização propriamente dita): refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas. Essa imagem pode

implicar uma mudança no significado da profissão (YANNOULAS, 2011, p. 283).

Neste sentido, a ideia de feminização adotada refere-se ao significado qualitativo, pois analisamos a inserção da mulher no magistério do ensino secundário do Pelotense, de acordo com o contexto cultural e as relações de gênero existentes no período estudado. Tendo como ponto de partida a questão de gênero, nossas reflexões ainda abarcam a cultura escolar, definida por Julia (2001, p. 10) como

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas e finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Nesta acepção, o autor ainda defende que a cultura escolar “não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que

A pesquisa apresentada considera aspectos relativos à feminização do magistério no Colégio Municipal Pelotense, que partem da análise e do estranhamento de diversos documentos escolares, encontrados primordialmente no acervo documental deste estabelecimento.

ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular” (JULIA, 2010, p. 10).

Assim, a cultura escolar permite compreender o contexto escolar do período estudado, a partir da análise da área das disciplinas e sua importância na época, a carga horária dispensada a cada disciplina e o vencimento mensalmente recebido pelos professores, a fim de apontar as diferenças existentes, em relação ao magistério, entre os gêneros neste colégio.

A importância desta pesquisa está em enfatizar e valorizar as ações de mulheres na sociedade, uma vez que, como nos apresenta Louro (1997, p. 17), a “segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência.”

Sabe-se que esta contradição entre homens e mulheres, por muito tempo, teve características não de enfrentamento e lutas por igualdade, como ul-

timamente, mas muito mais de cumplicidade entre os elementos.

A relação de patriarcalismo está inserida no contexto de uma determinada época, constituindo, assim, os modos de viver e o tipo de cultura das pessoas que nela viveram. Nesta acepção, para dar sentido à representação exercida pelo homem, concordo com Pesavento novamente quando afirma que

aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais (PESAVENTO, 2004, p. 41).

Portanto, não temos pretensão de julgar culpados ou inocentes mas, sim, de apresentar questionamentos pertinentes ao contexto local durante a década de 1940. Nesta perspectiva, analisamos os dados com imparcialidade, sem o erro de cometer anacronismos.

Cabe ainda salientar que, para esta pesquisa, além do acervo do Colégio

Pelotense, outra *instituição de memória*⁶ vem sendo visitada durante o processo de busca e coleta de documentos que auxiliem a análise das relações sociais na cidade durante o período analisado: a Biblioteca Pública Pelotense.

Trajetórias da pesquisa documental

O trabalho de mestrado começou com pesquisa no acervo documental do Colégio Pelotense, tendo como foco buscar levantar documentos escolares datados a partir de 1902, ou seja, escrituração escolar existente desde sua fundação. Porém, a pesquisa parte da década de 1940 por ser este o período em que se encontram os primeiros indícios de mulheres no magistério do ensino secundário – o que pudemos constatar especialmente através de diários de classe. Porém, o processo de pesquisa e busca de fontes não se

6 Para este conceito, tem-se sustentação em Saviani (2013, p. 14) no qual este “abrange diferentes tipos de entidades encarregadas de armazenar, preservar e organizar acervos que se constituem como repositório da memória coletiva. São [...] Arquivos públicos e particulares, Museus, Centros Culturais, Centros de Memória e órgãos de Preservação do Patrimônio Cultural[...]”.

ocasionou de forma simples. Como afirmam Lopes e Galvão (2001, p. 79), tanto o problema quanto o tema que o pesquisador se coloca norteiam a escolha das fontes. E continuam:

Trata-se, pois, de identificar no conjunto dos materiais produzidos por uma determinada época, por determinado grupo social, por determinada pessoa – homem ou mulher e segundo a etnia – aqueles que poderão dar sentido à pergunta que inicialmente se propôs; aqueles que, trabalhados, isto é, recortados e reagrupados, poderão servir de base à operação propriamente historiográfica, ou seja, à interpretação e a escrita.

A escolha do tema desta investigação ocorreu de forma inversa ao processo descrito pelas autoras, pois foi ao longo da observação e análise dos diversos documentos encontrados no acervo que surgiram determinadas inquietações e indagações.

Ao depararmos com um ambiente tão rico, como é o caso do Museu do Colégio Municipal Pelotense⁷ – criado em 2004, e responsável pela preservação de documentos de cunho escolar e administrativo, fotos e objetos

7 Em obra recente, organizada por Amaral (2014), são apresentados os bastidores e relatos de participantes que atuam no acervo do Colégio Municipal Pelotense de diversas formas.

que reportam a história da instituição, peculiar na cidade de Pelotas –, todo documento encontrado despertava o desejo de investigação sobre as condições de sua ordem. Segundo as autoras Samara e Tupy (2010, p. 67),

os documentos que fundamentam os estudos históricos assumem, hoje, as formas mais diversas, abordam diferentes conteúdos e podem ser encontrados em lugares os mais variados. Uma infinidade de registros apresentam-se disponível atualmente para o trabalho do historiador. Cada vez mais acessíveis, as informações sobre um determinado tema provêm das mais diversas origens: jornais, revistas, livros noticiários de rádio e televisão, filmes, documentários, internet, anedotário, linguagem e oralidade, entre tantas outras, constituem apenas alguns exemplos.

No acervo em estudo, constam documentos diversos que abrangem desde a fundação do Colégio Pelotense, em 1902, até os tempos atuais. Estes materiais estão devidamente higienizados e classificados por décadas, enquanto faz-se a digitalização de alguns destes.

Ainda de acordo com Samara e Tupy (2010, p. 118), os documentos “constituem, portanto, uma diversidade de registros que, entendidos em uma

dupla perspectiva, possibilitam a realização da crítica histórica, seja sob o ângulo da dimensão material – as formas que assumem – seja sob o da dimensão abstrata – a sua expressão simbólica”.

Dentre os vários documentos encontrados no acervo do colégio, destacamos: livros pontos datados a partir de 1914 contendo dia, mês, ano, disciplina, série, nome do professor, conteúdo trabalhado, nº da lição professada, nº de alunos e observações; diários de classe de diversos professores datados de 1905 a 1961; livros de prestação de contas; atas de exames de promoção, admissão e preparatório, assim como chamadas para os exames, com informações sobre o ano, as disciplinas e a listagem dos alunos que se submeterão aos exames, além dos pontos de conteúdos para os exames orais e escritos, e da nota obtida por cada aluno; livros de chamadas e notas dos alunos; registro de assentamento de alguns professores de 1927, contendo inclusive características físicas dos funcionários, além da descrição de suas atividades profissionais em cada ano; certificados de aprovação nos exames de admissão, promoção

e preparatórios; além de documentos administrativos como relatórios de inspeção, requerimentos, certificado de equiparação ao Colégio Pedro II em 1925; requerimento para pedido de estadualização do colégio durante a década de 1960, entre outros.

Ao se investigar as fontes como as nossas, documentos escolares, é importante relevar o que aponta Ragazzini (2001, p. 14):

As fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar; é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é: ler e indicar os signos e os vestígios como sinais.

No decorrer dessa etapa de “busca” pelas fontes e seleção do material a ser utilizado, tem sido necessário refletir sobre o modo como analisar esses documentos, uma vez que não basta apenas debruçar-se sobre este material, mas há, imprescindivelmente, a necessidade de se problematizar as

E terminamos percebendo que, durante um determinado período, era quase inexistente a presença feminina nos documentos analisados.

fontes de pesquisa. Mesmo com todo o encantamento despertado a respeito de tais documentos, havia ainda a necessidade de definir um tema específico para prosseguir a pesquisa de mestrado. Em um dado momento, nos deparamos repetindo por diversas vezes a mesma postura: procurar encontrar vestígios de figuras femininas que tivessem

feito parte do colégio, tanto alunas (através da análise da relação de nomes contidos nos Livros de matrícula, chamada e notas e nas Atas e Certificados de exames de admissão, promoção e preparatórios), quanto professoras (através também dos nomes, contidos nos Livros pontos e outros documentos administrativos diversos). E terminamos percebendo que, durante um determinado período, era quase inexistente a presença feminina nos documentos analisados. Assim, pudemos perceber que grande parte das pesquisas estavam relacionadas à inserção de professoras no magistério primário, havendo assim pouco material sobre o ensino secundário, coin-

cidentemente o ensino inicialmente ofertado pelo colégio. Logo, surgiu o tema que a pesquisa de mestrado se dispõe a investigar, ou seja, a inserção da mulher no magistério do ensino secundário, especificamente no Colégio Municipal Pelotense.

Posteriormente, passamos a realizar a análise dos documentos, com olhar direcionado de pesquisadoras, objetivando agora encontrar os primeiros indícios de registros de professoras ministrando aulas no ensino secundário. Ao longo deste processo, registramos imagens de todo documento que pudesse vir a contribuir com a pesquisa e, posteriormente, elaborei um roteiro de cada dia de investigação no acervo do colégio.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, que abrange o período entre 1940 a 1950, priorizamos fontes que permitiram a análise da situação funcional do profissional, a comparação das disciplinas ministradas por professores e professoras, a remuneração destes e, em determinados casos, a carga horária e o índice de aprovação dos alunos naquelas disciplinas.

Desta forma, deu-se início então a

um estimulante trabalho de pesquisa que só foi possível, em decorrência do acesso a um acervo escolar, que graças a um esforço colaborativo de integrantes da comunidade escolar, resguarda um ambiente tão rico de fontes, preservadas com tanta satisfação, como é o caso do Museu do Colégio Municipal Pelotense.

Sendo assim, para esta pesquisa ainda em desenvolvimento, propomos realizar uma investigação a respeito de como se desenvolveu o processo de feminização do magistério no ensino secundário do Colégio Municipal Pelotense, partindo da análise crítica de documentos escolares disponíveis no acervo documental do referido colégio, e como é possível notar as relações de poder que se estabeleciam entre professoras e professores tendo, então, a relação de gênero como uma categoria de análise histórica (LOURO, 1987, 1997; MATOS, 1997, 2013).

A categoria de gênero serve para dar sentido à determinada relação de poder e se trata de um elemento constituído de relações sociais fundamentadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Bem como destaca Matos (1997, p. 97),

a categoria [de gênero] reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens... Não se deve esquecer, ainda que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são portanto, uma forma primária de relações significantes de poder.

Sob esta perspectiva e para apresentar a diferença hierárquica e de prestígio entre professoras e professores do colégio à época, tem-se como indício algumas fontes que permitem a comparação das disciplinas ministradas por professores e professoras, a remuneração destes e em determinados casos, a carga horária dispensada a cada disciplina.

A partir da análise dos documentos contidos no acervo do colégio, houve a necessidade de investigação no arquivo passivo do Departamento Pessoal, na busca por fichas funcionais e de assentamento das primeiras professoras inseridas no magistério do Colégio Municipal Pelotense.

Na relação dos professores atuantes em 1952, dos 38 citados no histórico, 7 eram mulheres [...], sendo possível notar que o corpo docente que compunha o quadro do colégio era de predominância masculina

Em análise do Histórico do Colégio Municipal Pelotense 1902 – 1952, publicado em 1952, é possível encontrar a relação dos professores que atuaram no colégio até então: dos 100 apresentados, apenas 6 eram mulheres, a saber: Joaquina Ramos, Olindina Nunes Cortelari, Estela Wilkinson (Miss Stelle Wilkinson, de acordo com outros documentos encontrados), Ada Silveira da Costa, Hermelinda Schenkel e Noêmia Bastos Pereira.

Vale destacar que destas seis professoras citadas, apenas a ficha de assentamento referente a Stelle Wilkinson foi encontrada dentre a documentação disponível no acervo. Sobre as demais professoras não foram encontrados, nem no acervo tampouco no arquivo passivo do Departamento Pessoal, documentos referente às suas efetivas passagens no colégio.

Ainda neste mesmo histórico, na relação dos professores atuantes em 1952, dos 28 citados no histórico, 7 eram mulheres, sendo elas: Bernardina Nunes

Ferreira – Prof^a de Educação Física, Gilda Maciel Alves – Prof^a de Francês, Helena Iruzun Passos – Prof^a do Curso Primário, Lucy Sá Lucas – Prof^a de Trabalhos Manuais, Maria Ester Bitar Real – Prof^a de Espanhol, Maria Lopes Nunes – Prof^a de Francês e Maria Soltes – Prof^a de Canto Orfeônico.

Sendo possível notar que o corpo docente que compunha o quadro do colégio era de predominância masculina, o histórico mencionado sugere problematizações a respeito não só da quantidade de professoras ministrando aulas naquele período, como também sobre as disciplinas lecionadas por elas – que em grande maioria não exigiam efetivamente um grau de formação superior, pois estavam relacionadas, a línguas estrangeiras, que muitas delas possivelmente tenham aprendido para manter um status e padrão exigido pela sociedade pelotense na época.

Outro aspecto para reflexão envolve a representação da mulher neste colégio e até mesmo na Maçonaria, pois mesmo após a municipalização do Colégio Pelotense, não era raro que seus professores fossem membros da Ordem Maçonaria.

A análise das fontes está sendo feita segundo a história cultural abordada por Pesavento (2004, p. 42), em que “o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele”. Entre os documentos pesquisados, foram encontradas as fichas funcionais de seis professoras e a ficha de assentamento de apenas uma. Em seguida, para uma análise mais consistente, foi elaborada uma tabela, apresentada a seguir, a partir da ficha funcional e de assentamento destas professoras, a fim de estabelecer comparações e problematizações sobre as mesmas.

Conforme a Tabela 1, é possível notar alguns aspectos como, por exemplo, a inexistência de uma formação superior específica às disciplinas das quais foram admitidas para lecionar.

Outro aspecto importante é o fato de a maioria destas professoras serem admitidas para ministrar aulas de língua estrangeira, o que permite inferir que estas mulheres, de alguma forma, faziam parte da sociedade pelotense mais abonada, pois para as meninas da época, o mais importante eram os

conhecimentos de prendas domésticas, literatura e linguagens, pois estes seriam os conhecimentos úteis, necessários e suficientes para acompanhar

seus respectivos maridos perante a sociedade (LOURO, 1987; TAMBARA, 1995; NEVES, AMARAL & TAMBARA, 2012).

Tabela 1 - Dados contidos nas fichas funcionais e de assentamento das professoras (1940-1950).

Nome	Disciplina	Dados sobre ingresso	Nascimento idade de ingresso	Naturalidade	Estado civil	Filhos	Formação / Ano de obtenção do Registro Professor
Stelle Wilkinson	Inglês	1º/4/1925	1893 32 anos	Londres – Inglaterra	—	—	—
Bernardina Nunes Ferreira	Ed. Física	Adm.: 1928 à 1939 Readm.: 1/1/1942	1904 24 - 38 anos	Pelotas – RS	Casada	—	Complementar, Ed. Física. Registro: 1943
Maria Ester Bitar Real	Espanhol	Nomeada interina: 1/4/1943 Efetivada: 1/1/1962	1916 27 anos	Melo – Uruguai (Brasileira naturalizada)	Casada	1941	Escola normal do Uruguai. Registro: 1949
Maria Soltes da Silveira	Canto Orfênico	Adm.: 16/10/1945 Nomeada interina: 10/3/1952 Readm.: 16/10/1956 Efetivada: 1/1/1962	1920 25 anos	Pelotas – RS	Casada	1949 1959	Cursos: Piano, canto, harmonia, Superior em Canto orfênico, tenoria e solfejo. Registro: 1951
Gilda Maciel Alves	Francês	Adm.: 2/3/1948 Nomeada interina: 19/5/1951	1908 43 anos	Porto Alegre – RS	Viúva	1935 1937 1938 1943	Instrução secundária. Registro: 1948
Lucy Sá Lucas	Trab. Manuais e Econ. Doméstica	Adm.: 1/8/1949 Nomeada interina: 19/5/1951	1909 40 anos	Pelotas – RS	Solteira	—	Escola de belas artes, Esp. em Trabalhos manuais Registro: 1947
Maria Luiza Lopes Nunes	Francês	Adm.: 15/3/1951, no curso de admissão	1906 45 anos	Pelotas – RS	Casada/ Viúva	1929	Ginásial. Registro: 1956

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Considerações finais

Ainda que a pesquisa ainda esteja em andamento, é possível notar, principalmente, a riqueza de conteúdos e histórias que envolvem os documentos escolares e a importância destes para a História da Educação, possibilitando ao pesquisador o contato direto com documentos e dados que podem representar a realidade vivenciada no período em que se pretende analisar, além de apresentar também os bastidores da instituição e as relações de poder que permeiam seus interiores, trazendo aspectos que também compõem sua história.

Certamente, ainda há muitos outros documentos e diários de classe a serem

analisados. Porém, pode-se notar, até o momento, que mesmo com todo o debate da época e o discurso de inserção da mulher no ensino primário, as relações de gênero envolvidas no ensino secundário neste período ainda privilegiavam a classe masculina, ao menos nesta instituição. Outra questão levantada a partir da documentação está relacionada aos motivos pelos quais uma instituição que discursava sobre uma educação laica e mista demora um tempo considerável para aderir à inserção da mulher em seu quadro de funcionários. Pelo exposto, de acordo com os documentos encontrados até o momento, é necessário notar que, mesmo o ensino primário da época estando em cargo das mulheres, o ensino secundário ainda era reservado prioritariamente à classe masculina.

Referências

AMARAL, G. L. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. 2.ed. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. (org.). *Museu do Colégio Municipal Pelotense*. Pelotas: EDUCAT, 2014.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HISTÓRICO DO COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE (1902 – 1952). Pelotas: Of. Gráficas da Liv. Do Globo S.A, 1952.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>>. Acesso em: 4 set. 2015.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. *História da educação: o que você precisa saber sobre*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, G. L. *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOS, M. I. S. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, E. M. et ali (Orgs.). *Gênero em Debate: trajetória e perspectiva da historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 83-114.

_____. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Mandrágora*, São Paulo, v. 19, n. 19, p. 5-15, dez. 2013. Instituto Metodista de Ensino Superior. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p5-15>

NEVES, H. A.; AMARAL, G. L.; TAMBARA, E. A. C. A oferta do ensino primário e secundário investigada por meio da propaganda impressa (1875-1910). *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 12, n. 36, p. 459-483, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=6096>>. Acesso em: 4 set. 2015.

NUNES, D. Pesquisa historiográfica: desafios e caminhos. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 2, n. 5, p. 15-25, jun. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/download/28959/16131>>. Acesso em: 4 set. 2015.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? *Educar em revista*, Curitiba, n. 18, p. 13-27, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a03.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TAMBARA, E. *Positivismo e educação*. Pelotas: UFPel, 1995.

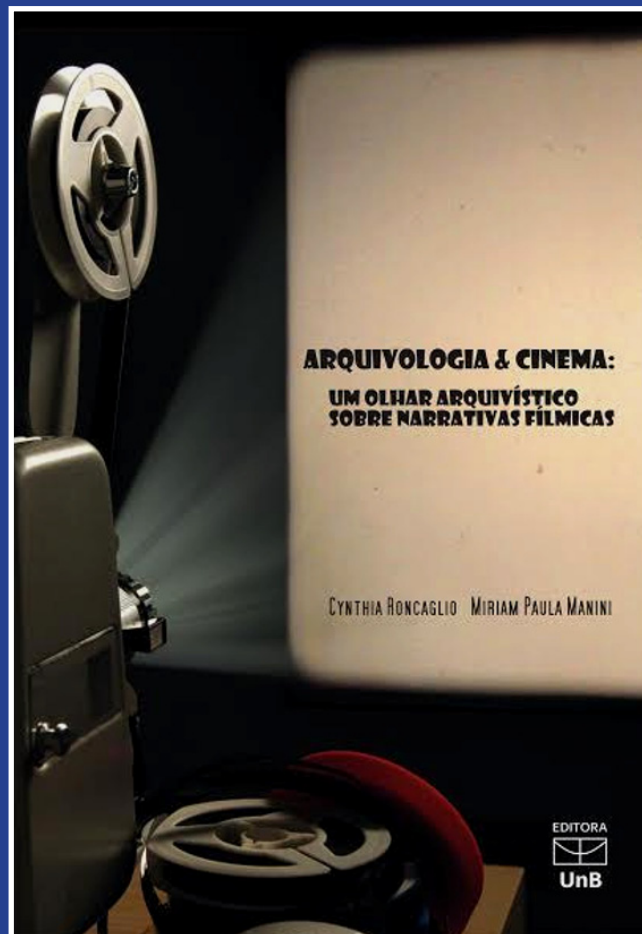
VECHIA, A. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. *História e memória da educação no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. v. 2, p. 78-89.

YANNOULAS, S. C. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília, v. 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011.

A obra “Arquivologia & Cinema:” um saber com sabor

The book “Arquivologia & Cinema”: a knowledge with flavor

Ana Célia Rodrigues*
anyrodrigues@yahoo.com.br



RONCAGLIO, Cynthia; MANINI, Miriam P.
Arquivologia & Cinema: um olhar arquivístico sobre narrativas fílmicas. Brasília: Universidade de Brasília, 2016. 188p. ISBN 978-85-2230-1175-8

*Possui graduação em História (1988) pelo Instituto Superior de Ciências, Letras e Artes de Três Corações; especialização em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP/1992) e pela Escuela Nacional de Archiveros do Peru, OEA (1993); mestrado (2003) e doutorado (2008) em História Social pela USP; além de pós-doutorado pela USP (2015) e pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha (2014). Atualmente, é professora do curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF).

Cynthia Roncaglio e Miriam Manini são pesquisadoras e docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, onde encontraram o diálogo na Arquivologia, “campo do conhecimento que nos instiga a olhar para dentro e para fora da disciplina, numa tentativa incessante de nos enriquecer intelectualmente e, na medida do possível, enriquecer esta disciplina científica com nossas buscas teóricas e metodológicas”, como descrevem as autoras. E nesse diálogo descobriram que a paixão pelo cinema - “a imagem, fixa ou em movimento, e a palavra, dita ou registrada” - também as aproximam.

Cynthia e Miriam relatam: “não foi difícil diante das nossas experiências pedagógicas e culturais e durante o estreitamento da nossa convivência acadêmica e pessoal, surgir o interesse em realizar em conjunto, um estudo sobre Arquivologia e Cinema”.

Assim nasce esta obra, “que transmite prazer pela proposta”, um livro que “inclui a discussão de filmes em aulas de Arquivologia ultrapassando a simples ilustração”, e que “ainda traz ótimas re-

ceitas culinárias, testemunhas degustativas da feitura do livro”, enfatiza Johanna Smit no prefácio.

As autoras apresentam neste livro um estudo da relação entre a Arquivologia e o Cinema, abordando a utilização do filme como recurso pedagógico para o ensino da Arquivologia. Descrevem, ainda, o processo de elaboração da obra, oferecendo as receitas culinárias que inspiraram seus encontros intelectuais.

A relevância do tema tratado nesta obra, o uso do Cinema no processo pedagógico do ensino superior e, em especial, sua interface com a teoria e prática arquivística para o ensino da Arquivologia, aliados ao ineditismo da abordagem e a escassez de produção bibliográfica em nível nacional e internacional, são aspectos que ressaltam a pertinência da pesquisa realizada pelas autoras.

Pesquisa teórica consistente, fundamentada em bibliografia atual, que problematiza as funções arquivísticas e a terminologia que as envolve, assim como a relação entre a Arquivologia, o Cinema e a Leitura de Imagens, aspec-

tos que são muito bem explorados nos filmes escolhidos como exemplos para análise.

O livro está estruturado em dois capítulos teóricos: o primeiro trata das relações entre as funções arquivísticas e a leitura de filmes, e o segundo aborda o uso do Cinema na transmissão do conhecimento como fonte documental. No terceiro capítulo, apresenta uma proposta metodológica inovadora, desenvolvida para o estudo das funções arquivísticas através da análise de filmes. O apêndice A oferece a lista de filmes analisados e indicados para uso didático em sala de aula.; o apêndice B apresenta a Ficha de Análise Arquivística de Filmes (FAAF) elaborada, e as instruções para seu preenchimento; e o

apêndice C proporciona as receitas culinárias para acompanhar uma sessão de filmes em casa, convidando o leitor ao prazer do cinema e à reflexão crítica sobre o filme como recurso didático para o ensino da Arquivologia.

Destaca-se a primorosa seleção dos filmes, o rigor na descrição dos procedimentos metodológicos desenvolvidos e a qualidade do resultado alcançado em sua aplicação, o que torna esta obra uma referência para o ensino da Arquivologia no Brasil.

As receitas de cozinha dos encontros das autoras são detalhes que aliam saber e sabor, e tornam a leitura da obra ainda mais prazerosa.

O conjunto documental do escritório de engenharia de S. B. Mendes

Ana Cláudia Cermaria Berto

Centro de Memória – Unicamp (CMU).

The collection of S. B. Mendes' engineering office

Resumo

O texto apresenta, de maneira breve, o conjunto documental do Escritório de Engenharia de S. B. Mendes, sob a guarda do Centro de Memória – Unicamp (CMU) desde 2004. A coleção, formada por pouco mais de cem itens documentais, em sua grande maioria plantas, permite identificar aspectos inerentes aos padrões construtivos que vigoraram no território paulista na transição do século XIX e as primeiras décadas do século XX, sobretudo na cidade de Campinas. Neste contexto, a documentação, praticamente inédita, permite ressaltar também importantes dinâmicas arquitetônicas, como a verticalização e a construção de residências populares.

Palavras-chave: Arquitetura; Engenharia; Século XX; Sebastião Bueno Mendes.

Abstract

The text aims to introduce, briefly, the collection of S. B. Mendes' engineering office, under the guard of Centro de Memória – Unicamp (CMU) since 2004. Formed by just over a hundred items, building documents in the vast majority, the collection allows identifying inherent aspects to the constructive patterns that prevailed in the state of São Paulo in the transition of the 19th century and the first decades of the 20th century, mostly in the city of Campinas. In this context, the documents allow to emphasize important architectural dynamics, such as the verticalization and the construction of popular residences.

Keywords: Architecture; Engineering; 20th century; Sebastião Bueno Mendes.

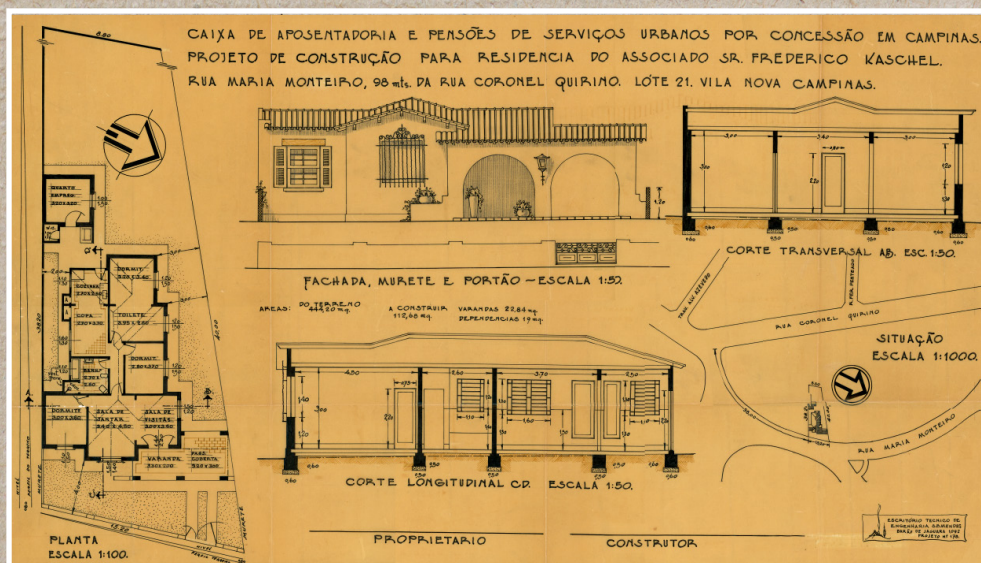
Diversas são as temáticas que se entrelaçam nos mais de 150 conjuntos documentais preservados pelo Centro de Memória–Unicamp. Escravidão, artes, demografia, política, economia, história da vida privada e dos ofícios urbanos e rurais. Além dessas, as áreas da arquitetura, engenharia e da construção civil estão também representadas, seja em itens isolados em um ou outro fundo e coleção, seja compondo vastas séries ou mesmo conjuntos completos.

Exemplificando o segundo caso está a coleção do Escritório Técnico de Engenharia de S. B. Mendes, formada exclusivamente por plantas em papel vegetal e um memorial descritivo de obra. Com pouco mais de 100 itens documentais, o conjunto possibilita entrever, entre outras questões, aspectos inerentes aos novos padrões construtivos que passaram a vigorar no território paulista na transição do século XIX e

as primeiras décadas do século XX—isto é, do movimento eclético ao moderno e suas repercussões no interior do Estado de São Paulo.

Não seria equivocada apontar o quanto as obras representadas são resultado das reflexões acerca de uma retórica moderna de matriz europeia (especialmente após a segunda metade dos oitocentos) e, também, dos intensos debates no campo da engenharia e da arquitetura no Brasil: de um lado, os profissionais que bebiam diretamente da tradição da Escola Imperial de Belas Artes (depois, Escola Nacional de Belas Artes) e, de outro, os egressos das Escolas Politécnicas—ambas instituições res-

Imagem 1 – Projeto 178: Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por concessão em Campinas. Projeto de construção para residência do associado Sr. Frederico Kaschel. Rua Maria Monteiro, 98 mts. da Rua Coronel Quirino. Lote 21, Vila Nova Campinas.



Fonte: CMU / Coleção Escritório Técnico de Engenharia de S. B. Mendes (s.d.).

ponsáveis por formar profissionais que atuavam na área da construção civil.

Na segunda metade do século XIX, as cidades brasileiras começaram um amplo processo de modificação de suas estruturas. Entre outros aspectos, o aumento demográfico proporcionado pela vinda de imigrantes e pela migração, seja entre estados ou apenas do espaço rural para o urbano, proporcionou a multiplicação dos problemas enfrentados, especialmente a “degradação das condições de habitação da população operária, o aumento do setor de serviços, transformações ambientais e estéticas” (ABASCAL et al., 2007). No aspecto estético, motivado por discursos higienistas internacionais, percebe-se no contexto nacional um desejo de que as cidades perdessem sua “roupagem colonial” em prol de novos padrões, em grande parte ditados pelo movimento eclético, sobretudo nas áreas centrais. Contudo, isso ocorria de modo controlado pelo Estado, sendo que,

Nesse contexto, marcos legais acompanham a modernização das cidades visando dirimir e controlar efeitos perversos no território, provocados pelo crescimen-

to do contingente de população urbana. Reformas sanitárias e a aplicação de algumas leis geram a regulamentação da construção, acarretando a criação de órgãos e entidades (ABASCAL et al., 2007).

As casas coloniais, por exemplo, tinham seus telhados finalizados em beirais com o objetivo de proteger as paredes (muitas vezes de alvenaria de terra) das águas; porém, com o passar dos anos suas fachadas foram gradativamente modificadas com a inserção de plati-bandas e elementos decorativos, muitos dos quais pré-fabricados e vendidos em catálogos especializados, sobretudo nas proximidades do século XX. Assim, veem-se avenidas e ruas largas (em contraponto às vielas e aos becos) e a valorização do paisagismo, sempre com o desejo de proporcionar, ao máximo, uma nova estética modernizadora, aliada aos discursos higienistas. Além de mudanças formais e estilísticas, essas alterações nos padrões arquitetônicos devem ser também inseridas no contexto das novas propostas e programas habitacionais, acompanhadas de melhorias nas malhas viárias e de outras obras de infraestrutura, como energia, pavimentação, drenagem do solo e redes coletoras de esgoto.

Nas décadas iniciais do século XX, sob influência do discurso republicano, são inseridos nas cidades novos padrões e programas construtivos advindos, principalmente, das vanguardas e da utilização, em larga escala, dos materiais ditos “modernos”: concreto, vidro, ferro, além do tijolo de barro cozido, tão caro à arquitetura imigrante no sudeste. Neste processo, mesmo com a forte presença dos padrões internacionais, verifica-se no Brasil, sobretudo a partir da década de 1910, a gestação e a difusão de uma ideologia que procurava valorizar o nacional e, com isso, libertar as artes em geral dos padrões estéticos estrangeiros. É neste processo histórico que se pode entender o Escritório Técnico

de Engenharia fundado por Sebastião Bueno Mendes, em 1937, na cidade de Campinas (SP).

Nascido em São José da Boa Vista (PR), no ano de 1910, e falecido em Campinas em 1979, Mendes formou-se em Engenharia Geográfica (1933) e em Engenharia Civil e Eletrotécnica (1936), ambos pela Escola de Engenharia de Juiz de Fora (MG). Mudou-se para Campinas em 1937, onde iniciou sua vida profissional com a criação do *Escritório Técnico de Engenharia de S. B. Mendes*, especializado em engenharia civil e projetos eletrotécnicos. Atuou não só em Campinas, mas também em diversas cidades paulistas como

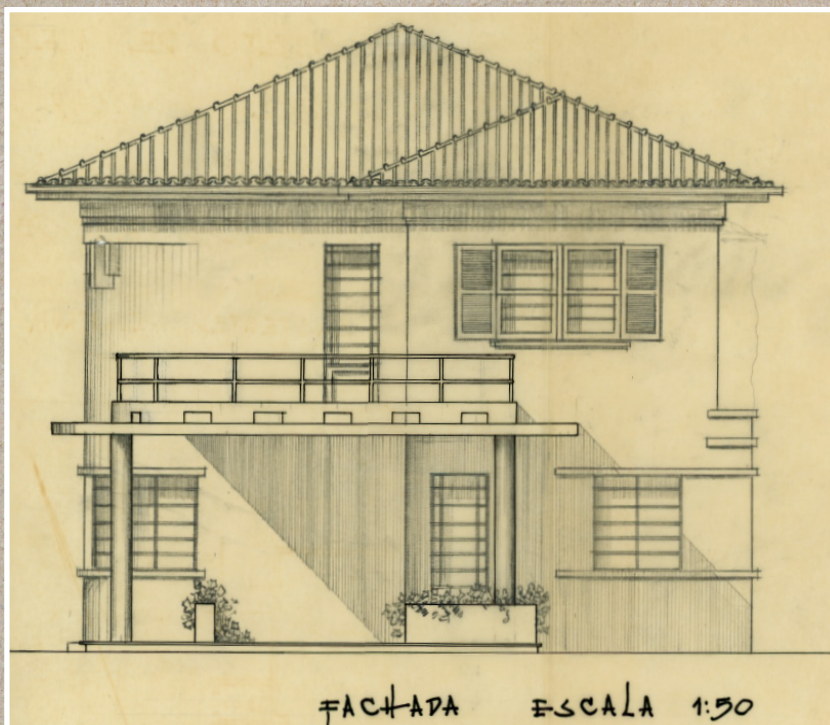


Imagem 2 – Detalhe do Projeto de Reforma no Prédio nº. 167 da Rua D. Presciliana Soares.

Fonte: CMU / Coleção Escritório Técnico de Engenharia de S. B. Mendes (s.d.).

Cosmópolis, Serra Negra, Águas de Lindóia, Valinhos, Jacutinga, Monte Mor, e Elias Fausto.

Em 1948, o escritório alterou sua razão social para *Construtora S. B. Mendes Ltda.*, entrando como sócios, no mesmo ano, o contador Reinaldo Hinz; em 1964, o engenheiro civil Carlos Guilherme Ramasco Gargantini; e, em 1987, o engenheiro civil Carlos André Mendes Gargantini, que foi quem doou, em 2004, a documentação da empresa ao CMU. Vale ressaltar que, após a mudança do nome, a Construtora atuou também em Sumaré, Hortolândia e Embu das Artes.

A documentação de S. B. Mendes é formada por croquis, estudos, projetos, plantas baixas, prumadas elétricas, cortes e fachadas de obras arquitetônicas desenvolvidas pelo *Escritório Técnico de Engenharia de S. B. Mendes* em diversas cidades. Destacam-se projetos de construção, reforma e ampliação de prédios nas zonas urbana e rural, como residências térreas e

Destacam-se projetos de construção, reforma e ampliação de prédios nas zonas urbana e rural, como residências térreas e sobrados, casas populares e mistas, prédios comerciais e habitacionais, igrejas e capelas, asilos, hotéis, fábricas e galpões.

sobrados, casas populares e mistas, prédios comerciais e habitacionais, igrejas e capelas, asilos, hotéis, fábricas e galpões. Entre eles, há volumes de estudos técnicos relativos ao Edifício Catedral, localizado à Rua Francisco Glicério, região central de Campinas, e ao Grande Hotel do Lago, construído na década de 1950 em Águas de

Lindóia. Além destes projetos, entre as obras realizadas pela construtora e que também constam no conjunto documental, vale ressaltar o Edifício Catedral, o Edifício Prudência Capitalização e o Viaduto Miguel Vicente Cury, todos em Campinas.

Cabe ainda contextualizar que parte da documentação é formada por projetos arquitetônicos destinados à aprovação nas Prefeituras Municipais, em especial a de Campinas, o que permite elucidar parte importante da história da arquitetura e urbanismo brasileiro durante a primeira metade do século XX. Neste período, iniciado no final do século XIX, os projetos eram

analisados pelos gestores públicos a fim de incentivar e chancelar certos valores de modernidade, de ordenamento, de beleza e de higiene para as cidades, com a inserção de elementos como fachadas harmônicas e proporcionais.

No caso de Campinas, a documentação permite ressaltar também importantes aspectos arquitetônicos, como a verticalização e a construção de residências populares¹. De fato, tais projetos não podem, como apontado, ser analisados sem uma compreensão do cenário arquitetônico e urbanístico campineiro do período – o qual envolve os Códigos de Posturas, como o do prefeito Heitor Teixeira Penteado, instituído por meio da Lei nº 163 de 1912; o Código de Construções (separata do Código de Posturas Municipais), do ano de 1934; e o Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia (Ato nº. 118, de 23 de abril de 1938), – legislação que levou, nos anos 1950, à demolição de diversos prédios do centro da cidade, como a Igreja de Nossa

Senhora do Rosário e o Teatro Municipal. Conforme Silvia Zakia (2012), este processo de modernização pelo qual passou Campinas estava inserido em uma política muito maior, promovida pelo governo federal a partir do Estado Novo:

A modernização do espaço urbano promovida pela implantação do plano de urbanismo foi uma ação muito bem articulada pela elite local, representada, nesse novo contexto histórico, por uma classe de profissionais liberais, comerciantes, industriais e remanescentes da oligarquia cafeeira e pelo governo federal, cujo aval era imprescindível à concretização do plano (ZAKIA, 2012, p. 16).

Entre as plantas, fachadas e cortes que compõem o conjunto de S. B. Mendes, há, ainda, um memorial descritivo de obra da residência do Sr. Durval Pinheiro de Ulhoa Cintra², datado de 1940, com projeto e orçamento detalhados, o que nos fornece diversas informações acerca dos cômodos, materiais utilizados, além dos serviços propriamente ditos. Por mais que

1 A primeira lei de interesse social dedicada às residências populares em Campinas data de 1923 e “concedia favores às empresas construtoras de habitações populares, principalmente a isenção de impostos, tanto para quem construía como para quem morava” (LEME, 2009, 34).

2 Nascido em 1904, Durval Pinheiro de Ulhoa Cintra foi funcionário do Banco do Brasil e colaborador da imprensa de Campinas, tendo sido também um dos fundadores da Sociedade Filatélica Campineira e voluntário do Movimento Constitucionalista de 1932.

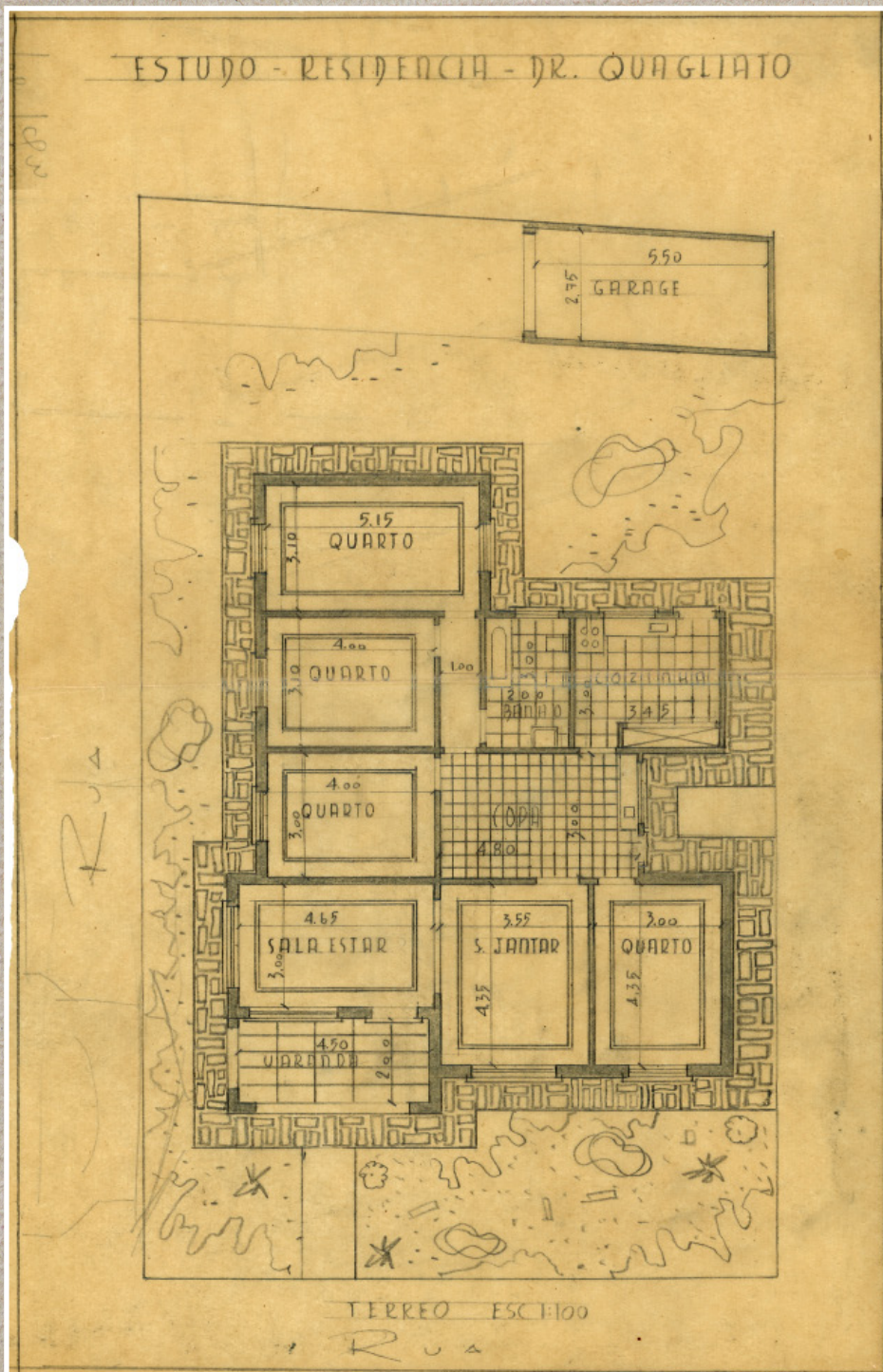


Imagem 3: Estudo – Residência – Dr. Quagliato.

Fonte: CMU / Coleção Escritório Técnico de Engenharia de S. B. Mendes (s.d.).

este memorial não esteja acompanhado dos projetos arquitetônicos, há diversos outros de cunho residencial em que é

seu nome não aparece citado em praticamente nenhuma das obras especializadas sobre arquitetura e engenharia

possível verificar a importância do desenho, da divisão clara entre as funções (social, íntimo e serviço), da racionalização do projeto – questões influenciadas diretamente pelo funcionalismo moderno.

Este texto busca ressaltar a importância de se inserir a produção do Escritório Técnico de Engenharia de Sebastião Bueno Mendes no hall da história da engenharia e arquitetura campineira, recorte que privilegia, ainda, nomes como Lix da Cunha, Eduardo Badaró, Mario Penteado, Hoche Segurado, entre outros. É importante frisar que

de cunho moderno em Campinas, o que destaca a raridade e ineditismo do con-

junto e, possivelmente, das pesquisas que o tomem como objeto de estudo.

DADOS SOBRE A COLEÇÃO:

Título: Escritório Técnico de Engenharia de S. B. Mendes

Período de acumulação: [194_-195_].

Procedência: Documentos doados por Carlos André Mendes Gargantini em 2004.

Âmbito e conteúdo: A documentação é formada por croquis, estudos, projetos, plantas baixas, prumadas elétricas, cortes e fachadas de obras arquitetônicas desenvolvidas pelo Escritório Técnico de Engenharia S. B. Mendes, em diversas cidades. Destacam-se projetos de construção, reforma e ampliação de prédios nas zonas urbana e rural, como residências térreas e sobrados, casas populares e mistas, prédios comerciais e habitacionais, igrejas, asilos, hotéis, fábricas e galpões.

Composição: Documentos textuais e iconográficos.

Especificação da documentação: 105 plantas e 1 item documental.

Referências

ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi; BRUNA, Gilda Collet; ALVIM, Angélica Benatti. Modernização e modernidade. Algumas considerações sobre as influências na arquitetura e no urbanismo de São Paulo no início do século XX. *Arquitextos*, São Paulo, ano 8, n. Q85.05, Vitruvius, jun. 2007. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/240>> Acesso em: 21 nov. 2016.

LEME, Roberto Silva. *Edifícios de Habitação Coletiva em Campinas e as manifestações da Arquitetura Moderna*. 2009. 90 fls. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas. 2009. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/78>> Acesso em: 21 nov. 2016.

ZAKIA, Silvia Amaral Palazzi. *Construção, Arquitetura e configuração urbana de Campinas nas décadas de 1930 e 1940: o papel de quatro engenheiros modernos*. 2012. 360 fls. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19092012-143705/pt-br.php>> Acesso em: 21 nov. 2016.

Relação de pareceristas *ad hoc*

Resgate, volume 24 (2016), números 1 e 2 [31 e 32]

Adriana Koyama

Doutora em Educação (Unicamp).

Pesquisadora colaboradora da Faculdade de Educação (FE/Unicamp).

Campinas (SP)

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi

Doutora em Linguística (Unicamp).

Pesquisadora colaboradora do Mestrado em Linguística da Universidade de Franca.

Franca (SP)

Ana Célia Rodrigues

Doutora em História Social (USP).

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Niterói (RJ)

Ana Gonçalves Magalhães

Doutora em História e Crítica da Arte (USP).

Professora livre-docente e curadora do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP).

São Paulo (SP)

André Porto Ancona Lopez

Doutor em História Social (USP).

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Brasília (DF)

Bernardo Borges Buarque de Hollanda

Doutor em História Social (PUC-RJ).

Professor da Fundação Getúlio Vargas e pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV).

São Paulo (SP)

Carolina Padilha Fedatto

Doutora em Linguística (Unicamp).
Professora da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás).
Pouso Alegre (MG)

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Doutora em Linguística (Unicamp).
Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/Nudecri/Unicamp) e professora do programa de pós-graduação em Linguística da Unicamp.
Campinas (SP)

Dantielli Assumpção Garcia

Doutora em Estudos Linguísticos (Unesp/São José do Rio Preto).
Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).
Cascavel (PR)

Fabiana Claudia Viana Borges

Doutora em Linguística (Unicamp).
Professora do Centro Universitário Moura Lacerda.
Ribeirão Preto (SP)

Fernanda Mussalim

Doutora em Linguística (Unicamp).
Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
Uberlândia (MG)

Freda Indursky

Doutora em Ciências da Linguagem (Unicamp).
Professora titular aposentada e docente convidada da pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Porto Alegre (RS)

Georgete Medleg Rodrigues

Doutora em história (Université de Paris, Paris IV, Sorbonne).
Professora da Universidade de Brasília (UnB).
Brasília (DF)

Heloisa Maria Silveira Barbuy

Doutora em História Urbana e Cultura Material (FAU/USP).

Professora da Universidade de São Paulo (USP).

São Paulo (SP)

Heloísa Liberalli Bellotto

Doutora em História Econômica (USP).

Professora aposentada da USP, docente convidada da pós-graduação em História Social e da especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/ECA/USP), e do mestrado em “Gestión de Documentos y Administración de Archivos” da Universidad Internacional de Andalucía (Espanha).

São Paulo (SP)

Helson Sobrinho

Doutor em Letras e Linguística (UFAL).

Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Maceió (AL)

João Marcos Mateus Kogawa

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (Unesp – Araraquara).

Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp – Guarulhos).

Guarulhos (SP)

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Doutora em História Social (USP).

Professora colaboradora da pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), professora e coordenadora da pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Rio de Janeiro (RJ)

Maria Aparecida de Menezes Borrego

Doutora em História Social (USP).

Professora do Museu Paulista e da pós-graduação em História Social da USP.

São Paulo (SP)

Mariana Jafet Cestari

Doutora em Linguística (Unicamp).
Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
São Paulo (SP)

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Doutora em História Social (USP).
Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (Unifal).
Alfenas (MG)

Miriam Hermeto de Sá Motta

Doutora em História (UFMG).
Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Belo Horizonte (MG)

Miriam Paula Manini

Doutora em Ciência da Informação (USP).
Professora da Universidade de Brasília (UnB).
Brasília (DF)

Paulo Roberto Elian dos Santos

Doutor em História Social (USP).
Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
Rio de Janeiro (RJ)

Renato de Mattos

Doutor em História Social (USP).
Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).
Niterói (RJ)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Doutor em História Social (USP).
Professor da Universidade de Brasília (UnB).
Brasília (DF)

Sírio Possenti

Doutor em Linguística (Unicamp).

Professor livre docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Campinas (SP)

Sonia Maria Troitiño Rodriguez

Doutora em História Social (USP).

Professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília).

Marília (SP)

Suzy Maria Lagazzi

Doutora em Linguística (Unicamp).

Professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Campinas (SP)

Vanise Gomes de Medeiros

Doutora em Letras (UFF).

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Niterói (RJ)